ABCZ

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE ZEBU

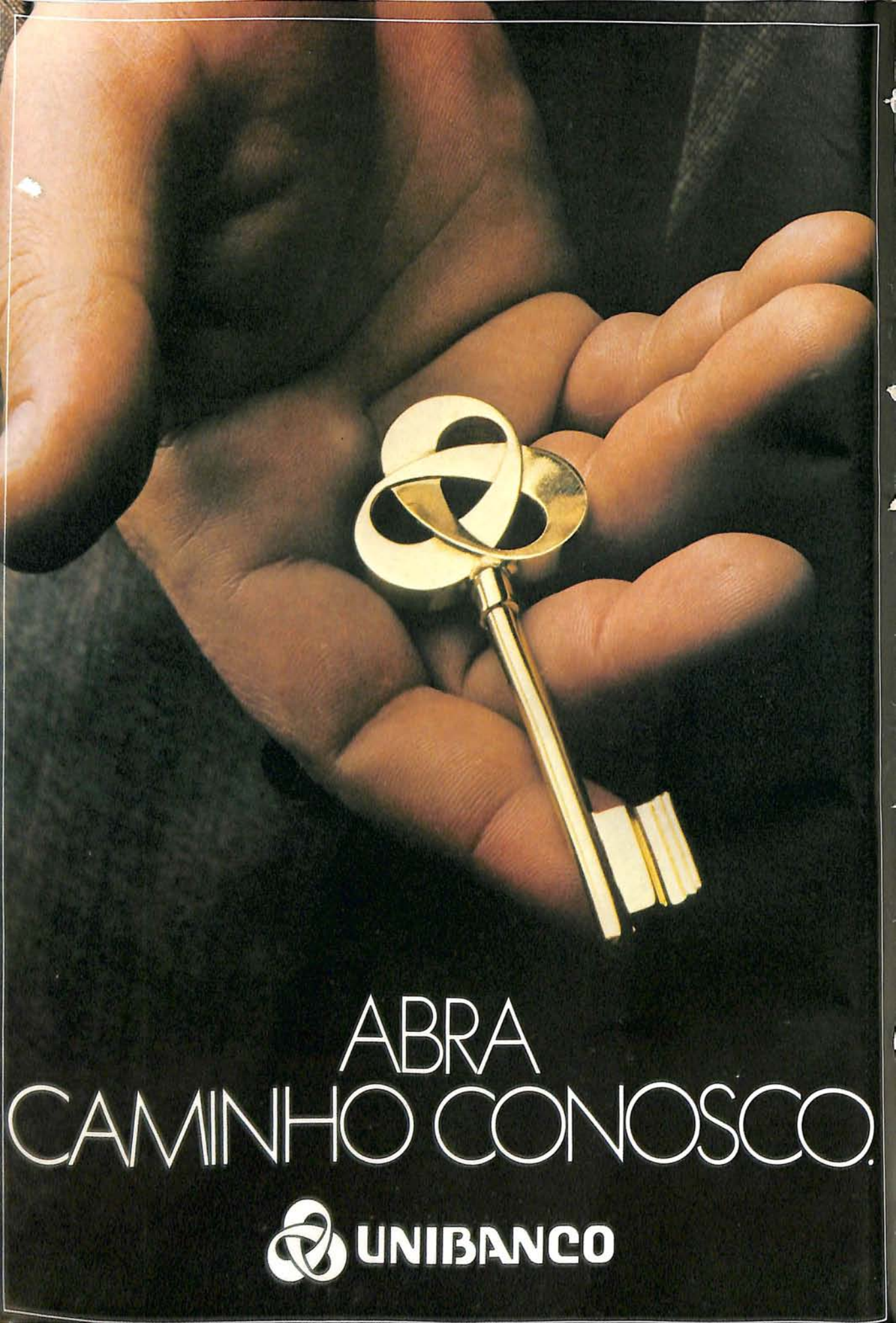
N.º 1-NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 1979-Cr$ 100,00

STÁBILE EXCLUSIVO:

"O GOVERNO VAI DAR UM APOIO EFETIVO PARA RECOMPOSIÇÃO DO NOSSO REBANHO".

ZEBU BRASILEIRO:

UM NOVO PRODUTO NA NOSSA PAUTA DE EXPORTAÇÕES.


ABRA
CAMINHO CONOSCO.
UNIBANCO

REVISTA ABCZ

PEDIDO DE ASSINATURA

6 EDIÇÕES: Cr$ 600,00

Interessado em me tornar assinante da Revista ABCZ, estou enviando em anexo o cheque nominal cruzado n.º ..... do Banco ....., em favor da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, no valor de Cr$ 600,00.

(favor preencher com letra de forma ou à máquina)

....
Nome ou razão social — cpf ou cgc n.º

.....
endereço completo para remessa das edições

....
cidade — estado — cep (código postal)

....
local e data — assinatura

OBSERVAÇÕES: 1) Após o recebimento do pedido de assinatura e da importância supra mencionada, a ABCZ enviará ao assinante um recibo correspondente.

2) Este pedido de assinatura não é válido para assinante do exterior.

3) Caso você conheça ou tenha algum outro interessado em assinar a revista ABCZ, tire uma cópia xerox deste pedido de assinatura antes de preenchê-lo e encaminhe à pessoa interessada.

ABCZ

ATUALIZAÇÃO DE ENDEREÇO

PREENCHA, DESTAQUE E PONHA NO CORREIO — NÃO É NECESSÁRIO SELAR

Associação Brasileira dos Criadores de Zebu

Com o objetivo de que o meu (nosso) endereço seja atualizado e/ou conferido nos arquivos da ABCZ, envio (enviamos) os seguintes dados:

(favor preencher com letra de forma ou à máquina)

.....
nome ou razão social

....
cpf ou cgc — telefone(s) para eventual contato

.....
endereço completo

....
cidade — estado — cep (código postal)

....
local e data — assinatura

OBSERVAÇÃO: Este cartão de atualização de endereço deve ser preenchido principalmente pelos associados e/ou usuários dos serviços da ABCZ. Sua única finalidade é conferir e atualizar os endereços no arquivo da entidade.

REVISTA ABCZ

SOLICITAÇÃO DE CONTATO E/OU INFORMAÇÕES SOBRE PUBLICIDADE

Interessados em estudar a eventual possibilidade de anunciar na Revista ABCZ, solicitamos:

☐ — que um representante autorizado desta publicação entre em contato com a nossa organização

☐ — que nos sejam enviadas todas as informações disponíveis sobre esta publicação

.....
nome ou razão social

.....
endereço completo para eventual contato ou remessa de informações

....
cidade — estado — cep (código postal)

....
telefone(s) para eventual contato — falar com

....
local e data — assinatura

OBSERVAÇÃO: O preenchimento desta solicitação não implica em nenhum compromisso da empresa ou pessoa interessada em obter informações sobre publicidade na revista ABCZ.

CARTÃO RESPOSTA
COMERCIAL
AUTORIZAÇÃO N.º 13
I S R-83-093/79
DR/URA

CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL
NÃO É NECESSÁRIO SELAR ESTE CARTÃO

O SELO SERÁ PAGO POR:
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE ZEBU

ABCZ

PRAÇA VICENTINO RODRIGUES DA CUNHA, S/N
38100 UBERABA MINAS GERAIS

CARTÃO RESPOSTA
COMERCIAL
AUTORIZAÇÃO N.º 13
I S R-83-093/79
DR/URA

CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL
NÃO É NECESSÁRIO SELAR ESTE CARTÃO

O SELO SERÁ PAGO POR:
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE ZEBU

ABCZ

PRAÇA VICENTINO RODRIGUES DA CUNHA, S/N
38100 UBERABA MINAS GERAIS

CARTÃO RESPOSTA
COMERCIAL
AUTORIZAÇÃO N.º 13
I S R-83-093/79
DR/URA

CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL
NÃO É NECESSÁRIO SELAR ESTE CARTÃO

O SELO SERÁ PAGO POR:
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE ZEBU

ABCZ

PRAÇA VICENTINO RODRIGUES DA CUNHA, S/N
38100 UBERABA MINAS GERAIS

ABCZ

ÓRGÃO OFICIAL DA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DOS CRIADORES DE ZEBU
N.º 1 NOVEMBRO/DEZEMBRO 1979

CONSELHO EDITORIAL
Eduardo Gomes
José Fernando Borges Bento
Manoel Carlos Barbosa
Manoel Eugênio Prata Vidal
Rômulo Kardec de Camargos
EDITOR RESPONSÁVEL
Marcos Rocha
DIRETOR DE ARTE
Itaíbis Vilela
DIRETOR
ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
Eduardo Nogueira Borges
DEPARTAMENTO COMERCIAL
José Luiz Alves
DEPARTAMENTO FINANCEIRO
Jairo Ronan Soares
RELAÇÕES PÚBLICAS
Laerte Rodrigues Borges

PUBLICIDADE EM UBERABA
Parque Fernando Costa — Casa 1 — Caixa Postal 71 — 38.100 — Uberaba — MG. Fones: (034) 332-1590, 332-3900 e 332-2732 — Telex (034) 3138
Nos Estados: Nos Escritórios Técnicos Regionais (ETRS) da ABCZ — Veja endereços e telefones na página 4.

ASSINATURAS
Os pedidos de assinaturas devem ser encaminhados a: Revista ABCZ — Caixa Postal, 71 — 38.100 — Uberaba — MG. Preço: Cr$ 600,00 (anual), somente no território nacional. Exterior: Estados Unidos, México e América Central: U$ 80.00 — América Latina: U$ 60.00. Atenção: o valor correspondente ao preço da assinatura deverá ser encaminhado através de cheque nominal cruzado à Associação Brasileira dos Criadores de Zebu

TIRAGEM: 10.000 Exemplares

ABCZ— Revista da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu é uma publicação bimestral, dirigida no Brasil e no Exterior a pecuaristas, zootécnistas, veterinários, autoridades governamentais, lideranças ruralistas, órgãos de imprensa, fabricantes de equipamentos e insumos agropecuários, além de outros setores.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores e não representam, necessariamente, a opinião dos editores, ou da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu. Autorizamos a reprodução, desde que citada a fonte.

Fotolitos: Studilito (cores) e Rotal (preto-e-branco).
Composição e impressão: Rotal Uberaba).

5 *Editorial*

6 *Cartas*

9 *Entrevista exclusiva com o Ministro da Agricultura*

17 *Resenha Agropecuária*

27 *Registro*

28 *Exportação de zebu e sua importância para a economia nacional*

48 *A posição da ABCZ sobre as exportações de zebu*

51 *Agricultura brasileira: o cinqüentenário incomemorável*

59 *Livros e publicações*

60 *Informativo ABCZ*

66 *Negócios*

54 e 55 *Poster ABCZ (encartado entre as páginas)*

BILHETE DO EDITOR

Eis que surge a revista ABCZ. Uma idéia longamente acalentada finalmente toma corpo e ganha forma. Por coincidência, ela nasce no limiar de uma nova década. Que se apresenta cheia de perspectivas para a agropecuária brasileira.

Nossa revista será, antes de qualquer outra coisa, o veículo desses novos tempos.

Nesta primeira edição, chamamos a atenção do leitor especialmente para três matérias: a entrevista exclusiva com o Ministro Stábile; o amplo levantamento sobre o programa nacional de exportações de zebuínos e sêmen; e o artigo do brilhante economista Paulo Rabello de Castro.

Toda experiência nova é sujeita a erros e acertos. Nós esperamos que você encontre aqui mais acertos do que erros. E gostaríamos, sinceramente, de conhecer a sua opinião sobre o resultado deste primeiro trabalho. Para que possamos melhorar nos próximos.

M.R.

DIRETORIA DA ABCZ

DIRETORIA DELIBERATIVA

Presidente: Manoel Carlos Barbosa
1.º Vice-Presidente: Edilson Lamartine Mendes
2.º Vice-Presidente: José Fernando Borges Bento
3.º Vice-Presidente: Afrânio Machado Borges
Diretores: Cristiano Prata Resende – Eduardo Gomes – Heber Crema Marzola – José Carlos Prata Cunha – Luiz Fernando Rodrigues da Cunha – Mardônio Prata dos Santos – Mário de Almeida Franco Jr. – Newton Camargo Araújo – Renato Miranda Caetano Borges.

CONSELHO FISCAL

Efetivos:
Randolfo Borges Jr. – Maurício Rodrigues da Cunha – Lúcio Ferreira Borges – Elias Cruvinel Borges – Eurípedes Alves Carvalho.
Suplentes:
João Francisco Naves Junqueira – Francisco Ferreira Maia – Pedro Rocha Oliveira – Edésio Cruvinel Borges – Randolpho Mello Resende.

CONSELHO DIRETIVO

Bahia:
Jaime Maciel Fernandes – José Ferraz de Oliveira Gugé – Octávio Machado Neto.
Ceará:
Cleidson de Araújo Rangel – João Gomes Grangeiro – Valzenir Rodrigues de Castro.
Espírito Santo:
Chafik Elias Saade – Haroldo Bronow Fontenelli da Silveira – Gilman Viana Rodrigues.
Goiás:
Manoel dos Reis e Silva – Siselízio Simões de Lima Filho – Wayne do Carmo Faria.
Maranhão:
Francisco Manoel de Oliveira Filho – José Ribamar Moreira Lima – Henrique Martins Durans.
Mato Grosso do Sul:
Gustavo Adolfo Pável – Orestes Prata Tibery Jr. – Rachid Saldanha Derzi.
Minas Gerais:
Antônio Ernesto Werna de Slavo – Geraldo França Simões – Paulo Ferolla da Silva.
Pará:
Domingos Acatauassu Nunes – Guilherme de Souza Castro Cardoso – Newton Corrêa Vieira.
Paraná:
Luiz Roberto Neme – Manoel Campinha Garcia Cid – Renato Aranha Mesquita.
Paraíba:
Arthur Freire de Figueiredo – Humberto César de Almeida – João Roberto Leite.
Piauí:
Antônio Wilon Evelin Soares – Hélio Fonseca Nogueira Paranaguá – Mariano de Almeida Gayoso Castelo Branco.
Pernambuco:
Emílio Eliseu Maya de Omena – José Nivaldo Barbosa de Souza – Rodolfo de Andrade Morais.
Rio de Janeiro:
João Buchaul – José de Rezende Peres – Paulo Ernesto Alves de Menezes.
São Paulo:
Alcides Prudente Pavan – José Luiz Niemeyer dos Santos – Tarley Rossi Vilela.
Sergipe:
Oviedo Teixeira – Paulo Fortes Gonçalves – Ronaldo Calumby Barreto.
Observação: *São membros natos, ainda, do Conselho Diretivo, o Presidente em exercício e os ex-Presidentes da entidade.*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Manoel Carlos Barbosa
Diretor Administrativo-Financeiro: Eduardo Nogueira Borges
Secretário Executivo: Manoel Eugênio Prata Vidal
Diretor Técnico: Rômulo Kardec de Camargos

ESCRITÓRIOS TÉCNICOS REGIONAIS

1 - **ETR/AJU** - *Rua João Pessoa, 75 - Fone: (079) 222-7155 - 49.000 - Aracaju - SE - Responsável Técnico: Dr. José Prudente dos Anjos.*

2 - **ETR/BHZ** - *Av. Amazonas, 314 - 10.º andar - Conj. 1001 - Fone: (031) 2262242 - 30.000 - Belo Horizonte - MG - Responsável Técnico: Dr. Paulo Pereira.*

3 - **ETR/CGB** - *Av. Getúlio Vargas, 1160 - 3.º andar - Fone: (065) 3217301 - Ramal 24 - 78.000 - Cuiabá - MT - Responsável Técnico: Dr. Marcos Labury Gonçalves.*

4 - **ETR/CGR** - *Rua Almirante Barroso, 91 - Fone: (067) 6247942 - 79.100 - Campo Grande - MG - Responsável Técnico: Dr. José de Melo.*

5 - **ETR/FOR** - *Av. Bezerra de Menezes, 1820 - Fones: (085) 2233313 ou 2235328 (Secretaria de Agricultura) - 60.000 - Fortaleza - CE - Responsável Técnico: Dr. José Luiz da Silva.*

6 - **ETR/MAC** - *Rua Dr. Cincinato, 348 - 1.º andar - 57.000 - Maceió - AL - Responsável Técnico: Dr. José Benigno Pino Lyra.*

7 - **ETR/RIO** - *Rua México, 111 - S/701 e 702 - Fone: (021) 2216344 - 20.000 - Rio de Janeiro - RJ - Responsável Técnico: Dr. Hilton Telles de Menezes.*

8 - **ETR/SLZ** - *Rua 28 de Julho, 312 - Fone: (098) 2223473 - 65.000 - São Luiz - MA - Responsável Técnico: Dr. Antônio Magalhães Ferreira.*

9 - **ETR/SSA** - *Rua Dias D'Avila, 98 - Barra - Fone: (071) 2453248 - 40.000 - Salvador - BA - Responsável Técnico: Dr. Simeão Machado Netto.*

10 - **ETR/THE** - *Rua Anfrísio Lobão, 1321 - Fones: (086) 2221811 - 2221812 e 2221813 - 64.000 - Teresina - PI - Responsável Técnico: Dr. Raimundo Martins Filho.*

11 - **ETR/VIX** - *Parque de Exposição Governador Lindemberg - Fone: (027) 2260804 - 29.140 - Cariacica - ES - Responsável Técnico: Dr. Pedro Venturini.*

Sede nacional da ABCZ em Uberaba

Prioridade também à pecuária.

A política de prioridade ao desenvolvimento rural, definida como meta prioritária pelo Presidente Figueiredo em seu discurso de posse – e que vem sendo implementada com resultados excelentes no setor agrícola – precisa ser estendida também ao setor pecuário.

Um balanço das medidas postas em prática pelo Governo Federal nos seus oito primeiros meses de gestão mostra que a pecuária brasileira ainda não foi contemplada nem com programas nem com recursos adequados às suas necessidades.

Esta afirmação se torna mais verdadeira ainda quando se analisa a situação da bovinocultura nacional ou, mais especificamente, os setores da pecuária de corte e de leite.

Recém-saidos de um longo processo de descapitalização, cujos efeitos se fazem sentir ainda hoje, estes dois setores correm o risco de ter um desempenho inferior às suas potencialidades e, o que é mais grave, inferior também às necessidades nacionais.

A solução adequada para os problemas atuais da pecuária bovina implica na adoção de uma política estável para o setor, que possa ser seguida coerentemente ao longo de, pelo menos, cinco anos – pois o processo de recomposição de um rebanho parcialmente dizimado pela falta de estímulos ao produtor só se completa a médio ou a longo prazo.

E uma política estável como a que a pecuária brasileira unanimemente reivindica deve estar alicerçada na conjugação adequada dos fatores preço e crédito,. pois estes são os únicos estímulos que realmente funcionam junto aos criadores, motivando-os a produzir mais e melhor.

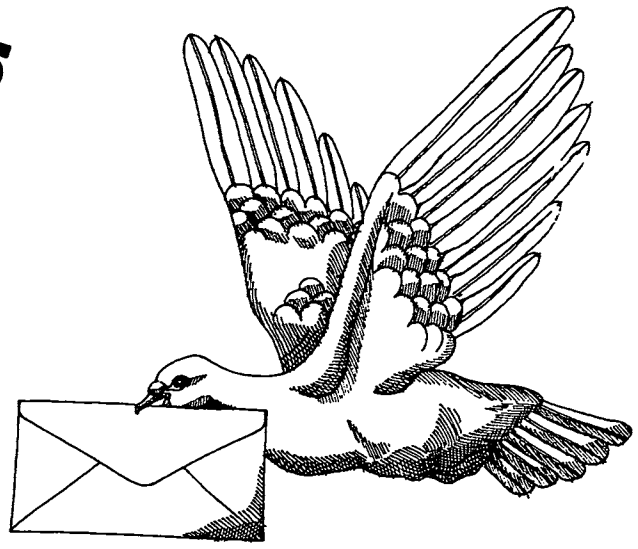
A expansão dos níveis de produção e a obtenção de índices cada vez mais elevados de produtividade são metas perfeitamente alcançáveis desde que haja preço remunerador e linhas de crédito viáveis e acessíveis para todos.

Neste sentido, ürge que seja estudado e posto em prática pelo Governo um programa dinâmico de financiamentos à pecuária – algumas entidades, entre as quais a ABCZ, têm alertado as autoridades para isso.

E o momento é adequado para que tal programa seja concretizado, antes que um novo ciclo de baixas traga o desalento definitivo aos pecuaristas brasileiros.

A década de 80 oferece todas as condições para se tornar a década da pecuária brasileira. E já que estamos praticamente no início dela, os primeiros passos precisam ser dados imediatamente.

Cartas.



A VOLTA

"Afastado por alguns anos das atividades do associativismo rural, por motivos de ordem particular, e regressando de um longo exílio voluntário no Rio, fui intimidado pelo Glauco Faleiros de Almeida, presidente do Sindicato Rural da Alta Noroeste (Araçatuba), a voltar ao ringue, tendo feito reapresentação no encontro "Agenda para o amanhã", do Jornal do Brasil e do Banco do Brasil, em fevereiro deste ano, em Brasília.

Daí para cá, escrevi alguma coisa que estou encaminhando ao prezado companheiro, para eventual apreciação e aproveitamento, bem como cópias de cartas enviadas ao Ministro Delfim Netto, fruto de uma audiência que tive com ele no dia 18 de junho passado"...

Walter Henrique Zancaner
Fazenda Ibiporã – Guararapes (SP)

Prezado Walter: sua volta ao campo enriqueceu um pouco mais a pecuária brasileira. Suas opiniões refletem a objetividade e a inteligência de um profundo conhecedor dos problemas da nossa pecuária. Seus artigos publicados no excelente "Correio Agro-Pecuário", também. Quando é que vamos poder contar com o seu talento nas páginas da revista ABCZ?

"INFORMACIONES"

"Soy actualmente estudiante de Zootecnia, en la Universidad de Costa Rica. Se me a encomendado realizar um estudio a nível latinoamericano relacionado com las diferentes asociaciones de los diferentes paises de nuestro continente..."

Imo Heredia Gomes Avados
Desamparados – San José – Costa Rica (Centroamerica).

Estamos encaminhando as informações que estão ao nosso alcance.

"REVISTA"

"Se esa Asociación edita alguma revista, nos interessaria suscribirmos a la misma..."

Rodolfo Cesar Viñas
San Miguel de Tucumán – Argentina

O custo da assinatura da revista ABCZ por um ano para a Argentina é equivalente a U$ 60.00 (Sessenta dólares). Junto a esta edição, estamos lhe enviando um formulário pedido de assinatura.

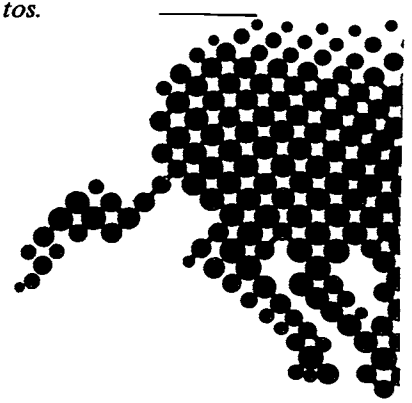
"EXPOSIÇÃO DE BARRETOS"

"Vimos à sua presença informar-lhe que foi mudada a data da Exposição de Animais de Barretos, passando de maio para março, devendo o certame de 1980 ser realizado no período de 15 a 22 de março.

Esta mudança deveu-se a um trabalho de base objetivando reabilitar nossa Exposição, afastando-a da época coincidente com a de Uberaba (MG) e visando atrair maior e melhor número de criadores para nossa cidade. Nessa luta, que agora iniciamos, pedimos a colaboração indispensável de V. Sa. e dos demais companheiros de diretoria da ABCZ, para divulgação e participação dos seus valores em nosso evento de 1980".

Dr. Antônio de Oliveira Pereira
Presidente do Sindicato Rural do Vale do Rio Grande - Barretos (SP)

Aproveitamos a primeira edição da revista ABCZ para levar esta notícia a todos os nossos associados e para sugerir a eles que realmente participem da Exposição de Barretos.



FAZENDA BRUMADO

marca

Gado Importado

RUBENS DE ANDRADE CARVALHO
Av. 21 n.º 707
Cx. postal 174
tel : 22-2624 - BARRETOS - SP

marca

F

Calcutá do Brumado

Dados Oficiais fornecidos pelo Serviço de Controle Ponderal da ABCZ.

12 meses	430 kg
16 meses	520 kg
24 meses	700 kg
27 meses	772 kg

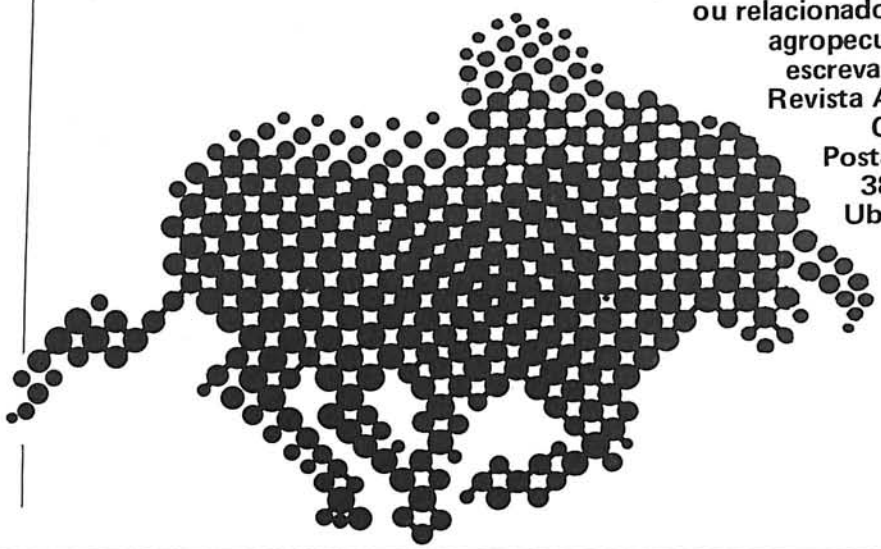
FUTURA VENDA DE SEMEN PELA:
FAZENDA BRUMADO INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA.

"BIBLIOTECA"

"Gostaríamos de ser incluidos na relação dos assinantes desta publicação. Informamos que a revista será indexada pela Bibliografia Brasileira de Medicina Veterinária e Zootecnia, publicada por nossa Faculdade e enviada a todas as escolas e instituições de veterinária e áreas afins de todo o mundo".

Maria Luiz Rigo Pasquarelli
Bibliotecária Chefe
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo.

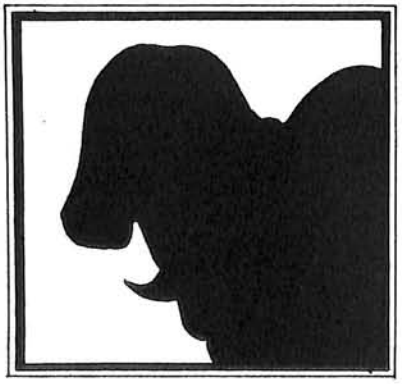
Esta faculdade já está incluida na nossa relação de assinantes permanentes.



Se você tiver algum comentário, crítica ou observação a fazer sobre qualquer assunto publicado nesta edição ou relacionado com agropecuária, escreva para: Revista ABCZ Caixa Postal, 71 38.100 Uberaba MG.

GIR MOCHO

Nossa marca garante a qualidade

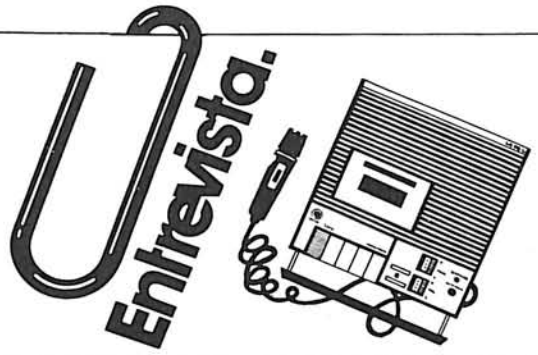


®

FAZENDA
MORADA DO SOL
Uberaba-MG: km-15 da rodovia Uberaba-Frutal

FAZENDA
LINDA FLORA
Itumbiara-GO: km-9 da rodovia Cachoeira Dourada-Quirinópolis

Prop.: Rômulo Kardec de Camargos
Res.: Alam. Delfino Gomes, 46 - (034) 332-4333 - 38.100 - Uberaba - MG.



STÁBILE EXCLUSIVO:

"Pecuária terá política estável."

No dia 3 de outubro – depois de uma jornada estafante de audiências, reuniões, despachos e decisões de alta importância – o Ministro da Agricultura, Ângelo Amaury Stábile, recebeu o Editor da revista ABCZ, Marcos Rocha, para uma entrevista exclusiva. Foram 35 minutos de conversa sobre temas ligados, principalmente, à pecuária, que vão reproduzidos na íntegra. Entre as muitas declarações de grande interesse para o setor, vale a pena destacar:

- O Governo Figueiredo pretende definir, no início do ano que vem, uma política estável para a pecuária, que vigorará no mínimo até o fim do seu mandato (1985).
- No momento, e a curto prazo, não haverá crédito para a pecuária, porque o Governo acredita que isso poderia provocar novos aumentos no preço da carne.
- O Ministro da Agricultura é favorável às exportações de zebu, porque acha que o Brasil tem uma contribuição a dar ao mundo em termos de pecuária zebuína.
- A agropecuária tem uma contribuição importante a dar para a consolidação do regime democrático no Brasil.

"Vamos dar um apoio efetivo para recomposição do rebanho"

ABCZ – Dentro do programa governamental de dar prioridade ao desenvolvimento agropecuário, quais são as metas específicas traçadas para o setor pecuário?

STÁBILE – A meta específica é adotar um conjunto de medidas necessárias a que se possa pretender a recomposição do rebanho. Nós estamos vivendo uma realidade de rebanho parcialmente exaurido. E a grande preocupação do Governo, ao lado de todo o esforço que está sendo feito no sentido de financiamento à produção agrícola, é acompanhar, cautelosamente, a recomposição do rebanho. Nós temos perfeita visão de que esta recomposição se dará a médio prazo. E só adotando medidas de apoio e de amparo ao setor pecuário é que, a médio prazo, nós vamos poder recuperar o rebanho bovino nacional.

Dentro desse conceito, é nossa idéia implementar – talvez no começo do próximo ano – programas específicos, inclusive revitalizando alguns programas já existentes. Nossa intenção, aliás, é juntar todos esses programas e fundí-los num só. Vamos dar um apoio efetivo para essa recomposição do rebanho através de uma política estável, que possa ter prosseguimento ao longo de alguns anos – talvez 4 a 5 anos. Esse programa, a que me referi, deverá se voltar para investimentos, principalmente na área de aumento da produtividade do rebanho, procurando melhorar a qualidade das pastagens, procurando melhorar as condições de desenvolvimento do animal no campo. Só através disso é que realmente nós vamos conseguir a recomposição do rebanho.

A curto prazo, a prazo imediato, nós achamos que não é conveniente se abrir qualquer linha de crédito, qualquer financiamento no sentido de apoiar a pecuária agora, porque não será uma nova linha de crédito que fará com que se aumente o número de cabeças do rebanho. Isso simplesmente faria – o passado já nos mostrou isso – com que o gado existente passeie de um lado para outro, fazendo com que os preços possam até sofrer acréscimos, o que é indesejável para todos os setores da economia. O preço agora está bom. E nós achamos que o estímulo do preço é realmente o melhor indutor para se evitar algumas práticas que vêm contra a recomposição do rebanho, como por exemplo a matança de matrizes. Essa é a nossa idéia sobre o problema.

ABCZ – O Sr. falou sobre o problema de financiamentos. Nós estamos informados de que este ano não houve – e parece que não haverá – recursos para financiamento à pecuária. Considerando o papel decisivo que o crédito exerce em toda a atividade agropecuária, como de resto em todos os demais setores da economia, perguntamos: quais são as perspectivas para 1980 em relação ao crédito para a pecuária?

STÁBILE – O crédito para a pecuária se situa dentro de um programa a médio prazo. Dentro daquele programa que pretendemos instituir de apoio à pecuária, programa esse – repito – de médio prazo, o crédito naturalmente será um fator de grande importância. Mas ele será dosado, de forma a evitar que esse crédito possa provar altas de preço da carne, o que é inconveniente para todos os setores da economia. Mas o crédito é fundamental, num programa a médio prazo. Crédito que será devolvido, que será pago também a prazo compatível com o programa de recomposição do rebanho.

"A curto prazo não haverá crédito para a pecuária".

ABCZ – Então aquele programa que foi anunciado em maio, pelo Ministro Delfim Netto, de financiamento para retenção de matrizes, está enquadrado dentro dessa estratégia também?

STÁBILE – Está.

ABCZ – Não tem nada previsto a curto prazo em termos de financiamento para retenção de fêmeas?

STÁBILE – Não, não tem. No momento nós achamos que o melhor estímulo à retenção é o preço favorável que existe no mercado. Aos preços vigentes, ninguém de bom senso vai pensar em se desfazer das suas matrizes.

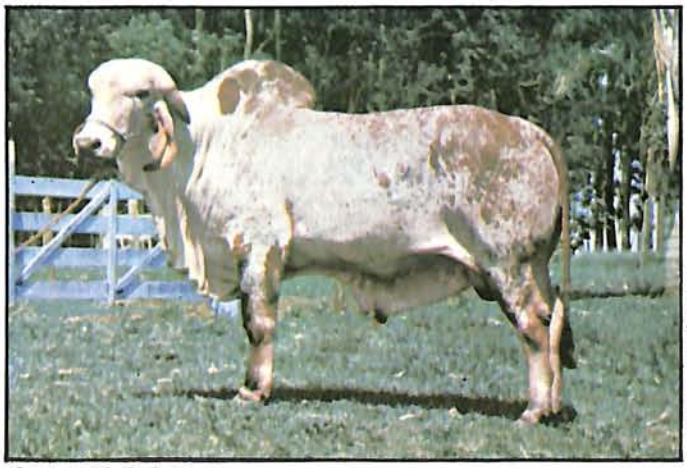
"O acordo de cavalheiros foi uma solução de consenso".

ABCZ – Já que estamos falando em preço da carne, vamos entrar agora no "acordo de cavalheiros". Este acordo, promovido pelo Governo, foi apoiado por grande parte das lideranças setoriais, mas foi visto também por alguns setores como uma intervenção do Governo no mercado da carne. Segundo os que pensam assim, a atitude de forçar um acordo teria sido desestimulante aos produtores, numa época em que eles começavam a se capitalizar depois de um longo período de preços insatisfatórios. Por outro lado, mesmo os que apoiam o "acordo de cavalheiros" temem que ele venha a ser mantido após o término da entressafra e venha a ter caráter permanente. Como o Sr. responde àquelas críticas e o que tem a dizer sobre a eventual continuidade do "acordo de cavalheiros"?

STÁBILE – O "acordo" foi a expressão de um consenso, onde os produtores, os pecuaristas, os frigoríficos e o Governo – os três setores básicos – chegaram à conclusão de que os preços, da forma como estavam evoluindo, iam causar um problema bem maior do que se fosse tentado esse tipo de "acordo". Porque era consenso de que acima de Cr$ 1.000,00 (mil cruzeiros) a arroba chegaria no fim de novembro. E novembro realmente se antecipou para agosto. Isto iria provocar uma situação de preços tal que poderia forçar o Governo, talvez, a tomar algumas medidas mais sérias. Porque do outro lado está o consumidor. E para evitar uma situação como essa é que o setores envolvidos concordaram que seria preferível encontrar um caminho mais normal. Para se evitar esse preço tão excessivo uns dois ou três meses antes. Exatamente por este motivo, foram feitas reuniões nas quais ficou claro que todo mundo estava preocupado com a evolução do preço da carne. Através do "acordo" a que se chegou, o Governo teve condições de continuar comprando o produto, mantendo seu estoque regulador na mão da COBAL. Esse estoque vai poder se manter até o fim desse "acordo", o preço ao produtor continua satisfatório e o frigorífico continua trabalhando.

Através destes reprodutores, você pode avaliar o nível do nosso plantel.

A Estância Nossa Senhora Aparecida possui um dos melhores plantéis gir e gir mocho da atualidade. Deste plantel fazem parte 120 matrizes gir registradas, das quais 100 são da marca R, além de 30 fêmeas gir variedade mocha controladas, com idade de 12 a 30 meses.



FOTOS: JOSÉ LUIZ

OPLON DA B.O – Campeão Touro Jovem e Grande Campeão da Raça em Ituiutaba/79 e em São José do Rio Preto/79.

NADO DA B.O – Campeão Sênior e Reservado Grande Campeão em Ituiutaba/79 e Reservado Grande Campeão em São José do Rio Preto/79.

ACRE
(Gir variedade mocha)
Campeão Touro Jovem
e Grande Campeão na
Bienal de
Uberlândia/79.

VENDA PERMANENTE DE REPRODUTORES GIR E NELORE

ESTÂNCIA NOSSA SENHORA APARECIDA

Proprietário: ARLINDO GOMES TOLEDO
BR-050 - km 172 - Fone: (034) 332-2935
Escritório: R. Manoel Borges, 134 - Fone: (034) 332-2672
UBERABA – MG.

"Quando o pasto ficar verde o governo sai fora".

Portanto, através desse "acordo" evitou-se uma situação que poderia levar o Governo a uma intervenção talvez um pouco mais difícil, mais dura, mais enérgica, movido pela própria opinião pública. Com isso, evitou-se tal possibilidade. E ficou bem claro que trata-se de uma presença do Governo enquanto for necessário. No momento em que o pasto começar a ficar verde, o Governo realmente sai desse problema. Porque nós temos absoluta consciência de que essas tentativas de intervenção do Governo no mercado provocam muito mais mal do que benefício. E nós queremos que a pecuária se capitalize. Porque só através de uma capitalização do setor, só através de preços remuneradores é que a pecuária pode responder com um aumento de produção. E é isso que nós queremos.

ABCZ – Quer dizer que, em termos de prazo, isso significa que até talvez dezembro ou janeiro, esse "acordo" terá cessado?

STÁBILE – Não, não... Antes disso, antes disso... No momento em que o pasto estiver verde e em que o boi começar a engordar, o Governo sai fora. Porque aí o mercado se normaliza. Disso não temos nenhuma dúvida. E, aí, a COBAL continuará tendo um estoque regulador na mão.

ABCZ – Ministro: a política de estoques reguladores da COBAL continuará a ser praticada dentro dos mesmos critérios utilizados atualmente? Ou o Governo está pensando em modificar ou a primorar a atuação dela nesse setor?

STÁBILE – O estoque regulador na mão da COBAL é um estoque que será mantido enquanto houver necessidade da presença reguladora do Governo para evitar alguns excessos de preço, seja com que produtor for, inclusive a carne. À medida em que nós vamos praticando esta presença reguladora no mercado, nós vamos aprimorando o sistema. E isso vai continuar assim... uma tentativa contínua de aprimoramento do mecanismo. Até o momento em que a gente possa sair inteiramente do mercado.

"Nós temos uma contribuição a dar ao mundo em termos de zebu".

ABCZ – O Brasil era, até 73, um razoável exportador de carne. Hoje, importa do Uruguai, da Argentina e de outros países. Como poderemos voltar à condição de exportadores? Será ainda no Governo Figueiredo?

STÁBILE – Só através da recomposição do nosso rebanho. E nós esperamos que, até o final do Governo, a pecuária esteja em condições de contribuir para o aumento da nossa receita cambial.

ABCZ – Falando em exportação, quais são, na opinião do Sr., as perspectivas e a importância das exportações de gado zebu brasileiro para os Estados Unidos e outros países?

STÁBILE – O zebu está sendo muito procurado. E nós achamos que temos uma contribuição a dar ao mundo em termos de zebu. Se nós nos omitirmos nesse momento em relação às exportações de zebu, outros irão exportar o zebu. Nossa idéia, portanto – até mesmo seguindo a idéia básica do Governo de promover a exportação –, é olhar com bons olhos uma exportação dessa natureza.

"O produtor rural está motivado, confiante no governo".

ABCZ – Nós tomamos conhecimento de uma declaração recente do Sr., na qual dizia que a agropecuária proporcionará, ano que vem,

O homem do campo só precisa de um crédito de confiança.

A boa vontade do homem não é suficiente para fazer a terra render tudo de que ela é capaz.

Não bastam também os recursos canalizados para a agricultura, se não houver uma série de cuidados técnicos e práticas racionais no trato com a terra.

Acreditando e investindo no homem do campo e nas possibilidades da terra da gente, há quase um século e meio, o Econômico é um dos bancos brasileiros com maior experiência no setor de crédito rural.

Prestando um atendimento diferenciado, as operações que realiza iniciam-se com um planejamento sério, sistemático, e não terminam na simples liberação do financiamento.

Do lado do agricultor, durante as diversas fases de sua atividade, o Econômico dá uma assistência ampla e constante, pois esta é a única forma de garantir uma maior produtividade da lavoura.

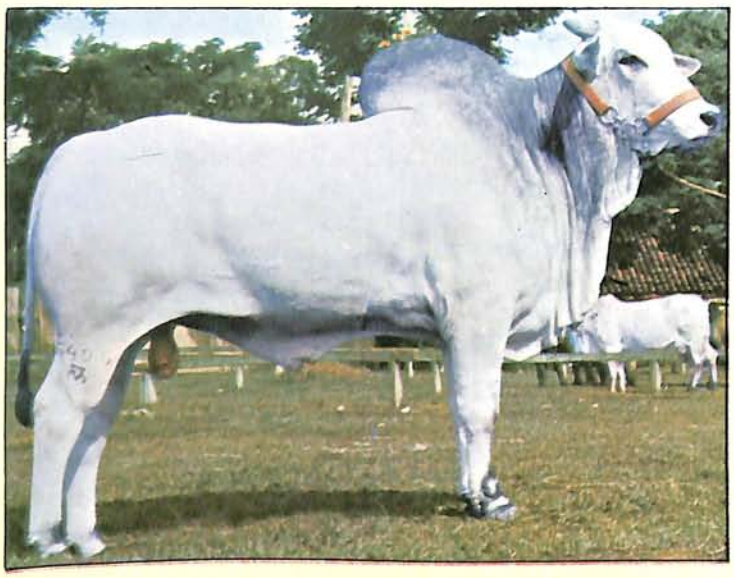
Porque um País que possui terra farta, homens preparados e instituições financeiras estáveis, tem tudo para se transformar no celeiro do mundo.

ECONÔMICO
O Banco da gente.

Crédito Rural Econômico. Um Crédito de Confiança.

glmpropes

Na Exposição de Uberaba 79 o nelore JI, com 10 animais, conquistou 12 prêmios.



AMARUK JI
32 meses - 772 kg. Filho de Chakkar e Araruama JI.
Prêmios conquistados:
RECIFE/77
Campeão Bezerro - Reservado Grande Campeão - Campeão Frigorífico da Raça
Campeão Frigorífico das Raças Zebuínas
RECIFE/78
Campeão Frigorífico da Raça
Grande Campeão
UBERABA/79
Reservado Campeão Touro Jovem

LATINA JI
15 meses - 471 kg.
Filha de Mogno (Campeão dos Campeões do Brasil) e Latuada JI.
Em Uberaba-79, conquistou o título de Campeã Bezerra.

covale

Cia. Agro-Pecuária Queimadas do Vale

José Inojosa

R. Nestor Silva, 194 - Casa Forte
50.000 - Recife - PE
Fones: (081) 268-1499/1211/1386

mais três bilhões de dólares para o País. Seriam dois bilhões de dólares de aumento das exportações e um bilhão de dólares de redução em alimentos importados. Em que fatos se baseiam essas previsões otimistas?

STÁBILE – As primeiras respostas que nós estamos tendo aos incentivos, ao financiamento mais fácil de custeio, aos estímulos do preço mínimo, aos estímulos da compra de certos produtos que não encontram colocação pronta no mercado, são muito animadoras. As informações do Sul do País, das agências do Banco do Brasil nas áreas de produção, revelam que há um aumento de procura de crédito, para financiamento de novas áreas de plantio, que dá uma média de 40 a 50 por cento neste início, com relação ao mesmo período de três meses – julho, agosto e setembro – do ano passado.

Isso tudo indica que o produtor rural está motivado, está realmente confiante no Governo, por tudo aquilo que tem dito em termos de apoio ao setor. E, baseado nesse fato, baseado nesse início de procura de crédito, nós podemos ter uma expectativa otimista de que teremos uma grande safra no ano que vem. A qual vai poder atender não só a nossa demanda, mas também propiciará ainda ao redor de dois bilhões de dólares de exportação de produtos agropecuários. Em anos anteriores, nós exportamos bastante e, com esses estímulos de agora, tudo leva a crer que nós vamos poder chegar aquelas posições de exportação de anos anteriores e aumentá-las ainda mais. De maneira que nós temos uma boa confiança de que isso se concretizará.

"Quando vier a crise do alimento nós estaremos de celeiros cheios".

ABCZ – Qual a contribuição que a agropecuária pode dar para o aprimoramento e consolidação do regime democrático e da abertura política do Presidente Figueiredo?

STÁBILE – O aumento da renda do setor rural só pode contribuir para o bem-estar de um segmento muito importante da economia do País. Esse fato só pode ajudar a consolidar a posição do nosso Presidente João Figueiredo como o grande líder que ele tem se revelado. Só pode trazer mais e mais confiança ao povo sobre tudo aquilo em que ele está se manifestando. E como um dos pontos básicos no setor político é a abertura e uma redemocratização do País, dentro das características brasileiras, essa situação de maior renda do setor rural só pode se constituir num apoio muito importante – e necessário – ao Presidente, para que prossiga neste esforço que ele conduzindo tão bem.

ABCZ – Ministro: estamos no limiar de uma nova década. Como o Sr. vê a perspectiva do Brasil agropecuário da década de 80? Temos motivo para continuar acreditando que o Brasil pode ser o celeiro do mundo? Ou a agropecuária continuará participando do Produto Nacional Bruto com índices menos expressivos, como os atuais 11 por cento?

STÁBILE – O Brasil tem tudo para ser o grande celeiro do mundo. Temos extensão territorial. Temos clima. Não temos problemas de convulsão climática, como outros lugares do mundo têm. Nós temos o homem do campo, que precisa de melhores condições de vida para poder retribuir, em termos de produção, o esforço do Governo, enfim, nós temos tudo para sermos o grande celeiro do mundo. E, após a crise da energia, quando vier a crise do alimento no mundo, nós estaremos prontos, com os nossos celeiros cheios, para podermos atender a essa demanda mundial de alimento. Repito: nós temos tudo para ser o grande celeiro de alimento do mundo. E nós vamos perseguir esse objeivo com o maior esforço.

ENTIDADES SUBDELEGADAS DA ABCZ

ASSOCIAÇÃO GOIANA DOS CRIADORES DE ZEBU – ABCZ. *5.ª Avenida – Nova Vila (Parque Agropecuário) – Fones: (062) 261.0752 – 261.2385 – 74.000 – GOIÂNIA – GO. Presidente: Dr. SISELÍZIO SIMÕES LIMA FILHO. Diretor Técnico: Dr. JOSÉ MAGNO PATO*

ASSOCIAÇÃO RURAL DA PECUÁRIA DO PARÁ – ARPP. *Av. Almirante Barroso, 5386 – Granja Lúcia (Entrocamento) Fone: (091) 231.6373 – 66.000 – BELÉM – PA. Presidente: Dr. GUILHERME DE SOUZA CASTRO CARDOSO - Diretor Técnico: Dr. MARDEN AUGUSTO NOGUEIRA.*

SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA – SRB. *Rua Formosa, 367 - 1.º andar – Fones: (011) 222-0666 – Telex: (11) 21593 – Caixa Postal: 7187 – 01076 – SÃO PAULO – SP. Presidente: Dr. RENATO TICOULAT FILHO - Diretor Técnico: Dr. EVANDRO RIBEIRO DE ALMEIDA*

SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ *BR 369 – Parque Governador Ney Braga Fones: (0432) 27.2266 e 27.2366 – 86.100 – LONDRINA – PR. Presidente: Dr. ANTÔNIO FERNANDES SOBRINHO - Diretor Técnico: Dr. LUIZ KARIMATA.*

SOCIEDADE NORDESTINA DOS CRIADORES – S.N.C. *Rua da Hora, 383 – Espinheiro – Fones: (081) 222.4339 – 221.5482 e 231.2158 – 50.000 – RECIFE – PE. Presidente: Dr. FRANCISCO ALFREDO CORREIA DE OLIVEIRA - Diretor Técnico: Dr. ANTÔNIO LEANDRO ESTIMA.*

ENTIDADE AFILIADA À ABCZ

Sociedade Rural da Paraíba - Diretor Técnico: Virgolino de Farias Leite Neto
Presidente: Dr. Humberto César de Almeida - Fone: (083) 321-4400 - Rua 13 de maio, 338 - 58.100 - Campina Grande - PB

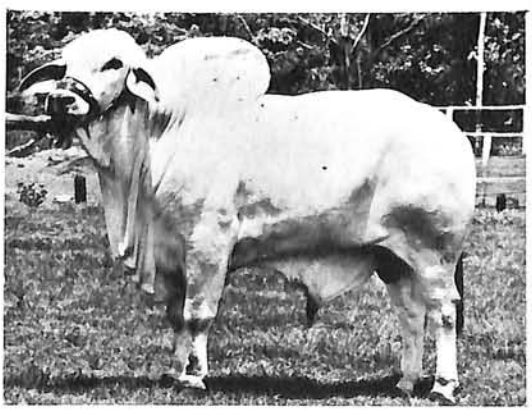
Nosso tabapuã tem peso e sucesso nas pistas

Pelo sexto ano consecutivo, a Fazenda Morada da Prata tornou-se vencedora do concurso de ganho em peso de Sertãozinho (SP).

A Fazenda Morada da Prata tem, para venda, em caráter permanente, reprodutores das raças tabapuã (filhos de Dobrão, que foi grande campeão em todas as exposições a que compareceu) e nelore (descendentes de Evaru, Chumak, Taj-Mahal e outros consagrados raçadores).

Venha nos visitar.

LOTE DE MATRIZES REGISTRADAS



HERMÓGENES - REG. 288 - 48 MESES

VENDAS DE SÊMEN **SEMBRA (TABAPUÃ) PECPLAN (NELORE)**

FAZENDA MORADA DA PRATA

Prop.: Maria Helena Dumont Adams
Via Alcino Arantes - km 47 - Batatais - SP - Fones: (016) 761-2026 - Em São Paulo: 852-5716

Resenha Agropecuária

União faz a força também no setor rural.

Em Goiânia, durante o quarto encontro de líderes ruralistas, seis entidades se fizeram presentes.

Primeiro, foi em Londrina em julho. Os presidentes de quatro entidades de classe do setor rural se reuniram na sede da Sociedade Rural do Paraná especificamente para tomar uma posição comum contra o ante-projeto que pretendia elevar os tributos sobre heranças e doações.

Depois, foi em Uberaba. O encontro, que a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu se ofereceu para sediar, foi realizado nos dias 20 e 21 de agosto, tendo as presenças de 15 líderes ruralistas, representando 11 entidades de classe de 8 estados brasileiros. Aqui, a pauta de assuntos já foi mais extensa e começou a nascer — pela primeira vez em toda a história da agropecuária brasileira — um sentido de entrosamento e de união das lideranças ruralistas.

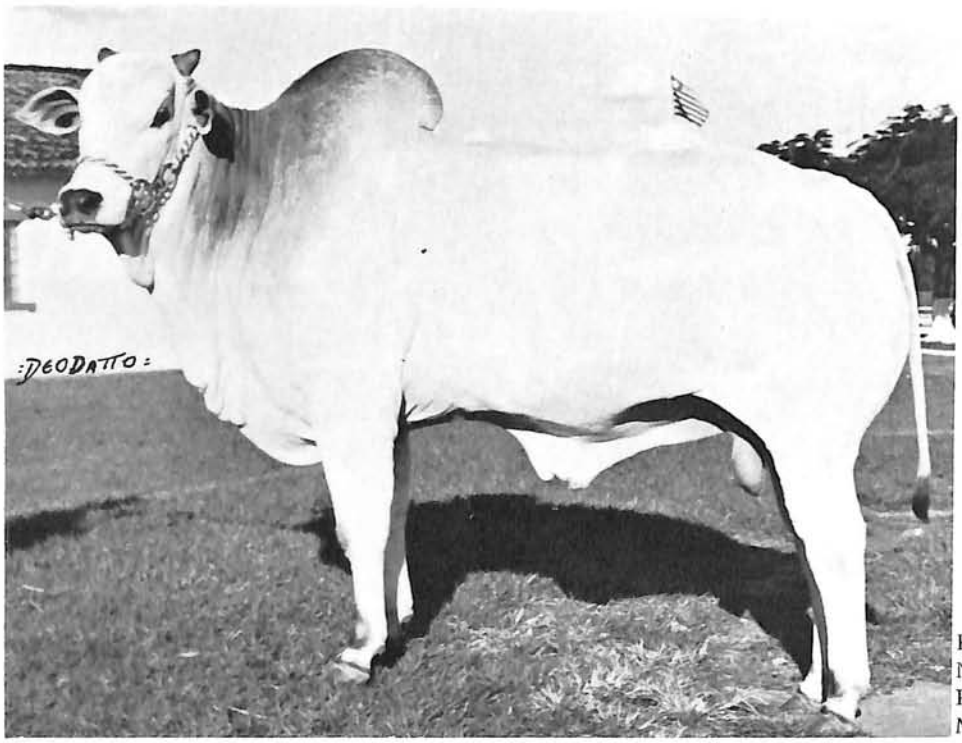
O terceiro encontro, realizado em Bagé, em setembro, cofirmou que as entidades do setor rural no Brasil começam a falar a mesma linguagem, estão lutando pelas mesmas causas, mas não mais sozinhas , isoladamente. Seus líderes estão se unindo para fortalecer o setor. O 3.º Encontro Nacional de Associações de Classe do Setor Rural foi organizado pela Associação Rural de Bagé e reuniu 9 entidades que atuam em âmbito regional ou nacional. Na mesa, durante dois dias, um cardápio variado de assuntos, principalmente o ante-projeto sobre heranças e doações que, ali, começou a levar um xeque-mate.

Por último, em outubro, em Goiânia sob a organização da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura, foi realizado o quarto encontro de lideranças ruralistas. Desta vez, a consolidação definitiva de um movimento que está destinado a marcar época no cenário da agropecuária nacional. Seis entidades de classe compareceram e debateram assuntos tais como pecuária de leite, pecuária de corte, crédito rural, programas governamentais para o setor, etc. No início da reunião, uma notícia trazida por um dos líderes presentes, confirmava a primeira grande vitória deste movimento ruralista: o ante-projeto governamental sobre heranças e doações foi realmente arquivado. E, para quem acompanhou de perto a controvérsia que ocorreu em âmbito nacional sobre o assunto, ficou claro que os grandes vencedores e os maiores responsáveis pelo arquivamento — ressalvando, é claro, a sensibilidade do presidente João Figueiredo — foram as lideranças ruralistas. Pois, desde a primeira hora se manifestaram resolutamente contrárias à elevação dos tributos.

Se não houvesse outras razões para se acreditar na importância desse movimento de união e fortalecimento da classe ruralista esboçado em Londrina, nascido em Uberaba, confirmado em Bagé e consolidado em Goiânia, esta primeira vitória seria suficiente.

A série de encontros vai prosseguir. O próximo será em Recife, no final de novembro ou início de novembro, sob o patrocínio da Sociedade Nordestina de Criadores. Até agora, somente cerca de 10 entidades têm comparecido assiduamente aos encontros. E é preciso que outras associações se façam presentes. Porque, acima de tudo, como lição e como meta desses encontros, fica registrado que, também no setor rural, a união é que faz a força.

Concorrendo com 7 grandes raçadores na 15ª prova oficial de ganho em peso da ABCZ, Jonô da Zebulândia foi o único touro que recebeu classificação "elite"



JONÔ DA ZEBULÂNDIA

Reg. n.º A-2560
Nasc.: 25.09.72.
Pai: Karvadi (Imp.)
Mãe: Furnada da S.C.

Na 15ª prova oficial de ganho em peso da ABCZ, realizada no período de 13/11/78 a 18/04/79 (140 dias), os filhos de Jonô da Zebulândia obtiveram a melhor classificação.

Eles ganharam, em média, 1.080 gramas/dia, perfazendo um índice de 113,0, ou seja, 13% acima da média dos contemporâneos de prova, enquanto todas as outras progênies concorrentes ficaram abaixo desta marca.

Isso significa que Jonô da Zebulândia possui, comprovadamente, a capacidade de transmitir para seus descendentes uma das mais procuradas qualidades zootécnicas: a velocidade de ganho em peso.

Venha conhecer Jonô da Zebulândia e verificar o que ele pode fazer também pelo seu rebanho.

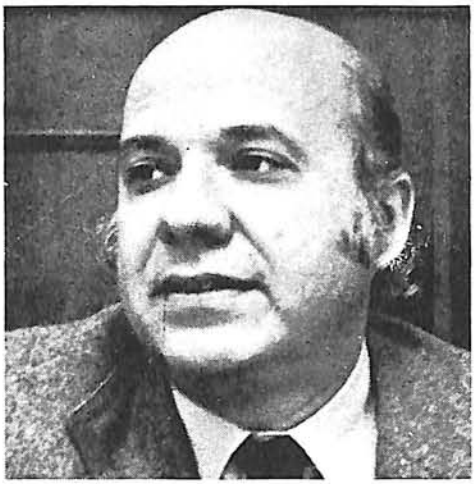
FAZENDA RETALHO

Prop.: HERÂCLITO MOTTA LUIS

Fones: Escritório: (016) 726-2088 - Fazenda: (016) 726-2348

ORLÂNDIA – SÃO PAULO

Ticoulat: "Sem o campo, o Brasil não é viável".



RENATO TICOULAT FILHO

O Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SP), Renato Ticoulat Filho, fez uma palestra no dia 8 de outubro na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, sobre o tema "Desenvolvimento Agropecuário". Iniciando sua conferência com uma retrospectiva histórica da economia brasileira dos últimos 50 anos, Ticoulat demonstrou de maneira detalhada o processo de transferência de renda do setor rural para o setor urbano-industrial, fato que está na origem da crise que vem prejudicando intensamente o desempenho da agropecuária brasileira em anos recentes. Ao final da sua exposição, o presidente da SRB afirmou categoricamente que "a Nação está cansada do consumerismo exagerado. E busca o reencontro de certos valores morais que dêem maior significado à vida nacional. E dentro dela haverá uma verdadeira volta ao campo, sem o qual o Brasil do futuro não continuará viável".

Aqui estão outros trechos significativos da conferência de Renato Ticoulat Filho aos estagiários da Escola Superior de Guerra:

"Numa fase mais recente, no Governo Geisel, inaugurado sob os suspícios de um forte apoio à produção rural, o que se verificaria logo depois, entra os anos 77 e 78, seria exatamente o inverso do que se esperava. Premida pela inflação, a cúpula governamental, prejudicada talvez por uma formação deficiente sobre os meandros da economia rural, tomaria uma série de importantes medidas antiinflacionárias, que acabariam por provocar maior desestímulo ao campo. Supunha-se ser antiinflacionário achatar os preços agrícolas, como aconteceu com o milho em 1977, às vésperas do plantio. E enquanto se ganhava alguns míseros pontos percentuais sobre os índices de preços daquele ano, perdia-se o controle da inflação nos anos seguintes, pelo esgotamento dos estoques e por retração do plantio, o que afinal desaguou no desastre da escassez do período de 78/79, e na inversão de nossa condição de país exportador de produtos agrícolas, para país importador".

"A liberação de mão de obra (do campo para as cidades) ocorre principalmente depois do advento do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963. Este estatuto nos parece maquiavelicamente elaborado, pois, ao invés de dar garantias efetivas ao trabalhador rural, despiu-o das que ele desfrutava e o transformou em trabalhador volante, o conhecido "bóia-fria", sem nenhum amparo efetivo. Este estatuto, ao provocar liberação de mão de obra do campo para ofertá-la barata à indústria, encheu as cidades de favelas com populações desqualificadas profissionalmente e que se transformaram em problema social sério, pelo nível de tensão que criaram nos grandes centros urbanos do País".

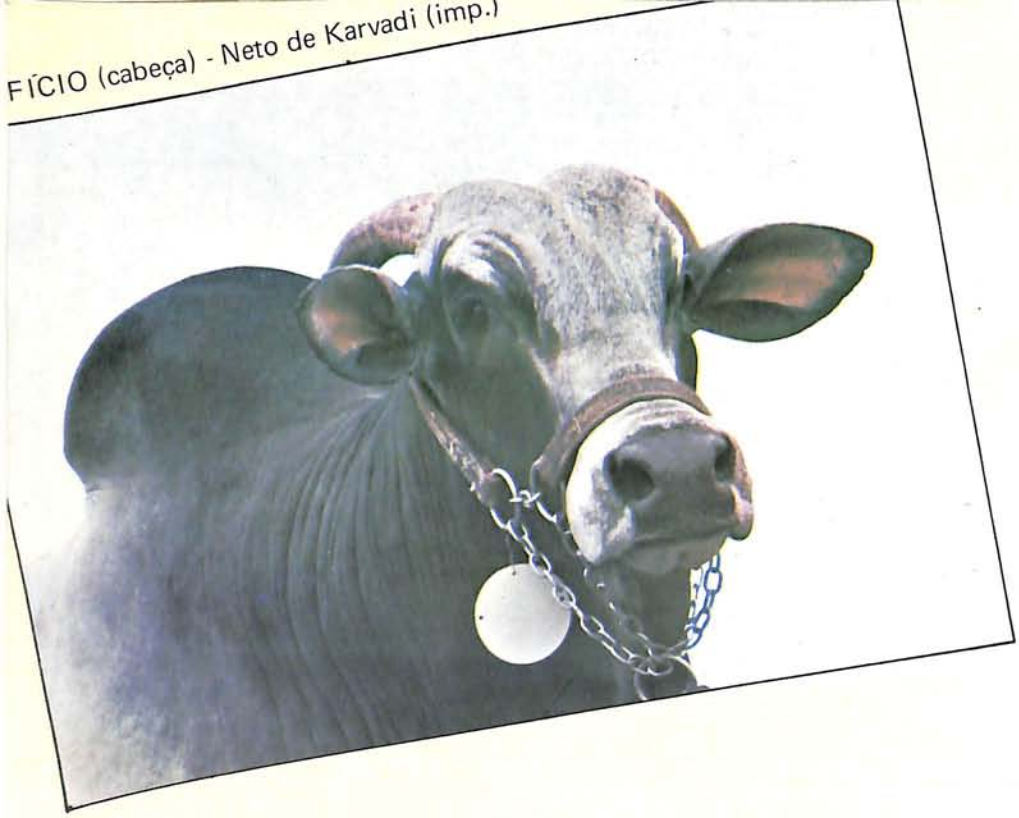
"Somos certamente favoráveis à industrialização e a aceitamos como uma tendência irreversível para toda a humanidade e, em particular, para países como o Brasil. Mas não compreendemos que ela haja de se processar com o abandono do campo. O presidente João Figueiredo, ao tomar a decisão de conceder prioridade à agricultura e de promover a abertura democrática, demonstra visão de grande estadista, pois estadista é aquele que no momento oportuno sabe dar novo sentido de direção ao planejamento político-econômico de uma nação".

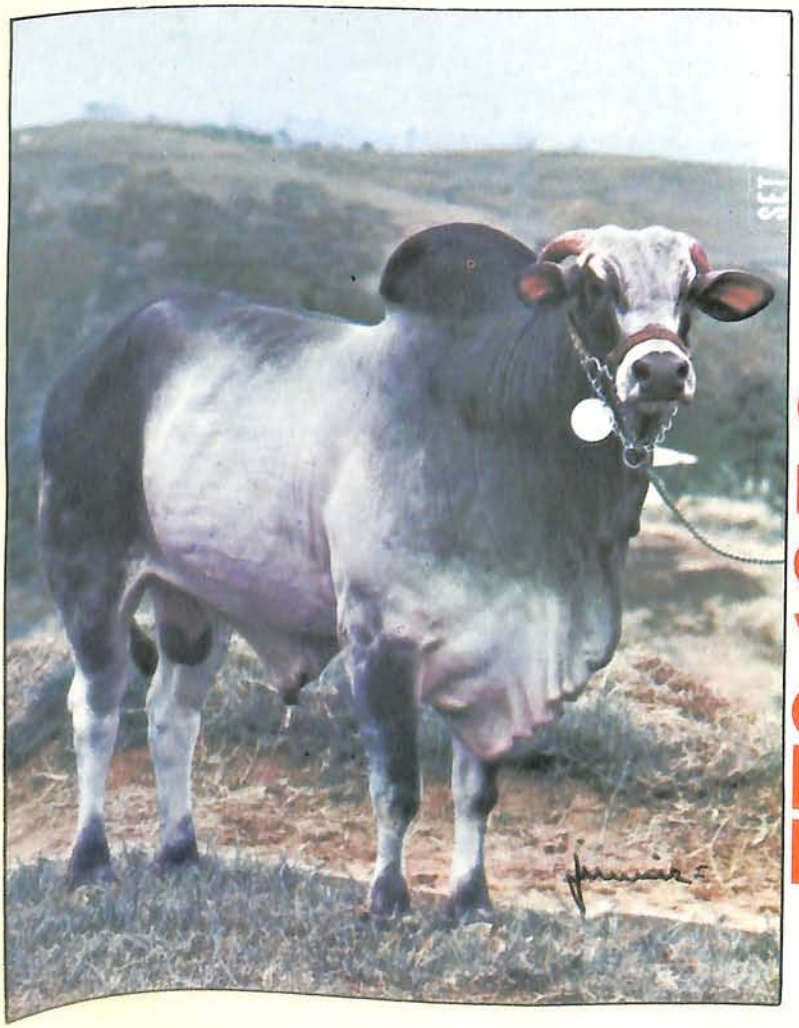
"A produção agrícola e pecuária no Brasil, como no resto do mundo, tem estado submetida a periódicas crises de escassez e preços altos, que são sempre seguidas de superprodução e baixos preços. Isso significa que se soubermos fixar mecanismos de política econômica adequados — e este é o sentido maior de uma política de estoques reguladores — conseguiremos ajustar os interesses da política de abastecimento aos da política agrícola que começa a ser criada. Torna-se necessário instituir entre nós um sistema de estoques consideráveis de grãos".

"Estima-se que há no Brasil cerca de 225 milhões de hectares de terras cultiváveis, o que representa cerca de cinco vezes a área atualmente utilizada em lavouras e a sétima parte da área disponível no mundo para fins agrícolas. Isso significa que, se soubermos estimular nossa produção agrícola e pecuária, através de uma política efetiva de produção e não somente de abastecimento, conseguiremos lograr apreciáveis resultados".

"O grande desafio da década de 80 será, particularmente no caso brasileiro, o de resolver a tensão artificialmente nutrida entre o meio urbano e o rural. Implementada a prioridade agropecuária e cumpridas as promessas governamentais da garantia de compra e de preços, não temos dúvida de que teremos uma década de maior abundância no Brasil".

FÍCIO (cabeça) - Neto de Karvadi (imp.)

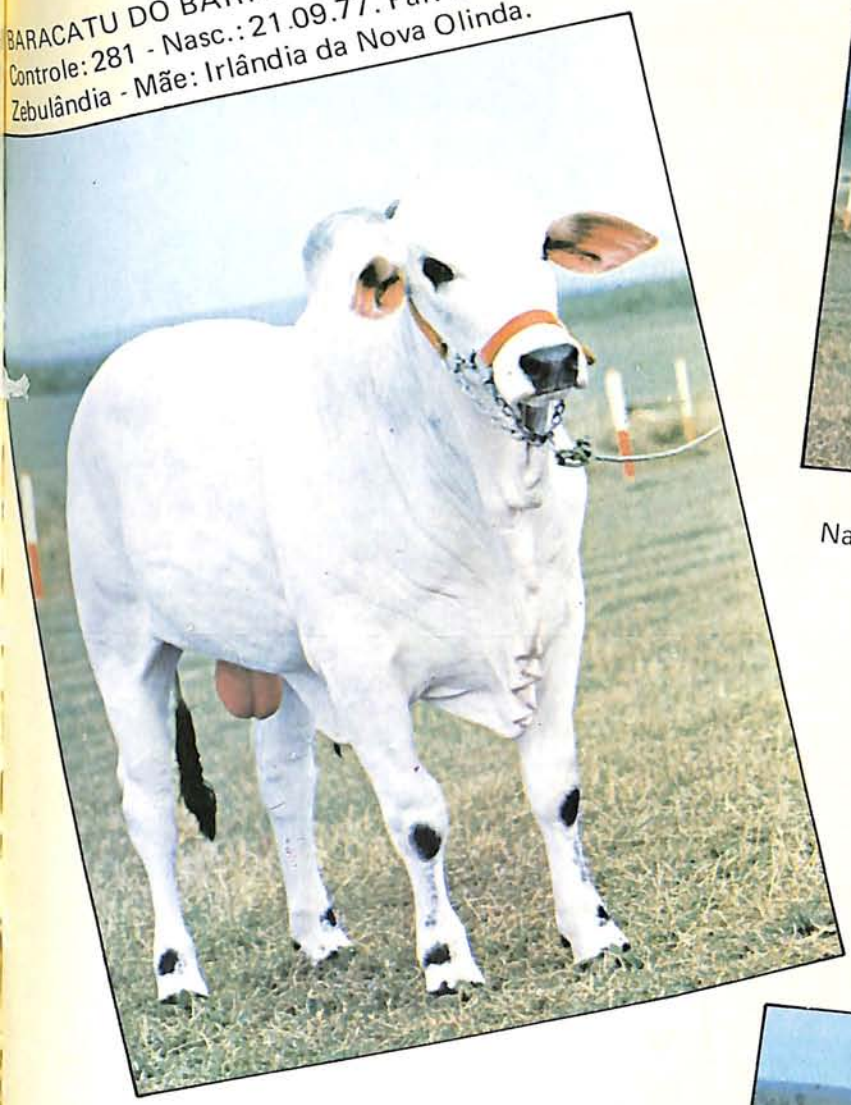




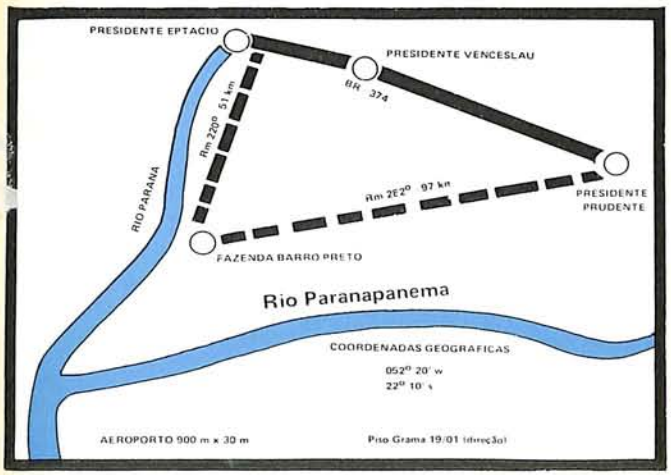
OFÍCIO - Reg. 2337 - Nasc.: 14.02.75 - Pai: Ingamu da S.C. (filho de Karvadi - Imp.) - Mãe: Imissão.

Quem procura nelore de qualidade vai direto à Fazenda Barro Preto

BARACATU DO BARRO PRETO
Controle: 281 - Nasc.: 21.09.77. Pai: Izo da Zebulândia - Mãe: Irlândia da Nova Olinda.



PICASSO DO BRUMADO - Cont. 161
Nasc.: 26.05.77 - Pai: Amedabad XII do Brumado
Mãe: Partícula do Brumado



Conjunto Progênie de Pai
IZO DA ZEBULÂNDIA

MARCA

FAZENDA BARRO PRETO

MARCA

Município de PRESIDENTE EPITÁCIO – SP.
Estrada Presidente Epitácio-Rosana km 55
Prop.: Dr. URBANO DE ANDRADE JUNQUEIRA
End.: Rua 12 n.º 332 - Fone: 726-2232 – ORLÂNDIA - SP.
"VENDA PERMANENTE DE REPRODUTORES"

MJ AGROPASTORIL NHOZINHO BARBOSA

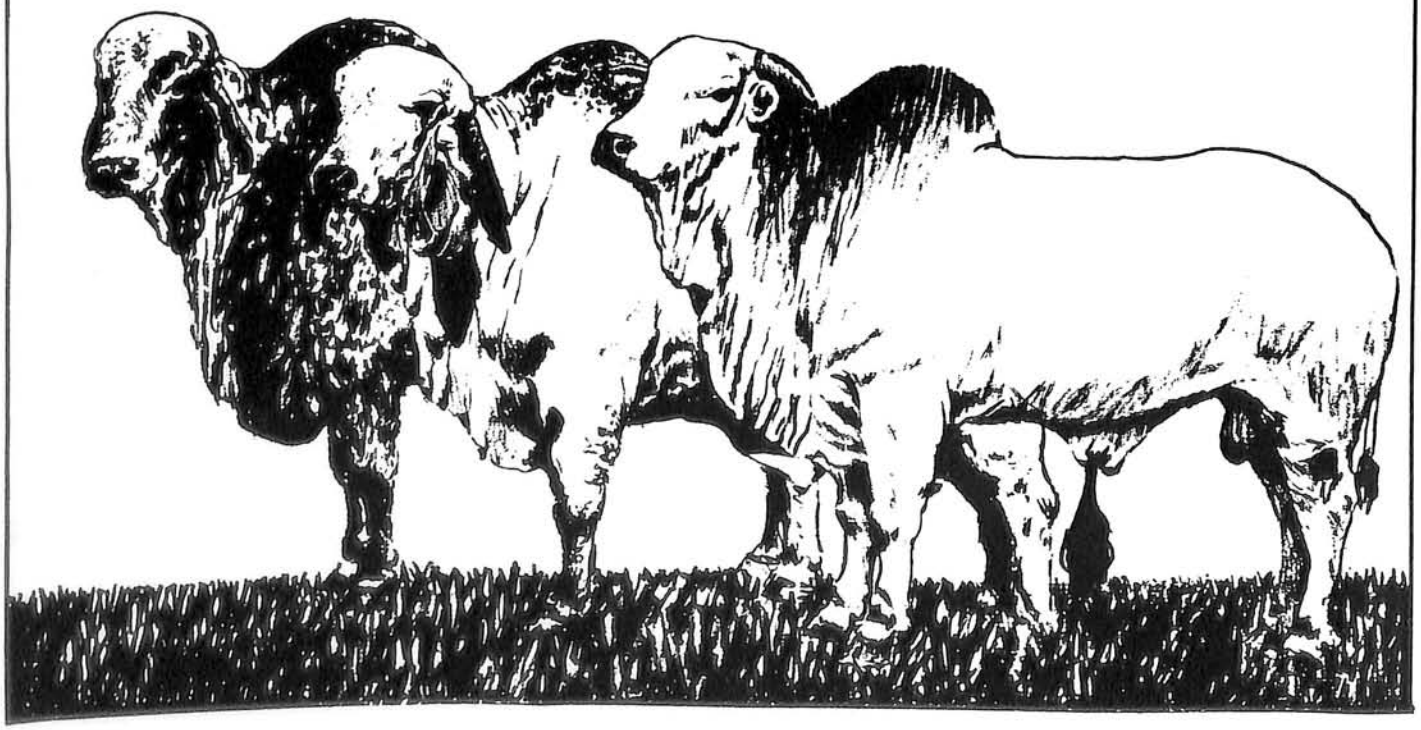
PRODUTOS MJ

Especialidade da casa:

GIR, GIR MOCHO E NELORE

Utilizando a estrutura zootécnica e sanitária da CIANB, a Agropastoril Nhozinho Barbosa alcançou um estágio avançado de seleção e aprimoramento das raças gir, gir mocho e nelore. Justamente por isso, os produtos marca MJ vêm obtendo sucessivas vitórias e premiações nas principais exposições brasileiras. Entre em contato com a Agropastoril Nhozinho Barbosa para conhecer o que há de melhor em gir, gir mocho e nelore: R. Ademar de Barros, 548
Fones: (016) 729-2666 e 729-2692 — Caixa Postal, 35 — 14.500
Ituverava — SP.

ACEITAMOS ENCOMENDA. GARANTIMOS A QUALIDADE.



Edilson quer política estável e segurança para o homem do campo produzir mais.

O Deputado Edilson Lamartine Mendes tem sido, na Câmara Federal, um incansável defensor dos interesses da agropecuária.

Ao fazer uma ampla análise da realidade atual da agropecuária brasileira, durante pronunciamento na Câmara dos Deputados, dia 25/10, o Deputado Federal Edilson Lamartine Mendes (que também é vice-presidente da ABCZ e da Federação da Agricultura de MG) afirmou que "o setor rural está mais consciente do que nunca do seu papel no panorama da economia nacional". E acrescentou:

– "Exatamente por isso, o setor pecuário brasileiro quer e precisa saber como, com que recursos e com que segurança poderá contar para cumprir, patrioticamente, as metas e tarefas que o País lhe reclama. Quer e precisa saber qual será sua efetiva participação na renda nacional, que o setor vem ajudando, de maneira significativa, a gerar – muito menos para si e mais, muito mais, para o Brasil".

ANGÚSTIA E AMARGURA

Edilson Lamartine Mendes disse que não foi apenas a decisão do presidente Figueiredo de eleger a agropecuária como meta prioritária de seu Governo a razão dos interesses de amplas camadas da inteligência brasileira em relação ao setor rural e a seus problemas. "A verdade – afirmou – é que as consciências estão hoje despertas para a dura realidade do nosso tempo. Um tempo onde alimentos e energia formam o binômio desafiador, o pesadelo dos dias correntes. É enorme a responsabilidade dos brasileiros, obrigados a produzir alimentos para cinco novas pessoas que, a cada minuto, são incorporadas à mesa nacional".

Explicando que pela suas próprias origens e atividades, sempre esteve preocupado com a sorte dos pequenos, médios e grandes produtores, Edilson afirmou:

– "Esta é uma das quadras mais amargas para todos aqueles que fizeram da atividade rural o seu ganha-pão e a razão do seu existir. Esta amargura está visível nos campos esvaziados. Está visível na descapitalização e no endividamento de agricultores e pecuaristas. Na legislação social que discrimina entre trabalhadores urbanos e rurais. Na pecha injusta e insuportável de que a agricultura e a pecuária são setores desencadeadores da espiral inflacionária".

– "A amargura de que falo vem da proliferação e da descontinuidade dos programas que surgem em meio a fanfarras e publicidade farta, para logo depois serem desativados, estancados, cancelados e esquecidos. A amargura vem da comercialização ainda distorcida e vem ainda da crise da pecuária de corte e de leite que fôra seguramente prevista pelos produtores e lideranças ruralistas. Enfim, a amargura vem de turbulência que se abate sobre a cafeicultura, sustentáculo da economia brasiileira, que clama por financiamentos adequados e justa remuneração, e sobre a qual incidem escorchantes confiscos cambiais".

POLÍTICA ESTÁVEL

Em outro trecho de seu pronunciamento, Edilson Lamartine reconheceu a vontade de acertar do Governo João Figueiredo, registrando os progressos alcançados no sentido de conceder prioridade à agropecuária. Mas lembrou que "o crédito, que é a mola mestra que impulsiona toda atividade econômica no Brasil, permanece insuficiente e discriminatório".

Depois de mostrar o comportamento da agropecuária nos últimos tempos – principalmente a sua contribuição na pauta de exportações no período de 1970 a 1977 –, o deputado disse que a política de prioridade ao setor foi recebida com entusiasmo até pelos que se tornaram céticos pela não concretização de promessas e encenações. E destacou as principais reivindicações atuais do setor rural:

– "O que o país reclama é que a agropecuária seja uma atividade estável. Que cresça, sim. Mas na medida em que cresça a demanda interna. O que o País exige é que os mercados, duramente conquistados, sejam mantidos, o que só será possível com a manutenção do homem do campo em sua atividade. O que, por sua vez, só será conseguido através da constância de preços realmente remuneradores. A agricultura e a pecuária não podem prosseguir, de modo algum, como atividades subalternas. Embora exausta e exaurida pela sua permanente contribuição para o desenvolvimento dos demais setores da economia, a agropecuária está consciente de que é o segmento que mais rapidamente, e a menor custo, responde aos investimentos que nela se fizerem. Está segura de que é o fiel da balança do fracasso ou do sucesso da política econômica como um todo. A sua importância é eminentemente estratégica, mais para a Nação, em termos globais, do que para cada um daqueles que, anônima e heroicamente, ainda mourejam nos campos".

Concluindo, Edilson Lamartine Mendes afirmou:

– "Estamos às vésperas de uma nova década, a penúltima deste século, que antevemos como a do primado da tecnologia sobre a improvisação. O que será do Brasil no advento desse novo tempo? O que será da agropecuária brasileira na década de 80? Afirmar que a sua responsabilidade é produzir alimentos e fibras para atender às necessidades de 120 milhões de brasileiros e, ainda, produzir excedentes volumosos, capazes de gerar as divisas necessárias ao pagamento das importações e dos juros da nossa dívida externa é tarefa simplista. Afirmar que haveremos de exportar 40 bilhões de dólares em 1985 e, assim, constituir próspera e sólida classe média, capaz de sustentar um sistema político aberto, combinando o desenvolvimento com as liberdades democráticas, é também tarefa simplista. O setor pecuário, mais consciente do que nunca, quer e precisa saber como, com que recursos e com que segurança poderá contar para cumprir, patrioticamente, as metas e tarefas que o País lhe reclama".

Resenha Resenha Resenha Resenha Resenh

CURIOSIDADES ZOOTÉCNICAS

CÃES DETECTAM CIO

A necessidade de aprimorar os métodos de detectar o cio levaram zootecnistas americanos, mais precisamente, pesquisadores do Laboratório de Reprodução do Instituto de Fisiologia e Genética Animal, a se aprofundarem no estudo destes metódos.

Acreditando que o touro usa seu faro para determinar o momento em que a vaca está próxima do estro (cio), observadores do comportamento sexual dos bovinos fizeram experimentos com cães adestrados, buscando saber a capacidade destes cães para, através do uso do faro, detectar o cio das vacas.

Os resultados obtidos constataram um aproveitamento de 83% de deteções positivas. E as experiências feitas com 4 pastores alemães e 2 perdigueiros determinaram que um odor específico está associado ao cio da vaca e que estes, quando treinados e tratados especialmente, podem detectar este odor.

URSS PRODUZ OVELHAS COM LÃ COLORIDA

Num estudo do mecanismo genético de transmissão de cores e métodos de seleção, cientistas russos conseguiram programar a cor da raça Caracul, principal fornecedora do astracã (pele de cordeiro recém-nascido), obtendo assim ovelhas coloridas com lã prateada, lilás, marrom, ouro, âmbar e outras.

Com esse processo de manipulação genética, a Caracul, originária da Ásia Central, que nasce de cor negra, variando do preto ao cinza e marrom, passa agora a ter cores firmes e naturais. Esta inovação valoriza ainda mais a raça e aumenta o comércio de lã e peles da URSS, visto sua criação ser feita exclusivamente em função do aproveitamento da pele.

VACAS NO LUGAR DE RUFIÕES.

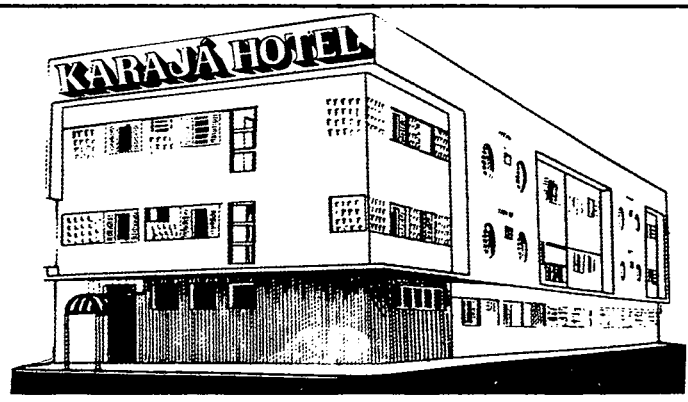
Estão surgindo, atualmente, alguns métodos novos de detectação de cio. Uma das mais recentes novidades e, com certeza, das mais curiosas, é a da "vaca androginizada".

Um hormônio masculino sintético (a testosterona), quando injetado na vaca, serve para estimulá-la a comportar-se como o macho, tornando-se então uma vaca androginizada.

À medida em que a vaca vai recebendo o tratamento de testosterona, seu período de agressividade sexual vai se prolongando.

Especialistas de diversos países e pesquisas aplicadas pela Universidade de Michigan concluiram que essas vacas androginizadas, quando equipadas com buçal marcador, são mais capazes de procurar e marcar suas companheiras que estão em cio do que os touros cirurgicamente preparados (rufiões).

Inúmeras são as vantagens mostradas pelos experimentos levados a efeito pela Universidade de Michigan (EUA): as vacas androginizadas são preparadas facilmente; o trabalho se torna mais seguro do que com os touros; e seu preço é mais econômico para o criador. Além disso, é possível manter, com a vaca androginizada, um alto nível de atividade durante a estação de monta.



Em Uberaba hospede-se no
KARAJÁ HOTEL

70 Apartamentos e Suites com:

Ar condicionado / Televisão * • • Sala de jogos
Frigobar • • Sala de estar com TV a cores
Restaurante e bar com música • • Coffee Shop
Interfones • • Garagem
Salão para convenção • * Opcional

KARAJÁ HOTEL

Av. Fernando Costa, 26
Fones: (034) 332-6000 -- 332-6200 — 332-6500 (PBX)
Caixa Postal, 203 — CEP 28.100 — UBERABA — MG

REGISTRO

1 A política de preços mínimos do Governo Federal foi estendida em outubro ao setor de aves e peixes. Em reunião do Conselho Monetário Nacional, no dia 17, ficou aprovada proposta do Ministro Amaury Stábile, pela qual nove espécies de pescado de maior produção e maior consumo no País passaram a ter seus preços mínimos de comercialização garantidos pela Comissão de Financiamento da Produção. Segundo o Ministro da Agricultura, essa medida representa "uma remuneração condigna e estável para o produtor, que lhe permita, nas circunstâncias adversas, a continuidade da colocação de seu pescado com a justa apropriação do ganho comercial legítimo".

2 A Companhia de Seguros Bemge, ligada ao Banco do Estado de Minas Gerais acaba de lançar uma nova modalidade de seguros: o seguro de vida em grupo para animais. A partir de agora, os proprietários de rebanhos bovinos ou eqüinos podem ter a cobertura da seguradora no caso de morte provocada por acidentes, sejam estes de quaisquer tipos: queda, intoxicação, envenenamento, raio, briga, mordeduras de cobras, etc. Além desta cobertura básica, a seguradora ainda oferece: cobertura especial de viagem; cobertura especial de exposição, mostra ou leilão; e cobertura de premunição de bovídeos. As taxas (ou prêmios) variam de acordo com o número de animais, os valores e o tipo de cobertura pretendida.

3 O valor bruto anual da produção de origem animal no Brasil foi estimado em Cr$ 220 bilhões por um grupo de técnicos integrado por elementos do Ministério da Agricultura e da Fundação João Pinheiro. Este valor é superior em Cr$ 30 bilhões ao faturamento bruto de toda a indústria automobilística nacional, que foi calculado em Cr$ 190 bilhões, fato que vem demonstrar a extraordinária importância da pecuária no contexto da economia nacional. Ainda segundo o diagnóstico de grupo de técnicos do M.A. e da F.J.P., o rebanho bovino brasileiro seria formado atualmente por 105 milhões de cabeças e estaria crescendo a uma taxa média anual de apenas 3,1%, que é inferior ao índice de crescimento vegetativo da população. Outro dado constante do diagnóstico: atualmente, a oferta de carne bovina no Brasil situa-se na faixa de 2,4 milhões de toneladas anuais, enquanto a oferta de leite é de 11 milhões de toneladas.

4 Em setembro, o Concex — Conselho Nacional de Comércio Exterior — foi inteiramente reformulado pelo Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, que entregou o cargo de Secretário Executivo do órgão ao empresário Paulo Vellinho. Este, ao assumir a tarefa de dinamizar as exportações brasileiras, prometeu trabalhar ensado com a Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) e com todas as demais instituições que se dedicam à ativação das vendas externas brasileiras. Para Vellinho, "O Concex é um desafio enorme para o empresário brasileiro e as soluções têm que vir do empresário e devem ser de consenso — de setores ou globais, quando for o caso — e não de indivíduos". Atualmente, as exportações brasileiras representam 7,5% do Produto Nacional Bruto e o Governo Federal está desenvolvendo esforços para que esse índice suba para, pelo menos, 10% em 1983. Segundo Mário Fortes, Secretário Geral do Ministério da Fazenda, em 1984 o Brasil precisará exportar 40 bilhões de dólares "sob pena de ter que parar".

5 Dezenas de entidades de classe ligadas à agropecuária e lideradas pela Sociedade Rural Brasileira enviaram ofício ao Governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, solicitando que seja sustada eventual ordem de remoção das associações de criadores do Parque de Água Branca. No documento, as entidades afirmam que a desativação do Parque Fernando Costa (Água Branca, SP) apenas "premiaria a falta de visão de governantes do passado, que resolveram criar um novo parque de exposições premidos pela tecnocracia encastelada nos organismos governamentais". Em outro trecho do ofício, afirmam as lideranças ruralistas que "o abandono do novo parque de exposições — Água Funda — não representaria nenhum contrasenso, já que outra finalidade poderia ser dada a este próprio governamental. As associação de criadores apoiam esta sugestão".

6 A Colômbia liberou as compras de sêmen bovino brasileiro em setembro, até então dificultadas, devido ao temor de transmissão de febre aftosa. Outros países deverão seguir, a curto prazo, o exemplo da Colômbia, pois o Centro Penamericano de Febre Aftosa, depois de estudar o assunto durante dois anos, aceitou parecer técnico do Instituto Biológico de São Paulo, segundo o qual a doença não é transmissível através do sêmen, desde que este seja controlado e manipulado dentro de tecnologia já desenvolvida no Brasil.

As exportações de zebu e sua importância para a economia nacional

O INTERESSE ESTRANGEIRO PELO NOSSO ZEBU

Qualquer pessoa medianamente informada sobre o estágio atual da nossa pecuária sabe que o Brasil possui hoje o melhor material genético do mundo para a pecuária bovina nas regiões equatoriais, tropicais e subtropicais.

Trata-se do zebu brasileiro — nome genérico que se dá às oito raças ou variedades de **Bos indicus** que vêm sendo selecionadas, desenvolvidas e constantemente aprimoradas no País, desde o fim do século passado, por criadores de todas as regiões do País.

Sobretudo a partir de 1938, quando a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (então Sociedade Rural do Triângulo Mineiro), por delegação do Ministério da Agricultura, começou a executar em todo o território nacional o Serviço de Registro Genealógico das Raças Bovinas de Origem Indiana, o desenvolvimento e a expansão do zebu brasileiro foram extraordinários — tanto no aspecto qualitativo como no sentido quantitativo.

Hoje, 80 por cento do rebanho bovino nacional possui acentuado grau de mestiçagem zebuína. Os indicadores de qualidade zootécnica continuam apresentando resultados cada vez mais promissores. E o volume de informações acumuladas pela ABCZ constitui um patrimônio valiosíssimo, que vem sendo criteriosamente manipulado e constantemente enriquecido pela entidade, em busca de novas conquistas no campo da zebuinocultura.

Num mundo carente de proteína animal — o alimento mais nobre que existe — a qualidade genética e zootécnica das raças zebuínas brasileiras é, obviamente, um produto de ilimitadas potencialidades de mercado.

Dentro deste panorama, torna-se perfeitamente compreensível o enorme interesse de pecuaristas e técnicos estrangeiros pelo zebu brasileiro.

Esse interesse pode ser dimensionado de muitas formas:

— pelas freqüentes visitas de delegações de criadores e zootecnistas ao Brasil;

— pelo crescente e incalculável número de cartas vindas do exterior, com pedidos de informações sobre as raças, variedades ou linhagens zebuínas e sobre os métodos de criação e manejo utilizados aqui;

— por manifestações diversas de entidades de classe internacionais;

— por artigos técnicos e reportagens em revistas especializadas estrangeiras;

— por constantes convites a técnicos brasileiros para proferirem palestras ou participarem de julgamentos no exterior.

— e, sobretudo, pelas operações de compra de gado brasileiro efetuadas habitualmente, nos últimos 10 anos, por parte de pelo menos 15 países: Argentina, Bolívia, Guiana Francesa, Paraguai, Uruguai, Peru, Venezuela, Equador e Colômbia, na América do Sul; e Angola, Congo, Gana, Moçambique, Senegal e Zaire, na África. (Ver quadro 1)

QUADRO 1 — EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE BOVINOS REPRODUTORES
TOTAL GERAL (1971 a 1977)

PAÍSES	(US$ 1.000)	%	QUANTIDADE UNIDADES	QUANTIDADE %	PREÇO-MÉDIO US$ 1.000/ UNIDADES
Argentina	3,425	23,19	5,100	14,39	0,672
Bolívia	2,380	16,11	7,811	22,04	0,305
G. Francesa	26	0,18	133	0,38	0,195
Paraguai	4,914	33,27	6,894	19,45	0,713
Peru	1,850	12,52	13,858	39,10	0,133
Uruguai	36	0,24	23	0,26	1,565
Sub Total	12,631	85,51	33,819	95,42	0,373
Venezuela	859	5,82	401	1,13	2,142
Sub Total	13,490	91,32	34,220	96,55	0,394
Angola	347	2,35	420	1,19	0,326
Congo	75	0,51	75	0,21	1,000
Gana	532	3,60	400	1,13	1,330
Moçambique	294	1,99	258	0,73	1,140
Senegal	9	0,06	19	0,05	0,474
Zaire	25	0,17	50	0,14	0,500
Sub Total	1,282	8,68	1,222	3,45	0,049
TOTAL GERAL	14,772	100,00	35,442	100,00	0,417

FONTE: CACEX
ELABORAÇÃO: SNAB/MA

POR QUE EXPORTAR ZEBU?

Nesta visão panorâmica da pecuária zebuína sob o prisma das exportações de reprodutores e matrizes, é natural que surja a primeira de todas as indagações: por que exportar zebu?

A resposta óbvia e genérica seria: pelas mesmas razões pelas quais exportamos soja, café e todos os demais produtos agropecuários ou mesmo industrializados. Para gerar divisas para o País, que está tão necessitado delas. Para ajudar a reduzir o déficit da nossa balança comercial. Para proporcionar novas e potencialmente valiosas fontes de receita para a economia nacional.

Mas a pergunta exige também respostas mais específicas. O Brasil pode, precisa e deve exportar zebu, entre outras pelas seguintes razões:

1.º) porque a realidade do mercado de reprodutores e matrizes zebuínos nos mostra que existe um excedente exportável que, atualmente, vem contribuindo para o aviltamento de preços no âmbito interno. Até recentemente, animais controlados ou registrados — portanto, geneticamente superiores — eram abatidos como gado de corte, tamanho era o desestímulo dos produtores. Atualmente, a situação melhorou um pouco, mas os preços de reprodutores e matrizes encontram-se ainda defasados em relação a animais de corte;

2.º) porque os milhares de pecuaristas que, em todo o País, praticam a pecuária seletiva — e que foram e continuam sendo os grandes responsáveis pelo estágio atual da zebuinocultura no Brasil — merecem e precisam obter maior rentabilidade no seu trabalho de selecionamento. Até mesmo para que se sintam estimulados a continuar aprimorando seus rebanhos, melhorando a sua produtividade e introduzindo novas tecnologias;

3.º) porque o Brasil tem uma contribuição importante a dar ao mundo em termos de pecuária zebuína, que é hoje uma das principais fontes produtoras de proteína animal para os países localizados nas faixas de clima quente ou temperado, os quais, em sua maior parte, encontram-se em processo de desenvolvimento;

4.º) porque, em matéria de comércio internacional, é preciso que se seja prático e realista: se o Brasil não exportar zebu, outros países o farão. Não tem sentido deixar de vender um produto que, lá fora, alcança preço muito superior aos vigentes no mercado interno; e , finalmente,

5.º) porque não existe risco algum de que o Brasil venha a perder sua posição de liderança e de vanguarda no campo da zebuinocultura.

O ESTÁGIO ATUAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Apesar das exportações habituais já citadas (ver quadro 1) e apesar das vendas crescentes de reprodutores e matrizes registrados ou controlados à Argentina, Colômbia e Venezuela, é forçoso reconhecer que, atualmente, o Brasil vem explorando apenas uma ínfima parcela do mercado potencial do zebu brasileiro.

Para sermos mais exatos, o País tem se limitado a vender esporadicamente, para aqueles que se aventuram a vir aqui comprar reprodutores, matrizes ou sêmen, enfrentando toda sorte de obstáculos.

Falta-nos um programa sistemático, organizado, estruturado em moldes dinâmicos e em bases empresariais, que permita ao Brasil sair da condição de vendedor eventual e bissexto para se tornar um exportador permanente.

Partindo desse ponto-de-vista, a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu vem se empenhando, há muitos anos, junto ao Governo Federal, para que seja criado e implementado um programa sistemático de apoio às exportações, pois só desta maneira será possível conquistar, manter e ampliar o mercado internacional do zebu brasileiro — este novo e valioso produto da nossa pauta de exportações.

Por iniciativa e empenho da ABCZ, foi constituído, no dia 19 de agosto de 1977, através de portaria interministerial, um Grupo de Trabalho que, em novembro de 1978 apresentou um relatório cujo título é "Programa para Exportação de Zebu e Sêmen".

AS CONCLUSÕES DO GRUPO DE TRABALHO

O Grupo de Trabalho interministerial foi formado por representantes do Ministério da Indústria e Comércio, do Ministério da Agricultura, do Ministério da Fazenda, do Ministério das Relações Exteriores, da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu e da Confederação Nacional da Agricultura.

Durante os 15 meses de reuniões semanais e estudos permanentes, o Grupo de Trabalho teve oportunidade de fazer um amplo e detalhado levantamento da zebuinocultura brasileira e das suas perspectivas com relação às exportações, contando em diversas oportunidades com a colaboração de outros

técnicos e especialistas governamentais, além de subsídios vários vindos de entidades de classe e da iniciativa privada.

Concluindo de maneira enfática pela conveniência de que seja implementado um programa de exportação de zebu e sêmen, "programa capaz de tornar essas atividades em importante fonte de divisas para a economia nacional", o Grupo de Trabalho constatou:

a) que no período de 1971 a 1977, as exportações brasileiras de bovinos reprodutores (machos e fêmeas) totalizaram aproximadamente 14,8 milhões de dólares, correspondentes a 35.442 animais vendidos ao exterior (ver quadro 1);

b) que no período de 1980 a 1985, o Brasil poderá exportar, sem nenhum prejuízo quanto ao abastecimento de bovinos reprodutores ao mercado interno, 73 mil zebuínos machos e fêmeas (quadro 2) e 8,8 milhões de doses de sêmen (quadro 3);

Lee McKellar, pecuarista no estado do Texas, é o maior importador de zebu brasileiro.

QUADRO 2 – EXCEDENTES EXPORTÁVEIS DE ZEBUÍNOS REGISTRADOS, PUROS DE ORIGEM (P.O.), NO PERÍODO DE 1979 a 1985

ANO / RAÇA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	TOTAL
Nelore	6.400	6.900	7.440	7.900	8.460	9000	9.740	55.840
Gir	1.048	1.084	1.124	1.166	1.208	1.250	1.297	8.177
Guzerá	502	540	582	628	678	730	788	4.448
Indubrasil	548	570	590	610	631	652	674	4.275
TOTAL	8.498	9.094	9.736	10.304	10.977	11.632	12.499	72.740

FONTE: Estimativas do GT com base nos registros de nascimento da ABCZ.

QUADRO 3 – EXCEDENTES EXPORTÁVEIS DE SÊMEN BOVINO CONGELADO PERÍODO 1979/85 (EM 1.000 DOSES)

ANOS / ESPECIFICAÇÕES	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	TOTAL
CAPACIDADE UTILIZADA DO PARQUE INDUSTRIAL	20%	35%	50%	65%	80%	95%	100%	
TOTAL DE SÊMEN INDUSTRIALIZADO	2.000,0	3.500,0	5.000,0	6.500,0	8.000,0	9.500,0	10.000,0	44.500,0
DEMANDA INTERNA DE SÊMEN NACIONAL	2.004,7	2.876,3	3.864,2	4.942,4	6.099,0	7.450,3	8.949,0	36.185,9
DEMANDA INTERNA DE SÊMEN ZEBUÍNO	951,3	1.417,0	1.968,8	2.556,5	3.239,4	4.291,9	5.181,0	19.355,9
SÊMEN ZEBUÍNO INDUSTRIALIZADO	1.000,0	2.000,0	3.000,0	4.000,0	5.000,0	6.000,0	6.000,0	27.000,0
ESTOQUE ACUMULADO DE SÊMEN ZEBUÍNO	1.420,3	719,0	302,0	133,2	276,7	487,3	695,4	4.033,9
EXCEDENTE EXPORTÁVEL DE SÊMEN ZEBUÍNO	750,0	1.000,0	1.200,0	1.400,0	1.500,0	1.500,0	1.500,0	8.850,0
VALOR DE SÊMEN ZEBUÍNO EXPORTÁVEL (US$ 1.000)	3.750,0	5.000,0	6.000,0	7.000,0	7.500,0	7.500,0	7.500,0	44.250,0

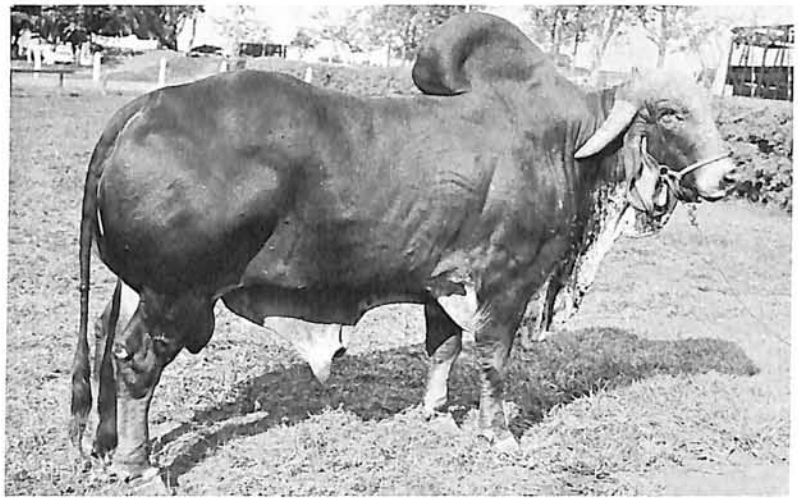
FONTE: Coordenadoria de Programas de Reprodução e Inseminação Artificial (COPRIA/SNAP – MA) e Associação Brasileira de Inseminação Artificial (ASBIA).

No mesmo documento, o Grupo de Trabalho sugeriu:

1) a institucionalização de um Comitê Permanente, a nível do CONCEX, constituído por representantes de diversos ministérios, órgãos governamentais e entidades de classe, para programar e supervisionar a exportação de zebuínos e sêmen, além de propor, aos órgãos competentes, medidas que possam contribuir para o aperfeiçoamento do sistema, inclusive no que se refere ao programa de promoção comercial no exterior;

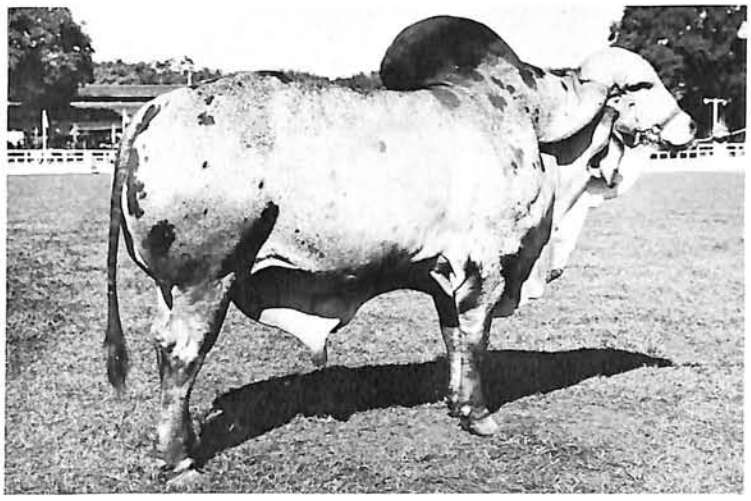
2) a criação de uma Comissão para, sob a coordenação do Ministério da Agricultura, em regime de tempo integral e no prazo de 90 dias, elaborar programa de utilização intensiva da Estação Quarentenária de Cananéia, assim como estudar a localização de "pontos de concentração" e de instalações portuárias e aeroportuárias, a ser utilizados no sistema de exportação de zebuínos e sêmen;

3) a implantação de "fazendas tipo exportação", visando, principalmente, à gradual melhoria do estado sanitário do plantel da propriedade e conseqüente redução do índice de animais refugados por ocasião da seleção sanitária. Outro aspecto favorável das "fazendas tipo exportação" – segundo ainda o relatório do Grupo de Trabalho – seria junto aos meios pecuaristas e às autoridades sanitárias dos países importadores. As "fazendas tipo exportação" deveriam atender a uma série de requisitos de ordem sanitária e, por outro lado, teriam, a título de estímulo, prioridade nos financiamentos junto aos bancos oficiais, bem como outros incentivos financeiros;



O maior plantel Gir descendente de Chave de Ouro.

GOIACAN — Reg. 7360 - Grande Campeão em Uberaba/1968. Filho dos Campeões Chave de Ouro e Colômbia.



ASTECA — Reg. 9540 - Grande Campeão em Uberaba/1973, 1974 e 1975. Filho do Grande Campeão Goiacan e Ibuméia.

HONG KONG II — Reg. A-3320 - Grande Campeão em Uberaba/1977. Filho do Tri-Campeão Asteca e Galera.

MARCA R
CARIMBO 2

Fazenda Santa Bárbara
Rivaldo Machado Borges

Res.: Av. Santos Dumont n.º 125
Esc.: Av. Leopoldino de Oliveira, 345 - S/306
Tel.: 332-3226 e 332-0317
UBERABA — MG.

4) a adoção pelo CONCEX das normas de controle higiênico sanitárias recomendadas no decorrer do relatório, atualizando-se ou revogando-se as atuais normas existentes sobre o assunto;

5) a estruturação de setores, nas Secretarias de Defesa Sanitária Animal e de Produção Animal do Ministério da Agricultura, para acompanhamento, supervisão e controle do programa de exportações de zebu e sêmen, tanto a nível de fazenda, como de quarentenário e de "pontos de concentração", em estreita colaboração com o sistema liderado pelo Laboratório Nacional de Referência Animal LANARA.

Paralelamente, o Grupo de Trabalho sugeriu que fosse concedida aos exportadores de zebuínos e sêmen uma série de estímulos e facilidades fiscais, tais como: isenções e deduções no Imposto de Renda, deduções das despesas com promoção no exterior, reduções no Imposto sobre Produtos Industrializados e no Imposto sobre Circulação de Mercadorias, etc.

Finalmente, o Grupo de Trabalho sugeriu a concessão de prioridade pelos bancos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural aos pedidos de financiamentos feitos por pecuaristas interessados em investir em melhoramentos para transformar suas propriedades em "fazendas tipo exportação" e por indústrias produtoras de sêmen congelado, além de propor a extensão dos benefícios da Resolução n.o 68 do CONCEX às exportações de reprodutores, de modo que possam ser assistidas por financiamento.

O Programa Nacional de Exportação de Zebu e Sêmen, elaborado pelo Grupo de Trabalho, significou o primeiro passo concreto dado pelo Brasil no sentido de apoiar, organizar e sistematizar as exportações de reprodutores, matrizes e sêmen.

A COMISSÃO COORDENADORA

A 19 de julho de 1979, ainda por sugestão e empenho direto da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, o Ministério da Agricultura criou, através da portaria n.º 628, , a "Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Exportação de Bovinos e Sêmen de Origem Indiana".

Esta Comissão foi criada especificamente, como deixa claro o texto da portaria, para "agilizar as exportações brasileiras de reprodutores, matrizes e sêmen bovinos de origem indiana".

Para isso, a Comissão, ainda segundo a portaria, deveria tratar prioritariamente de:

— "estudar as atuais condições do quarentenário de Cananéia e apresentar sugestões para execução de obras complementares, se for o caso;

— estudar as portarias e resoluções referentes às exportações;

— participação e acompanhamento de acordos sanitários e comerciais; e

— estimular a criação de cooperativas e/ou empresas especializadas em exportação de zebuínos".

A Comissão, que iniciou suas atividades de maneira bastante promissora, fazendo inclusive, a 9 de agosto de 1979, uma proveitosa visita à Estação Quarentenária de Cananéia, posteriormente foi ampliada, com a inclusão de três novos membros: os representantes da Secretaria de Produção Animal, da Sociedade Nacional de Agricultura e da Associação Brasileira de Inseminação Artificial (ASBIA).

A partir de um determinado momento, — e apesar do esforço do seu presidente — a Comissão deixou de se preocupar com as finalidades específicas para as quais foi criada, passando a discutir, por pressões de alguns membros, sobre a conveniência ou não de se exportar reprodutores e fêmeas para os Estados Unidos. Apesar de não ter havido consenso, quanto a este ponto, é preciso deixar claro que a maioria dos membros da Comissão se manifestou favorável a tais exportações.

Conclui-se que, lamentavelmente, dos quatro ítens de que deveria tratar em caráter de prioridade, a Comissão só atendeu ao primeiro (estudo das condições do quarentenário de Cananéia), assim mesmo superficialmente.

Os demais ítens foram deixados de lado: nada se fez para "estimular a criação de cooperativas e/ou empresas especializadas em exportação de zebuínos"; nada se fez para "estudar portarias e resoluções referentes às exportações"; e nada se fez quanto à "participação e acompanhamento de acordos sanitários e comerciais".

O relatório final da "Comissão Coordenadora do Programa de Exportação de Bovinos e Sêmen de Origem Indiana", com 322 páginas, sendo 70 principais e outras 252 de anexos, é um documento que pouca ou nenhuma contribuição trouxe para a agilização das exportações de zebu e sêmen.

AS VANTAGENS DE EXPORTAR PARA OS ESTADOS UNIDOS

O interesse de criadores norte-americanos pelo zebu brasileiro não é recente. Nas primeiras décadas deste século,

o Brasil vendeu aos Estados Unidos algumas centenas de reprodutores e matrizes, diretamente ou através do México.

Lá, esses animais, cruzados com outras raças, contribuiram de maneira decisiva para o surgimento do Brahman — o zebu americano.

No final da década de 60 e início dos anos 70, o interesse dos pecuaristas norte-americanos pelo zebu brasileiro voltou a se manifestar de maneira intensa. Através das suas associações de classe, eles começaram a pressionar o Governo norte-americano para que liberasse as importações de gado zebu brasileiros.

As autoridades sanitárias, de início, resistiram às pressões e chegaram até a desenvolver uma campanha em sentido contrário junto aos criadores, tentando convencê-los de que haveria riscos em importar animais vivos de países onde existe a febre aftosa. Em 1976, foi distribuido pelo governo norte-americano aos criadores um folheto cujo título era: "Você faria uma importação de enfermidades infecciosas?". No final desta peça, estava escrito:

"... A melhor maneira para os Estados Unidos continuarem livres da febre aftosa é impedir que o vírus da mesma penetre no país. A melhor maneira de impedir a penetração desse vírus é mediante a regulamentação dos produtos que poderiam transportá-lo. A prevenção da contaminação pela febre aftosa é, no final das contas, simplesmente uma questão de bom-senso comercial".

Mas o interesse dos criadores de Brahman pelo zebu brasileiro era tamanho que acabou superando as resistências de ordem sanitária.

Com o objetivo específico de permitir a importação de gado brasileiro, o Governo dos Estados Unidos construiu na Flórida, em Fleming Key, o Centro de Importação de Animais Harry S. Truman, que já está em condições de ser usado.

Posteriormente, começou a ser negociado entre os EUA e o Brasil um acordo sanitário que, em 1979, foi concluído, chegando-se a um consenso sobre os cuidados e precauções de ordem sanitária que deveriam ser seguidos durante uma então provável exportação de gado brasileiro para aquele país.

No período em que, a nível de governo, se desenvolviam questões

O VOTO DA MAIORIA

A Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Exportação de Bovinos e Sêmen de Origem Indiana foi composta inicialmente por Luiz Zezza Neto, da Secretaria Geral do Ministério da Agricultura, designado presidente da Comissão; Manoel Carlos Barbosa, presidente da ABCZ; Décio de Araújo Lyra, da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária e substituto eventual do presidente; Hélio Nicolau Martins, da CACEX e Maria Luiza Viotti, do Departamento de Promoção Comercial do Itamarati.

Posteriormente, foram designados três novos membros: Vicente de Paula Mendes Pelloso, da Secretaria de Produção Animal do Ministério da Agricultura; Osaná Sócrates de Araujo Almeida, representante da Sociedade Nacional da Agricultura; e Luiz Carlos Oberlander da Veiga Soares, representante da ASBIA – Associação Brasileira de Inseminação Artificial.

No total, portanto, a Comissão era integrada por oito membros. Quando surgiu o impasse com relação às vendas de reprodutores e matrizes para os EUA, a representante do Ministério das Relações Exteriores entendeu que não lhe cabia opinar sobre a conveniência ou não dessas exportações. E deixou claro que o Departamento de Promoção Comercial do Itamarati prestará todo o apoio que se fizer necessário às exportações.

Por seu lado, o presidente em exercício da Comissão, Décio de Araújo Lyra, também não votou.

Ficaram registrados, nos anais da Comissão, seis votos, sendo dois contrários às exportações de machos e fêmeas para os EUA – dos representantes da Sociedade Nacional da Agricultura e da ASBIA – e quatro favoráveis (dos demais membros).

O texto abaixo reproduz a íntegra do voto da maioria:

"A Secretaria de Produção Animal do Ministério da Agricultura, a CACEX e a ABCZ, através de seus representantes na Comissão,

CONSIDERANDO:

a) que o mercado interno atual não está absorvendo a totalidade dos reprodutores zebuínos com registro genealógico disponíveis, existindo, portanto, um excedente exportável;

b) que o material genético que será exportado não fará falta à implementação dos programas de melhoramento zootécnico do rebanho nacional;

c) que o programa de exportação será acompanhado permanentemente à luz do interesse nacional;

d) que o selecionador tem necessidade de obter estímulos financeiros para dar continuidade e aprimoramento ao seu trabalho, usando as novas tecnologias que surgem;

e) que a agilização na exportação de zebuínos virá contribuir para o fortalecimento da nossa balança comercial, preocupação atual do Governo brasileiro, tendo em vista, inclusive, as condições mais favoráveis de preço existentes no mercado externo; e

f) que a legalização na comercilização externa de nosso material genético constitui-se na melhor forma de se exercer controle mais efetivo sobre o que está sendo realmente exportado.

CONCLUEM

Pela conveniência de que se dê continuidade e agilização às exportações de machos e fêmeas zebuínas".

a) Luiz Zezza Neto (Presidente)
Vicente de Paula Mendes Pelloso
Hélio Nicolau Martins
Manoel Carlos Barbosa

bilaterais e, a nível de entidades de classe, eram realizados contatos entre lideranças dos dois países, a ABCZ começou a estudar, sob todos os aspectos possíveis, as vantagens e eventuais desvantagens de vender zebu aos EUA.

Em primeiro lugar, foi realizada uma pesquisa por amostragem junto a pecuaristas de todas as regiões brasileiras, na qual ficou constatado qe a maioria absoluta dos criadores é favorável às exportações de reprodutores e matrizes zebuínos e de sêmen.

Posteriormente, a ABCZ reuniu seu Comitê de Comércio Exterior, formado por pecuaristas de comprovada experiência em negócios internacionais, havendo maioria absoluta de manifestações favoráveis às exportações de machos e fêmeas para os EUA.

Finalmente, em maio último, a ABCZ reuniu seu Conselho Diretivo, que é formado por líderes pecuaristas de 15 estados brasileiros e, lá também, analisando detalhadamente o assunto, os representantes de criadores de todas as regiões do país decidiram apoiar e aprovar as vendas de reprodutores e matrizes brasileiros para os EUA, bem como para quisquer outros países, como já vem sendo feito atualmente.

A posição da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu resulta, pois, de um longo processo de consultas, de estudos e de amadurecimento a respeito desse assunto.

Justamente por isso, hoje, quando algumas poucas vozes, mal informadas ou defensoras de interesses comerciais de determinados setores, se levantam para criticar a primeira exportação de zebu brasileiro para os EUA, a ABCZ tem argumentos fortes e variados para contestar tais críticas. (Basta que sejam lidos e analisados os nove pontos seguintes).

PRIMEIRO PONTO: EXPORTAR PARA OS EUA SIGNIFICA ABRIR AS PORTAS DO MERCADO INTERNACIONAL PARA O ZEBU BRASILEIRO.

A primeira venda de reprodutores e matrizes para os EUA é importante, principalmente,por significar o reconhecimento, por parte de um país de pecuária avançada, da alta qualidade zootécnica do zebu brasileiro.

E por demonstar a outras dezenas de países interessados em importar reprodutores e matrizes zebuínos brasileiros que as restrições de ordem sanitária — até então um tabu insuperável — podem ser vencidas, bastando para isso apenas alguns cuidados, normas e controles que, com a prática, com a freqüência de operações e com o tempo, tendem a se tornar cada vez mais fáceis de serem cumpridos.

Justamente por isso, a primeira exportação de zebu poderá ser capitalizada, em termos de negociações internacionais e em termos de promoção, para abrir as portas de mercados muito mais expressivos e mais promissores que o norte-americano.

Essa afirmação é tão verdadeira que, no momento, o governo brasileiro já está negociando a possibilidade de exportação de zebuínos e sêmen com o governo mexicano, baseado na abertura do mercado norte-americano.

SEGUNDO PONTO: AS EXPORTAÇÕES DE ZEBU ESTÃO ABERTAS.

A resolução n.º 71 do CONCEX, de 14 de maio de 1971, regulamentou as exportações de animais vivos destinados a reprodução e outros fins. Vários ítens, dentro da referida resolução, se referem a exportações de zebuínos, como por exemplo o XI, que reproduzimos:

—"... Para exportação de animais na categoria de controlados ítem VIII, alínea C, das raças zebuínas, será emitido certificado pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu..."

Dados da CACEX, já citados, mostram que no período de 1971 a 1977, o Brasil exportou 35.442 reprodutores bovinos, na sua maior parte zebuínos controlados ou registrados, machos e fêmeas.

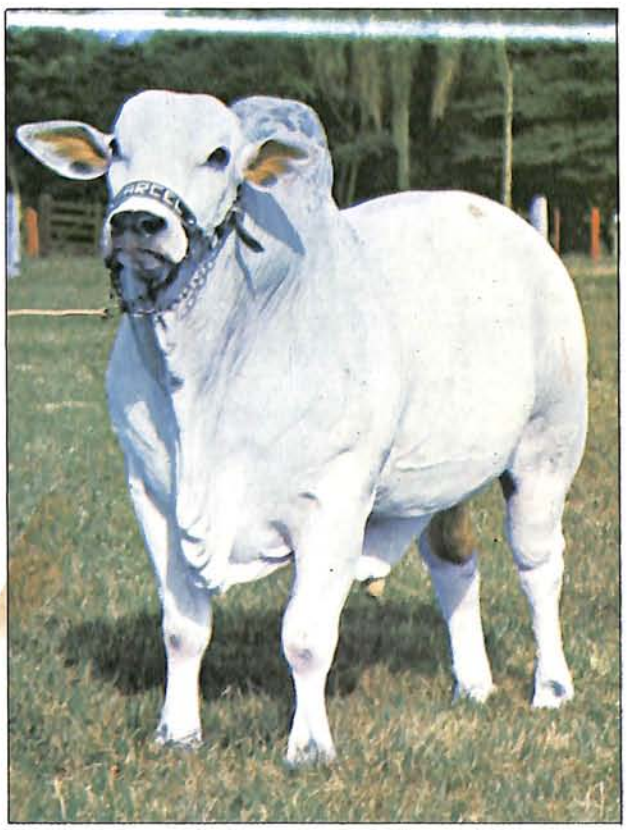
O Brasil vem exportando habitualmente para cerca de 15 países e, com relação à Venezuela, existe inclusive uma portaria regulamentando o assunto a de n.º 50, de 12 de fevereiro de 1968. Desta data até 30 de março de 1979, portanto em 11 anos, foram realizadas 12 exportações de zebu brasileiro — machos e fêmeas controlados ou registrados — para a Venezuela, num total de aproximadamente 1.000 animais, ao custo médio de 2.500 dólares.

Como resultado dessas importações, pecuaristas venezuelanos consideram que hoje estariam em condições de vender zebu (de origem brasileira, claro) aos EUA, afirmando inclusive que possuem melhores condições sanitárias que nós, já que lá não existe o vírus C da aftosa.

Nelore mocho Marca OB

Padrão de qualidade no Brasil e no mundo

PARCEL– Filho de Chumak. Campeão Touro jovem e Grande Campeão em Londrina/79. Campeão Touro Jovem em Uberaba/79 e Campeão Sênior em Ribeirão Preto/79. Peso atual: 1003 kg.



O primeiro touro nelore mocho registrado no Brasil, Caburey, nasceu na Fazenda Santa Marina — o principal centro criatório da Organização Ovídio Miranda de Brito.

Caburey era um filho mutante para o caráter mocho do touro nelore (P.O.) Kong, originário da criação do Sr. Otávio Machado, e da vaca nelore (P.O.) Capanga, de criação do Sr. Neca Andrade.

A progênie deste touro se caracterizou por excelente fertilidade. Somente nas fazendas da marca OB existem mais de 6.000 matrizes registradas P.O. descendentes de Caburey.

Desde o início, portanto, a marca OB se tornou sinônimo de nelore mocho. Ela significa o que há de melhor em nelore mocho.

Apenas na Exposição de Uberaba, animais originários da marca OB conquistaram 11 grandes campeonatos em anos recentes: foram seis grandes campeãs e cinco grandes campeões.

Em 1975, o extracrdinário raçador Mendigo, da marca OB, tornou-se recordista nacional de desenvolvimento ponderal, conforme controle oficial da ABCZ, atingindo a expressiva marca de 722 kg aos 730 dias.

Como resultado das comprovadas qualidades zootécnicas que a marca OB vem procurando selecionar com técnicas cada vez mais aprimoradas — fertilidade, precocidade, rusticidade e desenvolvimento ponderal o nelore mocho é hoje, entre as diversas raças ou variedades zebuínas, uma das que vem obtendo maiores índices de expansão e aceitação por todo o Brasil.

E, agora, o nelore mocho marca OB começa a mostrar seu valor também no exterior: ele já está sendo exportado para três continentes — América do Sul, América do Norte e países africanos.

As matrizes
se destacam não apenas pelos
mas principalmente pela s

PURINA – Campeã Vaca Jovem e Grande Campeã em Uberaba/79 e Grande Campeã em Araçatuba/79. Filha de Fuso - Peso atual 705 kg.

LAGEADA – Grande Campeã em Londrina/79. Filha de Marajá

da marca OB
seus prêmios e campeonatos,
ua comprovada fertilidade.

BUTIKA – Campeã Vaca Jovem e Reservada Grande Campeã em Londrina/79. Filha de Fuso.

JAPA – Grande Campeã em Paranavaí/79.

Veja o que a qualidade OB pode fazer pelo seu rebanho

MAJUBA – Campeã Vaca Jovem e Reservada Grande Campeã em Uberaba/78. Filha de Folguedo - Peso: 782 kg.

PIERRO – O primeiro filho do raçador nelore mocho Orígmo. Peso aos 18 meses: 510 kg.

OB

OVIDIO MIRANDA BRITO
FAZENDA SANTA MARINA
Rua Peixoto Gomide 996 - 7.º andar - Fone: 288.5477
Telex: 011.25.627 (CCEI - Br)
São Paulo – SP.
Rua Antônio Florêncio, 51 - Fone: 23.4970
Araçatuba – São Paulo

TERCEIRO PONTO: VENDER ZEBU É UM BOM NEGÓCIO PARA O BRASIL E PARA OS CRIADORES

O relatório final do Grupo de trabalho interministerial já citado) mostra que o Brasil tem um excedente exportável, no período de 1979 a 1985, de cerca de 73 mil reprodutores zebuínos (quadro 2) Além disso, há um potencial de 8,8 milhões de doses de sêmen (quadro 3).

Estes números, segundo acredita a própria ABCZ, estão subestimados. Desde que estimulados, os criadores poderão produzir volume consideravelmente superior de reprodutores e matrizes zebuínos para exportação. O mesmo pode acontecer quanto ao sêmen, pois as centrais estão trabalhando atualmente com grande capacidade ociosa.

Os preços praticados no mercado externo são bastante superiores aos vigentes no mercado interno. Calcula-se que, na venda para os EUA, o preço médio por cabeça seja de, aproximadamente, 4 mil dólares, o que é pelo menos quatro vezes a média encontrada no mercado interno de animais registrados ou controlados.

Os pioneiros na exportação de zebu

Reportagem de Paulo Paiva e Heitor Átila

Com o término das grandes importações de gado zebu proveniente da Índia, inicia-se na década de vinte, em Uberaba, um capítulo de extrema importância na história da pecuária nacional. Nesta época, partiram as primeiras remessas do gado "Bos indicus", que contribuiriam significativamente para o aprimoramento genético dos rebanhos mexicano e norte-americano, culminando com a formação da raça Brahman. Depois disso, a influência do gado brasileiro seria inestimável para a pecuária daquela região do continente.

Já no ano de 1919, notava-se um clima contrário às importações. Temia-se um possível saturamento do mercado que inevitavelmente provocaria graves prejuízos à pecuária. A 17 de julho daquele ano, o periódico uberabense LAVOURA E COMÉRCIO publicava uma nota da "Liga dos Fazendeiros e Criadores do Triângulo Mineiro". Era divulgado que vários criadores da região "deliberaram assignar um contracto para sustar, pelo prazo de dez annos, a importação de representação de reproductores zebus das Índias".

Os criadores alegavam que essa medida era para "acautelar os interesses da pecuária desta zona". E chegaram até a estipular uma multa de 50 contos de réis, "no caso não só de fazer importação, como no de adquirir gado importado de outrem". Além da existência desta multa, o jornal informava ainda que "os criadores que se recusarem a entrar na liga ficarão inibidos de negociar com os membros componentes da mesma".

Além do trabalho da Liga dos Fazendeiros, os fatos sucedidos contribuiram decisivamente para a realização de seus objetivos. Em 1921, o Governo Federal proibiu, incontinenti, a importação do gado indiano, encerrando o ciclo das grandes importações. A medida foi tomada devido ao surgimento da peste bovina, atribuída ao gado asiático. Esta situação político-econômica deixou apenas uma saída para a chamada classe dos "zebuzeiros": o exterior.

Assim, em 1922, partiu de Uberaba a primeira expedição com destino ao atribulado México, que na época fervilhava de levantes populares e grandes transformações políticas e sociais. Dada a instabilidade política mexicana, os criadores uberabenses encontraram sérios obstáculos para a comercialização de seu gado, acarretando conseqüentemente grandes prejuízos.

REZES ABATIDAS A TIROS

Transportando o seu gado em trens até o porto de Santos, e de lá embarcando para o México, alguns uberabenses iniciaram a odisséia da exportação. Entre esses, pode-se citar Limírio Dias de Almeida, Armel de Miranda, Josias Ferreira de Morais, Ilídio Dias de Almeida, Gomercindo Pinheiro, Josias de Almeida e outros.

Nesta primeira expedição, aconteceram fatos marcantes na vida desses aventureiros. Por exemplo, chegando ao México Limírio Dias de Almeida alugou uma pequena propriedade rural, juntamente com seus companheiros. Com um rebanho de aproximadamente 200 cabeças, os uberabenses criaram certas raízes nesta região próxima a Vera Cruz. Na fazenda vizinha à dos uberabenses morava uma grande família mexicana. Foi lá que Limírio conheceu sua esposa, Dona Constantina Moralez de Almeida, hoje com 70 anos, vivendo no Brasil desde 1925, quando se casaram.

Segundo ela, seu esposo era dotado de muita fibra e espírito de aventura, "essencial para viagens daquele tipo. Meu marido e seus companheiros chegaram ao México em 1922, lá permanecendo até 1925, devido à retenção do gado. Ele apenas teve prejuízos, pois durante este tempo várias cabeças de gado morreram" – disse.

Dona "Tina" reitera que a ida de seu marido ao México teve um caráter aventuresco e até romântico, apesar dos contratempos e agitações políticas no país. "Não podemos separar aventuras de pionerismo, pois as próprias condições de transporte daquele tempo exigiam essas qualidades" – frisou.

Segundo consta, a notícia da peste bovina ocorrida no país em 1921, chegou até aos Estados Unidos, que tentaram de todas as formas impedir o desembarque do gado brasileiro no México, de onde era contrabandeado para aquele país. Algumas informações dão conta que reses brasileiras foram metralhadas e enterradas em valas, procurando-se com isso evitar a propagação da febre aftosa,

Mesmo que a média de preços das exportações no período de 79 a 85 fique na faixa de 2 mil dólares por cabeça, as exportações de zebu poderão gerar nada menos que 146 milhões de dólares de divisas, apenas no ítem reprodutores (sem contar as vendas de sêmen e considerando-se apenas os números subestimados do relatório do Grupo de Trabalho).

A ABCZ constatou que, nos últimos três anos, o número de zebuínos registrados ou controlados vem caindo sensivelmente (ver quadro 4). Essa queda decorre do desestímulo do selecionador que, até recentemente, estava sendo obrigado a vender para abate animais de alta qualidade genética, por falta de preços que remunerassem melhor o seu trabalho de selecionamento.

As exportações de reprodutores e matrizes constituem, portanto, uma alternativa para esse aviltamento de preços no mercado interno, que por sua vez decorre do excedente de produção — ou talvez do subconsumo de reprodutores.

O fato concreto é que existe um excedente exportável, que poderá proporcionar apreciável volume de divisas para o País e trazer novos estímulos aos selecionadores de zebu de todas as regiões.

atribuída ao gado brasileiro.

Ainda nesta expedição, sabe-se que Josias Ferreira de Morais, após a morte do gado — onde havia aplicado toda a sua economia — passou a viver em precária situação. Depois de passar por grandes privações, ele conseguiu voltar ao Brasil como carvoeiro de um transatlântico.

Apesar da fome e humilhação na fronteira entre México e Estados Unidos — região onde se faziam os contrabandos — esse pioneirismo deixou uma marca inesquecível na pecuária norte-americana: a formação da raça Brahman, feita a partir do reprodutor "Manso", introduzido clandestinamente no país com a marca OC (Osório Rodrigues da Cunha).

Esta experiência inicial em nada compensou financeiramente. Para se ter uma idéia, basta dizer que Josias de Almeida, Ilídio Dias de Almeida e Gomercindo Pinheiro, ainda no México, reuniram seus últimos recursos e rumaram até Nova York, onde procuraram a embaixada brasileira. De lá, recebendo auxílio, foram posteriormente recambiados ao Brasil.

Já em 1946, foi fundada uma firma com a finalidade de exportação. Com a união de Guiomar R. Cunha, Adalberto R. Cunha e Pedro Araújo Borges, foi criada a firma Rodrigues Borges e Cia, que tinha como objetivo principal reconquistar o mercado mexicano. Naquele ano, veio ao Brasil o ministro da Agricultura do México que autorizou a ida de um lote de 300 reses até a Ilha de Sacrifício, onde ficariam em quarentena. Porém, devido a intervenção dos Estados Unidos, a "quarentena" foi tranformada em 6 meses, fazendo voltar alguns brasileiros, já que isto não estava previsto.

Como o próprio nome indica, a Ilha do Sacrifício era um desafio ao gado e seus vendedores. A água naquele local era escassa. Além da sede que matava várias reses, mais um problema iria aparecer naquele cárcere disfarçado: a figura fantasmagórica da aftosa, que apareceu provocando amolações e prejuízos.

Nesta época, a expedição que já permanecia no México há quatro meses, enviava a Adalberto Rodrigues da Cunha — em Uberaba — um telegrama nos seguintes termos: "Gado morre de sede e fome. Passamos por privações". Imediatamente ele rumou à capital federal, expondo a situação ao presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, quando então conseguiu um empréstimo de um milhão de cruzeiros, aproximadamente 50 mil dólares, ao câmbio da época.

Segundo Adalberto Rodrigues da Cunha, que permaneceu no México nos dois últimos meses de suplício, o grupo de uberabenses suspeitou da volta da aftosa, "pois ela coincidiu com a visita de uns veterinários norte-americanos, que foram até a ilha examinar o gado". Pelo que se sabe, para eliminar qualquer suspeita da tão temida febre aftosa, a ação dos norte-americanos era rigorosa, pois, inclusive, metralharam gados e pássaros.

Todavia, pode-se dizer que o gado zebu brasileiro não teve aftosa, registrando-se somente em algumas cabeças. Um fato que atesta essa situação, foi a melhoria resgistrada no gado de Vera Cruz, logo após a chegada de alguns exemplares zebuínos brasileiros.

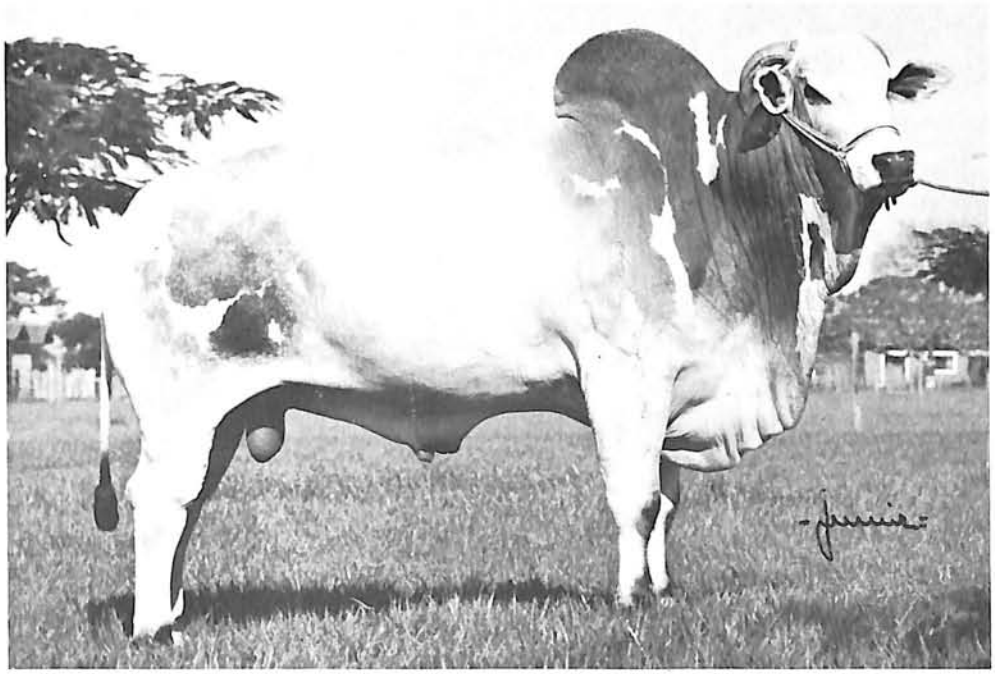
A qualidade do gado uberabense, apesar de vários contratempos, desta vez rendeu até lucros, registrando-se uma enorme procura. Basta citar o caso de um garrote vendido a 50 mil dólares em território mexicano, embora não fosse permitida legalmente a sua entrada em território norte-americano, onde residia seu comprador. As declarações de Adalberto R. Cunha comprovam o lucro dos pecuaristas brasileiros, "pois enquanto o mesmo garrote era vendido no Brasil a cinco mil cruzeiros, no México eles alcançavam o vantajoso preço de 80 mil cruzeiros, em média".

Por outro lado, fazendeiros que acompanharam as exportações de 1946, afirmam que aqui já não se fazia exportação na base do pioneirismo, "como tanta gente afirma ser a característica das exportações da década de vinte". Segundo elas, durante a segunda guerra mundial, o zebu esteve em uma de suas melhores fases, com a exportação de carne para os países aliados.

"Entretanto, com o término da guerra, sobreveio uma crise sem tamanho no setor. O Banco do Brasil, depois de incentivar a criação de zebu através de um financiamento alto, repentinamente resolveu reduzir o valor por cabeça. Essa medida provocou grande carência financeira no meio pecuário, que se viu impelido a buscar pela exportação ao exterior o dinheiro para superar suas dificuldades" — explica um velho fazendeiro.

Já na década de 50, houve nova tentativa de exportar exemplares zebuínos para o Peru, que resultou em fracasso. Sucedendo a complicada exportação realizada em 1946 ao México, o mesmo grupo de exportadores uberabenses tentou levar adiante o seu empreendimento. Porém, devido a intensa interferência norte-americana-que já exportava a raça Brahman-não vingaram as exportações para a Colômbia e Venezuela, que só mais tarde receberiam reses brasileiras.

Dois Grandes Raçadores da São João



LAKREE - *1.050 kg. em Regime de Coleta. Campeão Nacional em Uberaba/76.*

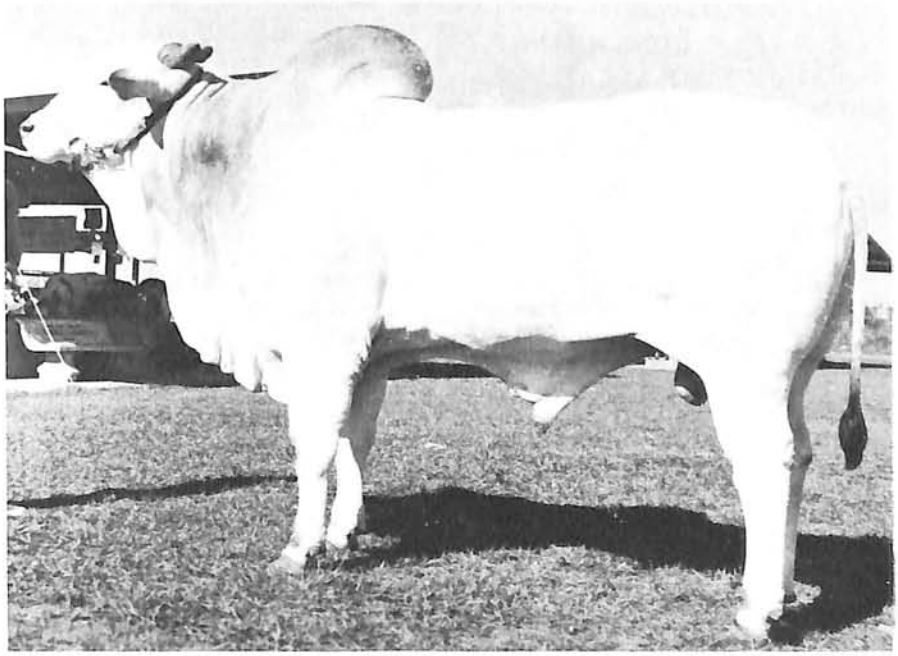
Venda de semen na
PECPLAN BRADESCO S.A.

BR 050, km 529
Fone: (034) 332-3331
UBERABA – MG

PAKAR *-42 meses - 960 kgs. Tem na sua genalogia: Karvadi (duas vezes) Godavari (duas vezes) Taj Mahal e Golias. Campeão Touro Jovem e Reservado Grande Campeão na Internacional de Nelore 1979 - São Paulo. Reservado Grande Campeão e Melhor Posterior em Três Lagoas-MG em 1979.*

Venda de semen na
PECPLAN BRADESCO S.A.

BR 050, km 529
Fone: (034) 332-3331
UBERABA – MG



SEUS FILHOS

- *SALADINO: Reservado Campeão Bezerro*
- *SARITA: Reservada Campeã Bezerra*
- *SERRANA: 1.º prêmio - Ganharam, juntamente com o pai, o Campeonato de Progênie*

ORESTES PRATA TIBERY JUNIOR

OT OT

FAZENDA SÃO JOÃO
TRÊS LAGOAS – MS
Fone: 2153 – Caixa Postal 33
Em São Paulo: Rua Baronesa de Itú, 788
Fone: 826-2744

QUATRO 4 – REGISTROS GENEALÓGICOS
COMPARATIVO ENTRE O NÚMERO DE ANIMAIS REGISTRADOS NOS PRIMEIROS SEMESTRES
1977, 1978, 1979 - TOTAL BRASIL - CATEGORIAS PO + PC + LA

	REGISTRO GENEALÓGICO DE NASCIMENTO					REGISTRO GENEALÓGICO DEFINITIVO				
ANOS	MACHOS	FÊMEAS	TOTAL	DIFERENÇA	%	MACHOS	FÊMEAS	TOTAL	DIFERENÇA	%
1977	52.547	53.654	106.201			2.397	47.688	50.085		
				– 4.622	– 4,4				– 8.177	– 16,3
1978	50.318	51.261	101.579			1.759	40.149	41.908		
				– 2.973	– 2,9				– 2.488	– 5,9
1979	47.778	50.828	98.606			1.661	37.759	39.420		
DIFERENÇA ENTRE 1977 e 1979				– 7.595	– 7,2				– 10.665	– 21,3
TOTAL	150.643	155.743	306.386			5.817	125.596	131.413		
MÉDIA	50.214	51.914	102.128			1.939	41.865	43.804		

QUARTO PONTO: O BRASIL CONTINUARÁ LÍDER E CONSOLIDARÁ SUA POSIÇÃO NO CAMPO DA PECUÁRIA ZEBUÍNA

A ABCZ entende que não existe nenhum risco de que o Brasil venha a perder a liderança mundial no campo da pecuária zebuína. O passado e o presente da nossa zebuinocultura nos mostram que não temos motivo para ser portadores de nenhum complexo de inferioridade, muito menos de um "complexo de inferioridade tecnológica".

O Brasil tem condições de adotar medidas cada vez mais aprimoradas e eficientes de selecionamento. O selecionador brasileiro já mostrou que tem mais sensibilidade que outros selecionadores para manipular as raças zebuínas. E é capaz de, desde que estimulado, produzir muito mais do que vem fazendo e com qualidade bastante superior, consolidando desta forma sua posição no mercado pecuário internacional.

A tecnologia hoje disponível, em termos de selecionamento e aprimoramento pecuário – como os testes de progênie e os transplantes de embriões –, está ao alcance de qualquer país, inclusive do Brasil. Aliás, em nosso País, essas inovações tecnológicas já vêm sendo aplicadas, até mesmo a nível de campo, embora em dimensões ainda inferiores às necessidades da nossa pecuária. Porém em condições de se comprovar a sua viabilidade e sua eficiência nas condições brasileiras.

Ainda em relação a esse aspecto, que vem sendo alardeado de maneira exagerada e até mesmo passional, sem nenhum motivo para isso, é preciso deixar bem claro que os animais que serão exportados para os EUA terão no máximo 11 meses de idade. São, portanto, machos e fêmeas cujas características zootécnicas não ficaram ainda comprovadas. Porém, os pais e as mães desses bezerros continuarão aqui no Brasil. O potencial genético, portanto, continuará em nosso poder, através dos pais e talvez de dezenas de irmãos desses animais.

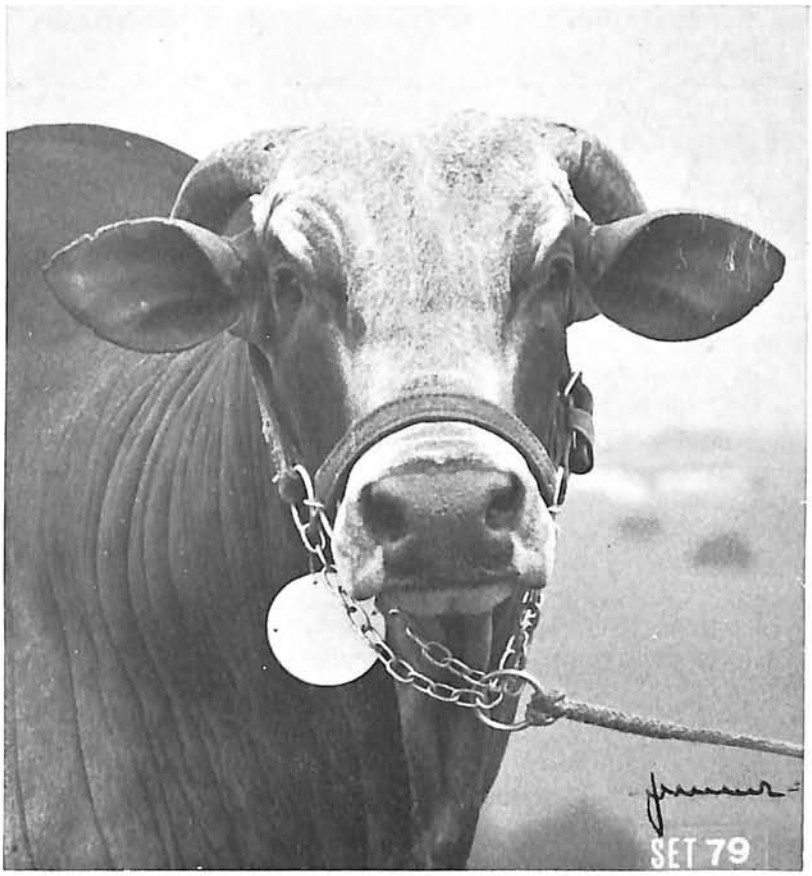
Por outro lado, é facultado à ABCZ, através de portaria governamental, impedir a venda ao exterior de reprodutores ou matrizes cujas características zootécnicas os tornem indispensáveis ao melhoramento genético do rebanho brasileiro.

Basta um laudo zootécnico negativo da entidade para que tais animais de qualidade superior deixem de ser exportados, laudo esse que, aliás, é obrigatório em toda operação de venda externa de zebuínos.

QUINTO PONTO: SE O BRASIL NÃO EXPORTAR, OUTROS PAÍSES EXPORTARÃO NOSSO ZEBU PARA OS EUA.

Não faz sentido que um país deixe de vender um produto apenas para um determinado país – ainda mais se a razão dessa recusa for apenas de ordem comercial (receio de futura concorrência). Esse fato seria inaceitável e inexplicável, sob o ponto de vista da diplomacia comercial e, por outro lado, uma evidente manifestação de desinteligência. Pois seria muito fácil ao país interessado em comprar o produto proibido através de um terceiro país, por meio de uma operação triangular, além de estimular outras formas irregulares de comércio.

No caso de uma eventual recusa em vendermos reprodutores e matrizes para os EUA, nós estaríamos, apenas, valorizando os machos e fêmeas já existentes nos países



Metade da raça entra pela boca.

Usando sais minerais Fri-Ribe, você garante o aparecimento de todo o potencial genético de seu rebanho.

Os sais minerais Fri-Ribe — Superfos 1 + 1, Fri-Phos 30 e Fri-Salmix — são indicados para prevenir e corrigir carências minerais alimentares do seu gado. Além disso, eles asseguram o aparecimento de todo o potencial genético do seu plantel em forma de velocidade de ganho em peso, maior fertilidade, cios mais regulares, mais leite, crias mais fortes, maior resistência às doenças e menor índice de mortalidade e de refugos.
Use sais minerais Fri-Ribe. O rebanho vai agradecer e retribuir os seus cuidados.

Cada quilo de Superfos 1 + 1 contém:	
Fósforo (P)	187,750 mg
Cálcio (Ca)	186,660 mg
Nitrogênio (N)	18,000 mg
Equivalente Protéico (NX6,25)	112,500 mg
Cobalto (Co)	0,410 mg
Cobre (Cu)	1,500 mg
Ferro (Fe)	6,000 mg
Zinco (Zn)	1,800 mg
Manganês (Mn)	1,200 mg
Magnésio (Mg)	0,600 mg
Iodo (I)	0,410 mg
Vitamina-A	1.550.000 ui
Vitamina-D3	310.000 ui
Vitamina-E	3.000 ui
Antioxidante	2,000 mg
P205	430,000 mg
CaO	260,000 mg
Relação P/Ca =1 : 1	

RAÇÕES FRI-RIBE S.A.

PITANGUEIRAS — via Armando Salles Oliveira, SP 322 - km 356 - Cx. Postal 21
Fones: 52-1220, 52-1221 e 51-1222
RIBEIRÃO PRETO — rua Álvares Cabral, 542 - 1.º - Caixa Postal 719
Fones: 25-0991, 25-1571 e 34-1336

que vêm importando habitualmente zebu brasileiro e, conseqüência disso, estaríamos prejudicando tremendamente os selecionadores nacionais.

Além do exemplo, já citado, da Venezuela, que vem ser apresentado aos criadores norte-americanos como a melhor alternativa para suas compras de reprodutores zebuínos temos o caso da Argentina para comprovar a possibilidade levantada no título desse ítem. A revista "Cebu y derivados", edição n.º 396 de julho/79, num comentário sobre a liberação de importação de zebu brasileiro por parte do Governo americano, afirmou:

"... ao adotar tão realística abertura, as autoridades sanitárias prevêem poder evitar a introdução de enfermidades inexistentes nos Estados Unidos, especialmente a febre aftosa. Este precedente aqui registrado obviamente abre a possibilidade de que criadores norte-americanos venham a fazer importações também da República Argentina e de outros países..."

SEXTO PONTO: O BRASIL PRECISA EXPORTAR

Incentivar as exportações, em geral, é uma diretriz governamental claramente expressa em todos os documentos oficiais, inclusive no 3.º Plano Nacional de Desenvolvimento.

Um país que tem uma dívida externa superior a 40 bilhões de dólares não pode se dar ao luxo de desprezar algumas centenas de milhões de dólares provindas das exportações de zebu e sêmen.

Além disso, há manifestações governamentais claramente definidas em relação a essas exportações, começando pela criação do Grupo de Trabalho interministerial, pela Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Exportação de Bovinos e Sêmen de Origem Indiana, por manifestações de ministros da área econômica e, mais recentemente, pela declaração do Ministro da Agricultura, Ângelo Amaury Stábile, aqui reproduzida:

"... O zebu está sendo muito procurado. E nós achamos que temos uma contribuição a dar ao mundo em termos de zebu. Se nós nos omitirmos nesse momento em relação às exportações de zebu, outros irão exportar o zebu. Nossa idéia, portanto —até mesmo seguindo a idéia básica do Governo de promover as exportações — é olhar com bons olhos uma exportação dessa natureza".

Outro documento, em que consta o ponto-de-vista do Ministro Stábile sobre o assunto, assinado pelo seu Chefe de Gabinete, diz:

"... o pensamento do Sr. Ministro é exportar machos, assim como fêmeas, em quantidade que for julgada apropriada. No entanto deve-se ter todo cuidado para não se exportar animais que possam desfalcar nosso plantel. É importante que tais animais alcancem, lá fora, preço bem superior ao do nosso mercado interno".

SÉTIMO PONTO: NÃO PODEMOS PREJUDICAR CENTENAS OU MILHARES DE CRIADORES PARA BENEFICIAR DETERMINADOS SETORES

As críticas às vendas de reprodutores e matrizes brasileiros ao exterior estão partindo de setores que tem profundos interesses comerciais envolvidos e que se beneficiariam diretamente com uma proibição de tais

Delegação de criadores mexicanos e norte-americanos na sede da ABCZ, em Uberaba.

exportações. É o caso do setor de inseminação artificial, no qual as centrais que industrializam e comercializam sêmen se mostram interessadas em que as vendas tanto de machos quanto de fêmeas sejam proibidas.

Ora, a ABCZ não pode concordar que o interesse de centenas ou de milhares de pecuaristas que poderão se beneficiar diretamente com um programa de exportações sejam prejudicados por causa de pressões desenvolvidas por meia dúzia (ou pouco mais) de empresas. Ou por causa de argumentos abstratos apresentados por pessoas mal informadas sobre o assunto.

OITAVO PONTO: O BRASIL JÁ ESTÁ COMPROMETIDO COM AS EXPORTAÇÕES PARA OS EUA.

No atual estágio dos entendimentos entre os governos norte-americano e brasileiro, após acertado o acordo sanitário, e das negociações entre compradores norte-americanos e vendedores brasileiros, quando cerca de 600 animais, entre efetivos e reservas, já foram vistoriados para serem submetidos a exames sanitários, somente um fato muito grave poderia justificar a proibição das vendas já contratadas — o que não é o caso.

Os animais que serão exportados já estão em pré-quarentena, sendo submetidos a exames sanitários que determinarão o número exato dos que irão para a quarentena na estação de Cananéia.

Os vendedores brasileiros já foram obrigados a desenvolver uma série enorme de cuidados sanitários, além de terem investido nessa operação considerável número de horas de trabalho.

Por essas razões, uma proibição de vendas de machos ou fêmeas seria mal interpretada tanto pelos norte-americanos como pelos brasileiros envolvidos nessa operação.

NONO PONTO: O BRASIL NÃO PODE PERDER UM MERCADO QUE AINDA NÃO TEM.

argumento de que o Brasil não deve exportar fêmeas ou reprodutores para os EUA para não perder os mercados de sêmen da América Central e do Sul, além de outros, não procede nem se justifica. Pois não se pode perder algo que ainda não se possui.

Os mercados do México, dos países da América Central, da África do Sul, ou mesmo de algumas nações do continente sulamericano, nunca pertenceram ao Brasil, por razões de ordem sanitária.

E estas dificilmente cairão sem que haja o precedente de uma — pelo menos uma — exportação para os EUA.

Portanto, o Brasil não tem nada a perder — mas tem muito a ganhar — com a abertura do mercado americano. Basta que saiba aproveitar a oportunidade comercial que surge agora.

CONCLUSÕES

Por todas as razões alinhadas ao longo deste documento, a posição da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu foi, é e continuará sendo de total apoio a um programa dinâmico, sistematizado e permanente de exportações de zebu e sêmen.

Até mesmo a polêmica em torno da primeira venda para os EUA veio reforçar nossa tese de que as exportações constituem uma alternativa válida e promissora para a pecuária seletiva brasileira.

O Dr. Robert Costigan (primeiro à direita), veterinário - chefe do Departamento de Agricultura dos EUA, esteve no Brasil comandando uma equipe de 10 veterinários encarregados dos exames sanitários dos animais reservados por criadores norte-americanos.

Como deve ser uma "fazenda tipo exportação"

Uma das sugestões mais interessantes do Grupo de Trabalho interministerial que durante 15 meses (entre 77 e 78) estudou o problema das exportações de zebu e sêmen foi a da criação de "fazendas tipo exportação".

O trecho do relatório que se refere ao assunto merece ser reproduzido:

"A concepção das fazendas tipo exportação visa, principalmente, à gradual melhoria do estado sanitário do plantel da propriedade e à conseqüente redução do índice de animais refugados por ocasião da seleção sanitária – que tem sido elevado – acarretando despesas, trabalho e retardando a liberação dos animais.

Outro aspecto positivo, que nos permitimos ressaltar, é a repercussão favorável que a medida causará no meio pecuarista e nas autoridades sanitárias dos países importadores.

Tais propriedades deveriam atender aos seguintes requisitos:

a) ser cadastradas pela Secretaria de Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura, sujeitando-se a inspeções periódicas;

b) ter assistência veterinária em caráter permanente;

c) possuir instalações e equipamentos adequados ao manejo racional do rebanho, assim como áreas para isolamento de animais doentes;

d) realização de programas de vacinação sistemática contra febre aftosa, utilizando vacina inativada com inativante de primeira ordem e segundo a orientação dos órgãos oficiais;

e) realizar exames para diagnóstico de brucelose em todo o rebanho, anualmente, eliminando-se os animais reagentes;

f) tuberculinizar todo o rebanho uma vez ao ano, sacrificando os positivos;

g) realizar outros programas de vacinação, condicionados à situação sanitária do rebanho e da região;

h) manter controle sanitários relacionado com leptospirose, tricomonose e campilobacteriose;

i) efetuar, periodicamente, tratamento anti-parasitário interno e externo;

j) introduzir nas propriedades somente animais que sejam vacinados contra febre aftosa, na forma da alínea d, precedente, e com exames negativos de brucelose e tuberculose;

l) efetuar o combate a roedores;

m) manter o registro de todos os procedimentos sanitários realizados (vacinações, exames, tratamentos, etc), bem como da ocorrência de doenças e apresentá-lo à autoridade sanitária, quando solicitado. Comunicar imediatamente à autoridade sanitária quaisquer ocorrências de doenças infecto-contagiosas no rebanho.

A essas fazendas seria concedida, a título de estímulo, prioridade nos financiamentos junto aos bancos oficiais, bem como outros incentivos financeiros".

Em síntese, a posição da ABCZ sobre o assunto se baseia nos seguintes fatos e argumentos:

1) Dentro da produção nacional de reprodutores, matrizes e sêmen zebuínos existe um excedente exportável;

2) As exportações de reprodutores, matrizes e sêmen constituem fator de estímulo para milhares de criadores de todo o País, e a tendência é que elas continuem a ser cada vez mais estimulantes e lucrativas no futuro;

3) O material genético a ser exportado não fará falta aos programas de melhoramento zootécnico do rebanho nacional;

4) Se o Brasil não aproveitar a oportunidade comercial que se apresenta agora, outros países o farão, auferindo os benefícios oriundos das vendas externas de zebu de origem brasileira;

5) As exportações de zebuínos serão uma significativa contribuição da pecuária seletiva ao fortalecimento da nossa balança comercial e, portanto, da economia brasileira

Entretanto, a posição da ABCZ deve ser vista dentro da sua verdadeira perspectiva, que é a mais ampla e abrangente: o Brasil precisa definir e colocar em prática, com urgência, um programa de apoio às exportações de zebu e sêmen. E um programa como esse pressupõe uma estrutura zootécnica, sanitária e comercial que torne as exportações de reprodutores, matrizes e sêmen uma atividade rotineira, sistematizada e lucrativa, beneficiando criadores de todas as regiões brasileiras.

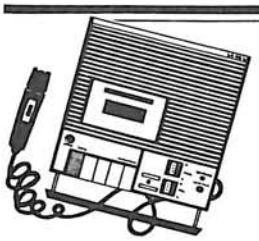
Esta posição da ABCZ foi, recentemente, endossada por outras quatro expressivas entidades de classe, representantes de criadores do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sul, enfim, de todo o País: a Associação dos Criadores de Guzerá do Brasil, a Sociedade Nordestina de Criadores, a Associação Rural de Bagé e a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura.

Esta posição também está claramente expressa pela maioria dos membros da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Exportação de Bovinos e Sêmen de Origem Indiana (ver "o voto da maioria").

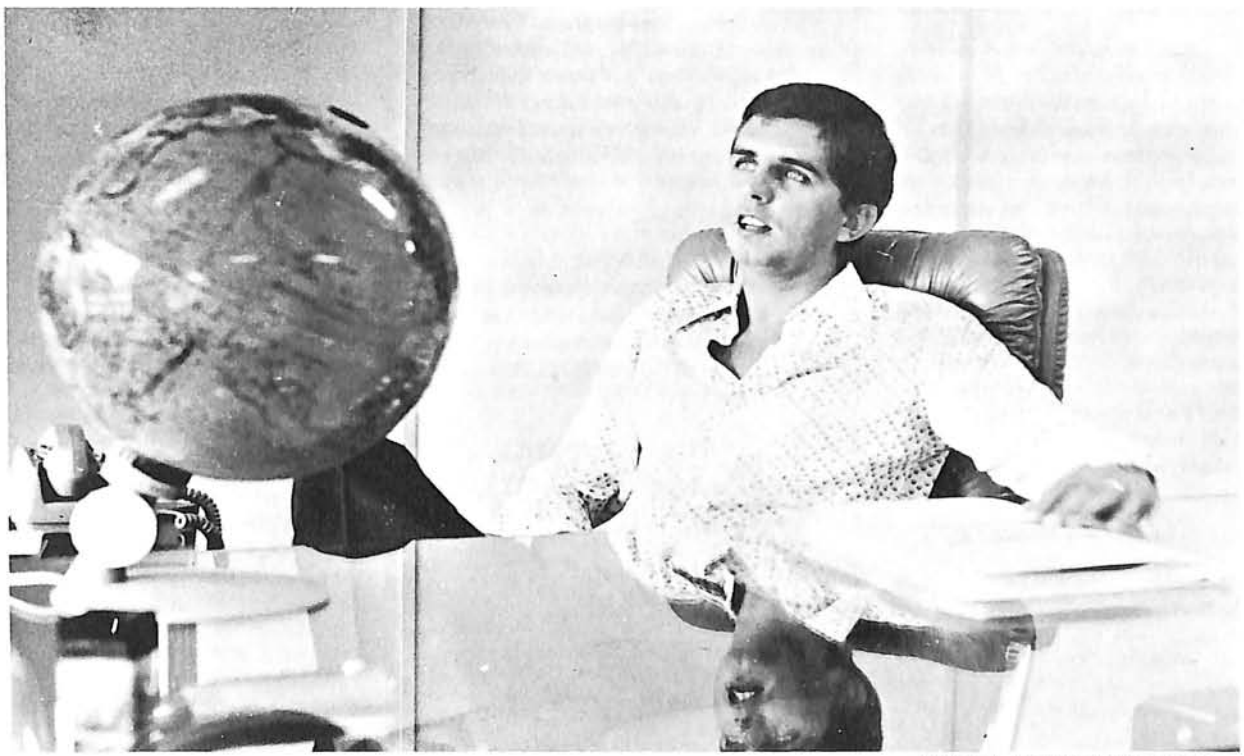
Esta posição está fundamentada ainda, em amplos e exaustivos estudos sobre o assunto, inclusive nas conclusões do relatório do Grupo de Trabalho interministerial, formado por técnicos e especialistas de reconhecida competência.

Finalmente, esta posição está baseada na opinião amplamente majoritária de pecuaristas de todo o país e, sobretudo, nas diretrizes claramente definidas pelo Governo Federal em favor da dinamização do nosso comércio externo, como fonte de importantes divisas para a economia do País.

Por tudo isso, a ABCZ está convencida de que as exportações de zebu atendem amplamente aos interesses nacionais. E os interesses nacionais devem prevalecer sobre quaisquer outros tipos de interesses menores.



A posição da ABCZ, nas palavras do seu presidente.



MANOEL CARLOS BARBOSA

INTERESSES EM JOGO

Vários setores têm se manifestado contrários às exportações de fêmeas para os Estados Unidos. Que argumentos a ABCZ tem para contestar essas críticas que vêm sendo feitas?

Não são "vários" os setores que criticam as exportações, mas sim "alguns" setores, aliás bem delimitados e pouco expressivos.

A posição da ABCZ quanto à exportação de fêmeas para os EUA é baseada numa realidade de mercado. Realmente, hoje nós possuimos um excedente exportável, o selecionador precisa ser incentivado e o melhor incentivo é o preço. Via preço, nós poderemos manter e estimular o nível criatório conquistado em nosso País, que transformou o zebu brasileiro no melhor gado bovino de todo o mundo para a pecuária nas regiões tropicais e subtropicais.

Nós não podemos pensar em fechar as exportações para um único país. Isso seria ilógico, ilegal e inexplicável, pois não tem sentido um país proibir a exportação de um determinado produto apenas para um outro país, e únicamente por razões comerciais.

A alternativa disso seria proibir as exportações de zebu para todo o mundo. E isso não interessa de nenhuma forma ao Brasil. Nossas fêmeas representam elevado percentual das atuais exportações brasileiras de zebuínos e, portanto, todo o programa elaborado está sendo baseado também na possibilidade de exportarmos fêmeas.

E com relação às críticas às exportações de reprodutores, como a ABCZ as vê?

Eu acho que os críticos dessas exportações devem ter interesses comerciais profundos, que

os levam a adotar uma posição crítica meramente por razões comerciais. Essas críticas visam simplesmente tumultuar um processo que está sendo muito bem conduzido pelo Governo Brasileiro. Os contestadores apressados não analisam a fundo a problemática e, por outro lado, estão mal informados sobre a realidade do mercado de reprodutores, seja no plano interno ou externo.

A ABCZ considera que essas críticas não são representativas de nenhum segmento da classe produtora rural. Mas sim, única e exclusivamente, posições tomadas por algumas pessoas que se sentem prejudicadas em seus negócios comerciais e que, portanto, se defendem de forma às vezes contrárias aos interesses do País.

A ABCZ, há bastante tempo, tem se preocupado em montar e desenvolver um programa nacional de exportação de zebuínos e sêmen. O que nós temos sempre dito é que o criador brasileiro precisa deixar de brincar de exportar e passar a tratar desse assunto com maior seriedade, abrindo, conquistando e mantendo mercados externos.

Para isso, em 1977, a pedido da ABCZ, o Ministério da Indústria e Comércio constituiu um grupo interministerial de trabalho – composto pelo próprio MIC, pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo Ministério da Agricultura, pela CACEX, e pela Confederação Nacional da Agricultura, além da ABCZ. Esse grupo de trabalho tinha como objetivo maior a elaboração de um programa de exportação de zebuínos.

No final de 1978, portanto depois de um ano e meio de trabalho, foi elaborado um relatório minucioso, detalhado, propondo a criação do Programa Nacional de Exportação de Zebuínos e Sêmen, o qual foi encaminhado imediatamente às autoridades governamentais.

Esse programa sugeria uma série de medidas que, realmente, se colocadas em prática, virão agilizar nossas exportações de zebu e sêmen.

Portanto, a posição da ABCZ é longamente amadurecida e está baseada nas conclusões a que chegou aquele grupo interministerial de trabalho. Essas conclusões prevêem a adoção de providências que poderão transformar o Brasil de vendedor eventual em vendedor sistemático, permanente. Esta tem sido a nossa posição

Qualquer setor industrial ou comercial que trabalha com exportações sabe que não é num sistema de stop-and-go que se conduz um programa de vendas externas. É necessário, até mesmo essencial, um programa que possa ser cumprido e executado de forma sistemática. Esta é a única maneira de nos transformarmos em grandes exportadores de zebu.

OPERAÇÕES TRIANGULARES

Mesmo entre criadores de zebu têm surgido algumas manifestações contrárias às exportações para os EUA. Como você explica isso?

Nós temos que reconhecer que o criador brasileiro não tem uma grande experiência em negócios de exportação. Nós estamos apenas nos iniciando, dando os primeiros passos, nesse sentido. Então, é natural que exista essa inexperiência. Que, às vezes, conduz à insegurança, ao receio.

O que nós estamos procurando fazer, através da ABCZ, é esclarecer o criador, mostrando a ele as vantagens do Programa Nacional de Exportação de Zebu e Sêmen. Para que, baseado em dados realísticos, em informações verdadeiras, o criador possa tirar suas próprias conclusões.

Tenho a certeza de que, com o passar do tempo, com as experiências que serão adquiridas nas nossas vendas externas, teremos cada vez mais convicção de estarmos no caminho certo e de ser esta uma das maneiras mais eficientes para que a pecuária seletiva venha a colaborar para o equilíbrio da nossa balança comercial.

Caso o Brasil não venda para os EUA, existe a possibilidade de que outros países exportem zebu para lá?

Claro que sim. Concordo integralmente com o Ministro da Agricultura, que disse: "... se nós não vendermos esses animais agora, se não aproveitarmos essa oportunidade comercial que surge, outros países assim o farão".

Eu aqui quero ser mais claro ainda. Há o caso da Venezuela, que afirma que seu rebanho zebuíno possui qualidade zootécnica para ser exportado para os EUA, e que vem fazendo um trabalho junto aos criadores norte-americanos para que comprem na Venezuela e não do Brasil. Entre outros argumentos, citam o fato de que, lá, não existe o vírus "C" da aftosa e que, portanto, eles possuem condições sanitárias melhores que as brasileiras.

A Argentina, a Colômbia e o Paraguai estariam em condições de vender para os EUA, já que há bastante tempo nós temos exportado reprodutores e matrizes para esses países. Por outro lado, é preciso não esquecer que as exportações para esses países continuam abertas.

Se deixarmos de exportar para os EUA, os criadores norte-americanos continuariam tendo acesso ao zebu brasileiro através de operações triangulares. Ou através, até mesmo, de formas ilegais de comercialização, uma vez que o congelamento de embriões é uma tecnologia possível e o sêmen congelado é fartamente utilizado.

Por todas essas razões, não creio que interesse ao Brasil perder esta oportunidade de mercado, deixando o caminho aberto para que outros países venham a vender seus produtos. Enquanto isso, nós continuaríamos donos do melhor rebanho zebuíno do mundo, porém sem usufruir das vantagens comerciais que podem advir dessa liderança.

COMPLEXO DE INFERIORIDADE TECNOLÓGICA

Não existiria o perigo de que o Brasil venha a perder essa liderança no futuro, exportando para os EUA?

Absolutamente, não creio que exista qualquer tipo de risco neste sentido. Quem afirma is-

so são uns poucos portadores de um novo tipo de complexo de inferioridade: o complexo de inferioridade tecnológica. O Brasil tem todas as condições para adotar medidas cada vez mais aprimoradas e eficientes de melhoramento animal. A tecnologia, hoje disponível, em termos de selecionamento e melhoramento de rebanhos, está ao alcance de qualquer país, inclusive do Brasil. Hoje, o transplante de embriões é uma realidade da nossa própria pecuária. Os Testes de Progênie, também.

Além do mais, os animais que serão exportados para os Estados Unidos terão, no máximo, 11 meses de idade (são bezerros, portanto), mas seus pais continuarão aqui. O potencial genético fica aqui no Brasil.

O selecionador brasileiro precisa estar cada vez mais capacitado para que seu produto mantenha uma posição, dentro do mercado internacional, de melhor qualidade. Mantenha sua alta cotação. E, com o amparo que esperamos receber do Governo brasileiro, e com a própria rentabilidade do negócio de exportação, temos a certeza de que o selecionador brasileiros continuará tendo, por tempo indefinido, um gado zebuíno de qualidade incomparável com qualquer outro.

Você falou em testes de progênie. Neste ponto, os EUA não levariam vantagem sobre o Brasil? Dentro de 4 a 5 anos eles não teriam reprodutores já provados e testados nas raças zebuínas? E, com isso, não poderiam se tornar concorrentes do Brasil no mercado internacional de reprodutores e sêmen?

Não creio nisso. A ABCZ é uma entidade que trabalha com melhoramento animal. Promove melhoramento animal. Ela procura cada vez mais incentivar a melhoria do rebanho zebuíno. E quando nós falamos em rebanho zebuíno, estamos falando em âmbito mundial. Não podemos aqui ter uma visão nacionalista ou simplesmente xenófoba.

A fome é um fenômeno mundial. Ela precisa ser enfrentada por todos os países, para que possamos alimentar novos contingentes populacionais que surgem a cada dia no mundo inteiro. Seria uma visão muito mesquinha do Brasil se ele não quisesse vender seus animais com medo de que outros países pudessem conduzir um processo de selecionamento melhor do que o nosso.

O que nós temos de fazer – e os Testes de Progênie são um instrumento muito importante dentro disso – é procurar selecionar cada vez melhor. Não me preocupa que outros países adotem tecnologias avançadas de melhoramento animal. Ao contrário: isso deve servir de estímulo para que nós, aqui, também façamos um trabalho ideal de selecionamento e melhoramento animal.

Não se pode esquecer que o zebu chegou aos EUA quase na mesma época que no Brasil, ou pouco depois. E lá eles não conseguiram, com toda a sua propalada tecnologia, selecionar o zebu de forma eficiente. Tanto isso é verdade que hoje eles têm que vir aqui buscar a semente para melhorar o Brahman.

Disso, o que se conclui, é que a capacidade do criador brasileiro em conduzir um processo de selecionamento é muito maior do que a do americano. Nós sabemos trabalhar com gado de forma muito mais eficiente do que os norte-americanos. Eu diria a mesma coisa dos mexicanos. Quem visitar as exposições de gado do México vai verificar que a pecuária zebuína é muito mais adiantada lá do que nos EUA. Isso porque o mexicano tem muito mais sensibilidade para manusear o zebu do que o americano. E essa sensibilidade é extremamente importante para aqueles que se dedicam à pecuária seletiva. Não existe um método de selecionamento que possa ser feito totalmente pelo computador. A participação humana dentro do processo é muito importante.

Eu acredito muito na sensibilidade do pecuarista brasileiro. O passado e o presente da nossa pecuária provam que tenho razão. Sei que o selecionador fará parte dele como sempre fez até hoje.

E acredito que o Governo brasileiro, através do Ministério da Agricultura, dará condições adequadas para que as associações de classe promovam, a nível nacional, um trabalho de melhoramento zootécnico cada vez mais avançado e eficiente, do ponto de vista tecnológico.

O BRASIL PODERIA VENDER MAIS E MELHOR

Alguns animais foram vendidos para os EUA a preços realmente baixos, se pensarmos em termos de potencialidades do mercado internacional. O pecuarista brasileiro não estaria vendendo mal o seu produto?

Os preços pelos quais estamos vendendo hoje para os americanos são bem superiores aos vigentes no mercado interno. A média, por cabeça, dos quase 400 animais participantes da primeira exportação, é de quatro mil dólares. Concordo, entretanto, que esse preço ainda é inferior ao que poderíamos estar alcançando no mercado externo se tivéssemos uma forma de atuação mais dinâmica, mais eficiente.

Que forma seria essa?

Ao invés de esperarmos os americanos virem aqui comprar zebu, o que nós deveríamos estar fazendo é ir vender nosso produto lá fora. Aí, sim, estaríamos disputando o mercado do país importador em condições mais vantajosas. Vamos citar o caso dos EUA. Nós não podemos esperar que o comprador americano venha ao Brasil comprar a preço dos EUA. Se nós queremos vender a preço dos EUA, precisamos levar nosso produto para lá e disputar preços no mercado americano.

Mas como seria possível isso, se o quarentenário de Fleming Key foi aberto apenas para uma operação de exportação?

Ele não foi aberto apenas para uma operação de importação. Em lugar algum, em documento algum, se diz isso. Fleming Key estará aberto para importações do Brasil enquanto essas interessarem à iniciativa privada norte-americana e à brasileira. Sempre, é claro, resguardados os cuidados sanitários, que são objeto de grandes preocupações dos norte-americanos.

O que nós, da ABCZ, temos pleiteado, é que 50% das vagas do quarentenário de Fleming Key sejam reservadas para os exportadores brasileiros que queiram levar, em consignação, animais para os EUA e que lá possam vender seu produto de maneira mais vantajosa.

Concluindo e resumindo: acho que os preços que estamos obtendo aqui são superiores aos do mercado interno. Mas acho que, infelizmente, eles são ainda inferiores ao que poderíamos estar alcançando se tivéssemos formas de comercialização mais agressivas do que as que possuímos hoje.

Essas medidas pleiteadas pela ABCZ nos parecem um pouco inalcançáveis a curto prazo, pelos obstáculos que precisariam ser transpostos. Perguntamos: a curto prazo, o que poderia ser feito para melhorar o valor das nossas vendas?

Veja bem ... Nós estamos falando, até agora, das exportações para os EUA. Aqui eu quero fazer uma análise um pouco mais global.

Quando nós falamos em exportações de zebu, não podemos ter a pretensão de exportar para um único país. As exportações para os EUA não são, nem serão, as mais representativas em termos numéricos. Justamente porque existem as dificuldades de ordem sanitária.

Existem países, para os quais o Brasil poderia exportar – como as nações africanas, a América do Sul – sem nenhuma barreira sanitária. Esses são e serão os nossos maiores mercados.

A exportação para os EUA representa muito porque significa o reconhecimento, por parte de um país de pecuária bastante evoluída, do trabalho que foi desenvolvido ao longo de décadas pelo selecionador brasileiro. Ela abre as portas dos mercados de dezenas de outros países para o zebu brasileiro.

Não creio que as medidas que estamos pleiteando sejam de difícil aceitação por parte dos americanos. Nós temos condições, na mesa de negociação, de pleitear essa medida e acredito que ela possa ser aceita pelo Governo e pelos criadores norte-americanos. Acontece que o Brasil ainda não tentou isso. Essa proposta ainda não foi apresentada ao Governo americano. O que nós precisamos fazer é cumprir etapas: primeiro, fazer a proposta; depois, se não for aceita, aí sim, deveríamos partir para forma diferente de comércio com os EUA.

POTENCIAL DE 150 MILHÕES DE DÓLARES EM DIVISAS.

Dentro de um contexto mais amplo, o que representam, ou poderão representar, em termos de receitas de divisas, essas exportações de zebuínos?

O programa de exportações de zebu e sêmen, elaborado pelo grupo interministerial de trabalho, procurou, em todos os momentos, resguardar a oferta interna de reprodutores. Para que o nosso mercado tenha sempre animais controlados e registrados em quantidades suficientes para as nossas necessidades.

Então, baseado nisso, foi estimada uma possibilidade de exportação de 72 mil animais em cinco anos – no período de 1980 a 1985. Animais registrados, é bom frisar. Todos esses 72 mil animais seriam portadores de registros genealógicos, provisórios ou definitivos.

Isso representaria uma cifra de, aproximadamente, 150 milhões de dólares nesse período, considerando-se o preço médio de 2 mil dólares por cabeça.

É uma cifra ainda pequena em relação ao que, eu acredito, nós poderemos conseguir. O selecionador brasileiro tem condição, se for estimulado, de aumentar a sua produção consideravelmente, a médio prazo. Então, nós teríamos um excedente exportável mais significativo, em 'condições de atender à demanda dos países importadores, ou criando essa demanda através de formas mais agressivas de comercialização.

Temos que considerar, ainda, o potencial das exportações de sêmen, que foi dimensionado, pelo mesmo grupo interministerial de trabalho, em 8,8 milhões de doses, no período de 1980 a 1985. Esse dado, na minha opinião, também foi subestimado. Desde que incentivado, o setor de inseminação artificial poderá produzir volumes bem maiores para exportação.

O NORDESTE, REALMENTE, ESTÁ MARGINALIZADO.

No Nordeste, principalmente, há a insinuação de que os maiores beneficiários das exportações de zebu seriam os criadores de Uberaba ou do Triângulo Mineiro. É verdade isso?

Não, absolutamente. Se se disser que o maior beneficiado é o criador de Uberaba ou do Triângulo Mineiro, eu discordo totalmente. Se eles, entretanto, dissessem que os maiores beneficiados são os criadores do Centro-Sul, eu diria que, infelizmente, essa é a grande realidade.

Realmente, o Nordeste hoje encontra-se marginalizado dentro do processo de exportação, por causa do quarentenário de Cananéia. O fato de nosso único quarentenário estar localizado no litoral sul de São Paulo vem dificultando tremendamente a possibilidade de exportação de animais do Nordeste. Ela se torna anti-econômica, por causa da distância, do preço do transporte, entre outros fatores.

O que nós propomos, ou melhor, endossamos, é a posição do grupo interministerial de trabalho, que sugeriu a criação de "pontos de isolamento regionais", vinculados à estrutura operacional de Cananéia. Dessa forma, sim, o Nordeste poderia exportar seus animais diretamente, sem a necessidade de submetê-los a um quarentenário aqui no Sul.

Esse programa é bastante simples e poderá, com um pequeno aporte financeiro, ser concretizado. Essa seria a fórmula adequada para viabilizar as exportações do Nordeste.

Agora, quanto aos estados do Centro-Sul, há uma igualdade total nas vendas ao exterior. Todos os estados desta região venderam para os Estados Unidos e têm exportado zebu, para os países que, habitualmente, vem adquirindo reprodutores e matrizes brasileiros.

Ensaio

Paulo Rabello de Castro, *30 anos, é redator-chefe da revista "Conjuntura Econômica" e professor da PUC/RJ, na área de "Política Agrícola". De 76 a 79, foi o principal colaborador de "Agroanalysis".*

Agropecuária brasileira, 1929-1979: o cinqüentenário incomemorável

Paulo Rabello de Castro

Nas duas partes em que se divide este ensaio se apresenta, sinteticamente, uma interpretação do ambiente histórico, das vivências e relações intersetoriais do empresariado agrícola, no último meio século (1929-1979).

A ênfase, naturalmente, concentra-se em problemas e perspectivas recentes do setor rural. A abordagem é, em toda linha do trabalho, de cunho "coletivo", pois seu escopo consistirá apenas de mergulhos ocasionais às particularidades dos inúmeros mercados de fatores e produtos da agropecuária. Como o que é genérico induz, por vezes, a imprudentes generalizações, o cuidado nas inferências deve ser redobrado. Sempre se encontrará, para cada afirmativa válida coletivamente, uma ou outra importante exceção. Nosso objetivo de análise será sempre excludente dessas exceções, ainda que cônscios da eventual importância de tê-las discriminado à parte. Afinal esta já é, por si só, uma primeira particularidade importante do setor agropecuário: ao analisá-lo, estamos falando de muitas realidades distintas ao mesmo tempo, cada uma com características próprias. O que nos interessa, no momento, é mais averiguar os elos comuns da cadeia que as reúne num fenômeno único, que detalhar as diferenças dessas mesmas realidades.

Um pouco de História

A conhecida "lei da decrescente participação relativa da agricultura na renda nacional" — válida e testada internacionalmente — atuou sem nenhuma complacência no caso brasileiro. Este é o episódio fundamental da história agrícola contemporânea no Brasil. Compreendendo este dado histórico, em toda sua relevância e extensão, saberemos, por antecipação, o resto e as suas conseqüências. Para a agricultura, as forças políticas que catalisaram a Revolução de 30 representam um divisor de águas. O princípio de ação econômica embutido no Movimento dos Tenentes de 22, e materializado pelo sepultamento da República Velha, resultava de um ímpeto inabalável no sentido da construção de uma nação industrial e, portanto, mais urbanizada.

O desenvolvimento da indústria, de início lento, e posteriormente cada vez mais intenso, trouxe consigo três germes novos de extremo poder de penetração no corpo social da nação. Trouxe a federalização dos canais de recursos para investimento, a crescente pressão política dos eixos urbanos (a massa consumidora), e nutriu formas mais avançadas de internacionalização da economia brasileira.

A agricultura é, por definição, uma atividade interiorana. No Brasil, é verdade, o interior nunca distou mais do que poucas centenas de quilômetros dos portos marítimos, às vezes menos. Entretanto, os pólos de geração da riqueza nacional (o café, a cana-de-açúcar, a pecuária etc.) mantinham um certo equilíbrio de forças razoavelmente disseminadas pelo território habitado. Os estados da Federação, na República Velha, extraíam dessas bases a sua força de sustentação. E, naturalmente, retribuíam ao campo sob a forma de representação de seus interesses políticos e econômicos. A reviravolta do Movimento de 30, simultaneamente fortalecida pela desorganização do mercado cafeeiro após o "crack" de 29, deslocou o centro do poder para o âmbito federal. Uma vez sinonimizado o desenvolvimento econômico com o conceito de crescimeto industrial, a alavancagem financeira requerida passou a transcender as decisões exclusivamente individuais. Os investimentos industriais, ao contrário das iniciativas privadas na agricultura, despertam o interesse federal. Assim, os planos de apoio à indústria requisitavam crescente ação federal, e as fontes de captação de fundos para

Ensaio

seu financiamento passaram também à órbita da União. Por outro lado, a concentração espacial desses empreendimentos desmanchava o equilíbrio de poder no interior, atraindo para os núcleos urbanos o eixo de pressões políticas. Surge uma entidade inteiramente nova: a "massa consumidora".

Ao longo dos últimos 50 anos, ficou da agricultura, na percepção da moderna elite dirigente, apenas a vaga lembrança de uma desempossada aristocracia agrícola, e a sempre angustiosa expectativa sobre o resultado aleatório da produção agropecuária, vista como fonte inesgotável e gratuita de recursos para o processo de substituição de importações e a estabilização das pressões da massa consumidora urbana.

Em síntese, uma postura eminentemente extrativa em relação à agropecuária, cuja origem provinha da concentração do poder político e econômico nas mãos do governo central. É importante assinalar que essa postura da elite dirigente transferiu-se, ao longo do tempo, para circuitos mais amplos, sendo incorporada, via o exemplo federal, na mentalidade dos industriais, das populações urbanas e no meio intelectual (academia e imprensa).

A conduta extrativista é, por essência, alheia aos desdobramentos futuros das ações presentes. Interessa saber apenas quanto e agora. Estas duas dimensões — quanto e agora — têm sido, no último meio século, os eixos coordenados do planejamento e da política agropecuária. Daí, a atribulação por que têm passado os sucessivos governos, quando a agricultura parece não corresponder às projeções do que dela se espera como fonte de recursos. Essa sensação de incerteza veio-se avolumando crescentemente, ao longo das décadas mais recentes. Em parte, porque a agricultura perdia "substância" — baixava sua participação no montante de recursos carreados para formação bruta de capital, cada vez mais volumosos relativamente ao "excedente" agrícola. Por outra parte, à medida que o País pendia para maior internacionalização de sua economia, abdicava de suas vantagens comparativas originais (ou históricas). Distanciando-se da sua condição pretérita de economia primário-exportadora, o País enveredou, nos últimos anos, para um ambiente internacionalizado, fortemente oscilante, e portanto, menos seguro. Não é à toa que a atual ênfase agrícola surge como uma reação quase telúrica do subconsciente social, agarrando-se às suas origens.

Renda agrícola e representação de classe

A lei da participação decrescente da agricultura na renda nacional é um fato perfeitamente natural, no processo de desenvolvimento econômico. E as mudanças sociais, decorrentes deste processo, envolvem sempre a transformação da antiga hegemonia rural numa progressiva mentalidade urbana. Neste sentido geral, em nada se diferencia o processo de desenvolvimento industrial-urbano brasileiro da experiência de outros países. Sua peculiaridade resulta, sobretudo, da velocidade de ajustamento imposta ao processo. Como um jgo de imagens superpostas, o Brasil rural teve os seus contornos rapidamente comprimidos pelo novo retrato do Brasil urbano. As forças dessa ação substitutiva se explicitaram o jogo de interferências praticadas pelo poder federal sobre o sistema de preços relativos, atuando nos mercados de fatores e de produtos, em detrimento do setor agrícola.

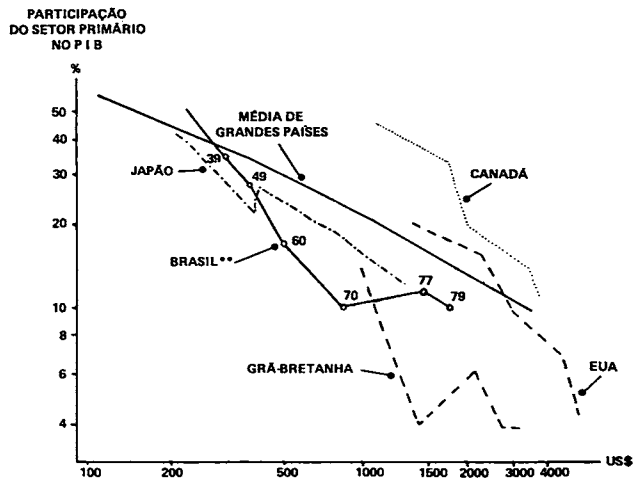
A tradução econômica desse fenômeno é representada, sem retoques, pela trajetória cadente da renda agrícola (como percentagem da renda interna), numa escala de confronto com o aumento do PNB per capita ao longo dos últimos 50 anos. O gráfico 1 ilustra o argumento. Pode-se observar aí uma flagrante diferença para menos na participação do setor primário brasileiro, quando comparada, para cada nível equivalente de renda per capita (a preços constantes), com as correspondentes participações alcançadas em outros países hoje industrializados. Pode-se descontar o fato de que os países de desenvolvimento mais recente tendem a apresentar, para cada nível de renda per capita, uma participação relativamente maior de Indústria e Serviços (provavelmente devido à crescente agregação de valor aos produtos primários nas últimas décadas). Ainda assim, dificilmente se explicaria a "brecha" resultante da menor velocidade de crescimento relativo do nosso setor primário (em particular, a agricultura).

De modo especulativo, é curioso observar, ainda no gráfico 1, como a linha que denota a média dos "grandes países" é cortada, de cima para baixo, pela linha de trajetória do Brasil, exatamente no início da década de 30. A vertente de queda é acentuada, inspirando-se no caminho japonês, para inclusive superá-lo na década de 50, o que, finalmente, traz a posição relativa da agricultura brasileira para um ponto inferior até mesmo à trajetória do setor primário inglês. Em 1970, já nos havíamos transformado, por assim dizer, numa Grã-Bretanha dos trópicos, embora a análise fria de nossas vantagens comparativas internacionais pudesse apontar na direção oposta ...

O fim dos anos 60 representa, com efeito, um ponto de ruptura no modelo "extrativista" do nosso setor primário. Pode-se conjecturar que, já a partir do fim do primeiro triênio da Revolução de 64, a agricultura brasileira não mais respondia de modo positivo aos mecanismos de transferência negativa de renda que lhe eram impostos. Não é que esses tivessem sido completamente sustados. Mas, passaram a operar outros estímulos na direção inversa: os chamados "mecanismos de compensação". Seria no mínimo tendencioso afirmar que o planejamento central tivesse ficado alheio à percepção desses fatos ao final da década de 60. Duas medidas explícitas de grande impacto foram acionadas como instrumentos de compensação, justamente nesse período: a adoção das mini-desvalorizações do cruzeiro, após um ajustamento inicial da taxa de câmbio (1968), e a formalização de um Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) a juros favorecidos (1965). Essas duas medidas, por si só, representam significativo alívio às penalizações exercidas, via administração do sistema de preços, contra o setor rural. De modo que, em termos líquidos, as contas de transferência contra a agricultura podem ter sido praticamente neutralizadas, a partir daí, pelos mecanismos de compensação, desde que visualizado o setor agrícola em bloco. A mesma afirmativa não se aplicaria, evidentemente, a certas camadas menos privilegiadas da pirâmide econômica e social na agricultura.

GRAFICO 1

PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO * NO PIB, EM DIVERSAS FASES DE RENDA PER CAPITA EM DIVERSOS PAÍSES.
(e s c a l a log - log)



PIB per capita (a preços de 1977)

FONTE — B. Johnston e P. Kilby, Agricultura e Transformação Estrutural, ZAHAR — 1977
Dados referentes ao Brasil, extraídos de Conjuntura Econômica, FGV, diversos números.

NOTAS:
* Incluem-se no setor primário, a agricultura, a pesca, silvicultura e mineração.
** Percentagens do Brasil se referem à participação na renda interna.
Obs.: As datas anotadas à margem da linha do Brasil se referem esclusivamente a este país.

As "compensações" oferecidas na década de 70 tinham endereço certo. Visavam, basicamente, a reciclar o ânimo da agricultura no seu segmento comercial, e principalmente exportador, aproveitando a maré favorável dos preços das "commodities" no mercado internacional (1968-1974). Portanto, na década de 70, a tendência declinante da renda relativa da agricultura parece ter-se chocado, afinal, com uma faixa de resistência na altura dos 10% de participação. Em termos de pura extrapolação, o gráfico 1 sugere que a atual ênfase agrícola estaria baseada, justamente, na observância dessa faixa de resistência, nos próximos anos, o que equivaleria a projetar um crescimento da agricultura aproximadamente igual ao do resto da economia até 1990. Supondo-se uma taxa de crescimento da renda per capita de 4,5% ao ano, teríamos alcançado a linha dos "grandes países", com US$3,000.00 por habitante, no início dos anos 90.

Ensaio

Retornando ao tema da trajetória involutiva da renda agrícola, cumpre sublinhar duas importantes conseqüências do fenômeno. A primeira, relativamente aos ônus de ajustamento do esquema praticado. A segunda, no que tange ao comportamento da representação patronal do setor. No primeiro caso, releva apontar, ainda que brevemente, a impossibilidade de certos compartimentos econômicos e sociais da nação, afetados pela compressão da agricultura, em se ajustarem na velocidade requerida pelo modelo praticado. A tabela 1 exemplifica, grosso modo, a localização desses pontos de rigidez. No plano social, apesar da insofismável agressividade do processo de expulsão migratória rural-urbana, o remanescente da população economicamente ativa (PEA) na agricultura, como parcela da PEA total, caiu mais lentamente que sua participação na renda nacional. Ou seja, o empobrecimento relativo do campo é um fato imposto até mesmo pela fatalidade aritmética das frações, onde o denominador (população relativa) cai mais lentamente que o numerador (renda relativa).

Além disso, o ajustamento do nosso setor externo ao perfil da nova estrutura produtiva, mais industrializada, esteve aquém das necessidades. A agricultura continuou condicionando fortemente o desempenho da balança comercial. A presença dos produtos industrializados na pauta de exportações tem sido obtida, ainda ultimamente, à custa de pesados subsídios fiscais e creditícios. Estes dois fatos — a reserva remanescente de mão-de-obra rural e o condicionamento agrícola das exportações — são elementos que propiciam a mencionada justaposição de imagens entre o País-rural e o País-urbano. Tal duplicidade de contornos implica, naturalmente, ambiente sempre propício aos conflitos de identidade. Dos conflitos à crise é apenas um passo.

Caberia, então, a pergunta: como pretender que, à sombra da notada ênfase industrial e urbana dos últimos 50 anos, se houvesse preservado uma representação rural devida e acatada? Muito difícil de se supor tal hipótese. Fragmentada a base estadual em que se apoiavam tais lideranças (a Constituição de 1934 exprime esse fato), a luta pela manutenção das antigas vantagens da elite rural transferiu-se para o domínio da União, cujos objetivos de atuação já não se coadunavam com a velha ordem. Entre os líderes do campo, os mais flexíveis responderam aos sinais dos tempos, transformando-se em industriais; os mais combativos foram sendo rechaçados para as associações "não-oficiais"; e estas cada vez mais pulverizadas em setores particulares do espectro de atividades rurais. Debilitados na defesa de posições mais intransigentes contra a política econômica global, muitos acabaram se acomodando a meras reivindicações tópicas, embora as ações do governo para este ou aquele produto fossem reflexo de uma orientação mais geral de transferência intersetorial de renda contra a agricultura. Porém, nesse momento, a discussão das linhas gerais do modelo de desenvolvimento já transcendiam a influência do meio rural.

As próprias características de grande atomização das unidades produtivas no campo dificultaram (como ainda dificultam) a soma de seus interesses. O espalhamento territorial e a enorme diversidade de produtos, salvo casos especiais, seriam outros sérios obstáculos ao alcance de denominadores comuns no meio rural. O poder central, por seu turno, soube dominar com mais destreza estas características inerentes ao setor agrícola, manipulando-as em favor de seus objetivos. Avocou para sua órbita o palco dos debates. Criou os institutos nacionais — do café, do açúcar e álcool, do cacau, do mate. E a cada um atribuiu pragmaticamente o cenário que mais convinha a suas metas industriais e de urbanização. Houve eficiência na ação governamental. A liderança agrícola chega ao final da década de 70 com seus quadros bastante esvaziados, embora, agora, em processo de paulatino repreenchimento.

Sabemos que a política econômica não se forja em moldes puramente abstratos. É o produto de forças oponentes de grupos econômicos e classes sociais. Neste sentido, os interesses da agricultura, e de resto, do interior brasileiro e de sua população, distanciaram-se progressivamente dos círculos mais íntimos do poder. A política agrícola, se é que se pode chamá-la assim, esteve à mercê de processos decisórios que excluíam uma parcela crescente das postulações dos próprios pacientes da política, em prejuízo não só do meio rural, mas até mesmo das possibilidades de sustentação do crescimento econômico global, como se vem observando em anos recentes.

Parece-nos de absoluta importância termos alinhavado, mesmo de modo sucinto, os traços principais ao ambiente institucional do último meio século em relação à agricultura. A compreensão do panorama histórico é que nos informa da situação e da problemática da agricultura no momento atual. Tem-se questionado freqüentemente, e em círculos sempre mais amplos, a "validade" de certos instrumentos de política agrícola acionados nos últimos anos pelo governo federal. Para ajuizar a eficiência econômica desses instrumentos, presumem-se, equivocadamente, objetivos distintos dos adotados pelo nosso modelo contemporâneo de desenvolvimento.

Como os pressupostos são diferentes, igualmente díspares serão os juízos de valor. Com efeito, pareceria tecnicamente mais adequado, sob a ótica do maior desen-

Um plantel com mais de 500 matrizes registradas. P.O. P.C.

ARAUTO - Nasc.: 28.12.75 - Reg. 8713. Futuro raçador de nosso plantel.

RARO - Nasc.: 20.01.77 - Cont. 717. Filho de Cubito Gralor I e Kati.

ÁGUA CLARA - nasc.: 20.08.74 - Reg. C.5889. com filho de um de nossos reprodutores KUKO - Reg. 8707.

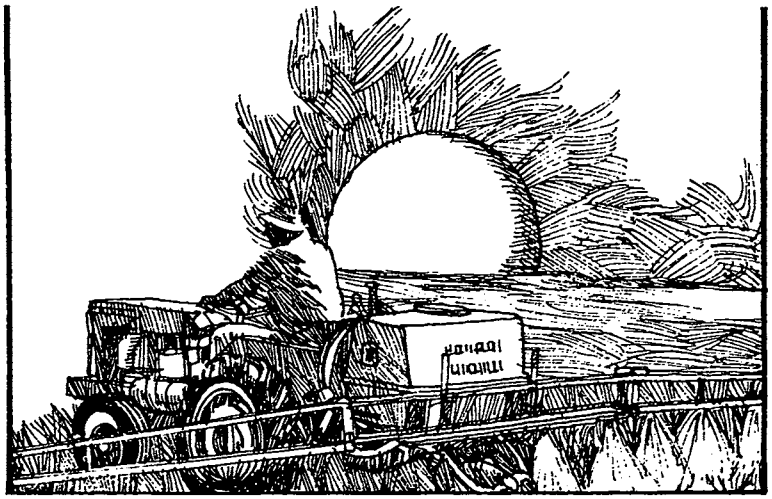
CONJUNTO da esq. para a direita: LENDA - Reg. C.6780 - BERLINDA - Reg. C-6709 - IRAJÁ - Reg. C.6480 - PILAR - Reg. C.6710 - Todas premiadas em diversas exposicões.

UM LOTE DE NOSSAS MATRIZES REGISTRADAS - TODAS P.O.

Fazenda Santa Helena

JOSÉ GARCIA DE FREITAS
R. Acacio e Silva, 1365 - Telef. 22-2408 – Cx. Postal 60
ANDRADINA – EST. S. PAULO

Ensaio



volvimento agrícola (objetivo hipotético), que as incidências fiscais e parafiscais sobre a exportação de produtos "in natura" tivessem sido mais suaves; que a estabilização de preços houvesse sido obtida por estocagem reguladora, e não por tabelamentos rígidos e intempestivos; que as compensações de crédito favorecido tivessem sido mais equitativas; e que os investimentos infraestruturais na área agrícola não houvessem sido esquecido nos planos de Governo.

Realmente, numa abordagem retrospectiva do problema, o elemento puramente técnico só encontrará apoio explicativo para tamanhos despautérios, se sustentar seus argumentos na possível falta de preparo gerencial das classes dirigentes que se sucederam nas últimas décadas. Este é o sentimento convencional. Obviamente, para quem encare o desenvolvimento agrícola como pressuposto da análise, a sensação só pode ser de perplexidade. Não comungamos essa linha de análise. Na verdade, a discussão do marco institucional da agricultura parece favorecer a hipótese oposta, ou seja, o objetivo não era desenvolver a agricultura, mas servir-se da produção primária como mola propulsora do crescimento industrial e mecanismo amortecedor das pressões sobre os orçamentos familiares no meio urbano. Se partirmos desse princípio, a conclusão parece mais coerente, ou seja, as classes dirigentes do País, apesar de eventuais limitações, não têm sido tão despreparadas quanto se supõe . Em relação à agricultura, os instrumentos de política utilizados nas últimas décadas foram justamente os mais "eficientes" do ponto de vista dos reais objetivos colimados: manter a produção agrícola operando apenas com estímulos mínimos à sua manutenção, sem contudo, ultrapassar o ponto de ruptura abaixo do qual o setor entraria em rápido processo de desorganização descontrolada.

Compreendidas estas razões históricas, por certo numa ótica heterodoxa à abordagem técnica convencional, torna-se tarefa relativamente simples e direta interpretar a problemática recente do setor (e inclusive, a atual prioridade à agricultura), bem como os diversos matizes ideológicos de seus líderes. Sem esta visão, estaríamos apenas elaborando conjecturas em torno do que "deveria ou poderia ter sido".

Tabela 1 — Brasil: participação da agricultura na renda interna, população economicamente ativa (PEA) e nas exportações, 1940-75

	1939/40	1949/50	1960	1970	1975/76
Participação na renda	33,3	24,9	19,2	10,2	10,5
Participação na população economicamente ativa	65,9	59,9	53,3	44,2	39,4
Participação nas exportações	74,0	67,0	72,2*	78,1**	67,3**

Fonte: Paulo Rabello de Castro (editor) — tabela E.1. de Agricultura Brasileira, GIA/FGV — 1978.

* Média 57-59.

** Incluem produtos industrializados de base agrícola.

Esteio da Boa Vista

Nunca um animal ganhou tantos prêmios em tão pouco tempo

Vai ser difícil encontrar um touro tão premiado como Esteio da Boa Vista. Aos 36 meses de idade, ele já havia conquistado nada menos do que 14 grandes campeonatos: foi 2 vezes Campeão Bezerro; 3 vezes Campeão Júnior; 4 vezes Campeão Tipo Frigorífico; 3 vezes Campeão Touro Jovem e 2 vezes Grande Campeão da Raça. Detalhe importante: todos esses prêmios foram obtidos em algumas das maiores e melhores exposições do Brasil. Esteio da Boa Vista é o melhor exemplo da alta qualidade zootécnica do plantel da Fazenda Dirce.

Esteio da Boa Vista, nelore mocho. Nasc.: 21/06/76. Aos 27 meses, pesou 782 kg. Filho de Sudraka e Bhar. Avós paternos: Marajá e Cora (Imp.) Avós maternos: Abú e Alçada. Bisavós paternos: Taj Mahal III e Marathy (Imp.). Bisavós maternos: Lanciolado da Indiana e Juriti.

Fazenda Dirce

Município de São Francisco — Est. São Paulo
Prop.: Dr. EDUARDO CAVALIN
End. Comercial: Av. 17 - n.º 895 - Fone: 224952
BARRETOS — SÃO PAULO

Lagôa da serra ltda.
venda de semem
EM SERTÃOZINHO — SP
Agropecuária Lagôa da Serra Ltda.
Cx. Postal, 60 - CEP 14160
Fones: (0166) 422299 e 422036
EM SÃO PAULO — SP
Av. Paulista, 460 - 8.º Andar - CEP 01310
Fone: (011) 2855332
EM GOIÂNIA — GO
5.ª Avenida, 1400 - Nova Vila - Fone: (062) 2610638

• • • NA ÉPOCA ATUAL, COM A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA EM PLENO APOGEU E AS CONQUISTAS DO HOMEM EM TODOS OS SETORES, NÃO SERIA POSSÍVEL QUE A PECUÁRIA CONTINUASSE ALHEIA A TUDO E ESTAGNADA NOS MÉTODOS CONVENCIONAIS • • •

• • • E ASSIM, A **CAMPO VERDE** SE EMPENHA COMO PIONEIRA NO BRASIL NA **TRANSFERÊNCIA DE EMBRIÕES** EM GADO ZEBU EM ESCALA COMERCIAL.

Produto CAMPO VERDE um investimento GARANTIDO!

MARCA REGISTRADA

•ORIGEM
•QUALIDADE
•SEGURANÇA

CAMPO VERDE EMPREENDIMENTOS RURAIS LTDA.

MINAS GERAIS

UBERABA – RUA MAJOR ESTÁQUIO N.º 6, S/711
ED. CHAPADÃO – TELEFONE (DDD 034) 332-7057

ESTÂNCIA CAMPO VERDE
KM 5 DA RODOVIA UBERABA/UBERLÂNDIA

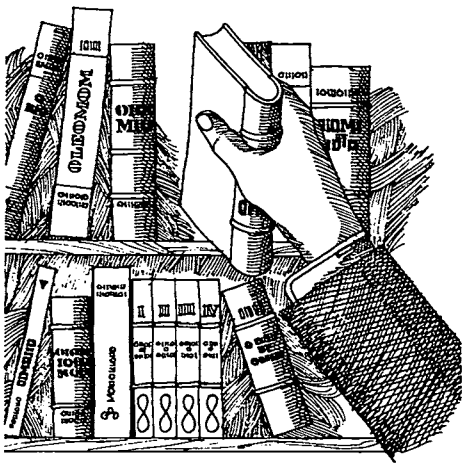
BAHIA

SALVADOR – AV. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, 34
PITUBA – TELEFONE (DDD 071) PABX 248-8322

SENHOR DO BONFIM – RUA ANTONIO MONTEIRO, 46/50
TELEFONE (DDD 075) 841-1994

Livros e Publicações.

SALOMÃO ARONOVICH, engenheiro agrônomo, é professor de Forragicultura da Faculdade de Zootecnia de Uberaba e Coordenador do Centro de Pesquisas Zootécnicas da Fundação Educacional para o Desenvolvimento das Ciências Agrárias. É autor do capítulo "Melhoramento de Pastagens" no Livro Anual da Agricultura (1968 – Volume 2).



REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA.

Volume 8 – Número 2 – 1979 – Cr$ 300,00 (assinatura anual)

Editada sob a responsabilidade do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Viçosa (MG), esta revista especializada publica trabalhos sobre diversas áreas da zootecnia, produzidos por profissionais de todas as regiões do País. Sua periodicidade é variável. Até 1978, estavam sendo publicados dois números por ano. Em 1979 (vol. 8), os editores esperam publicar quatro edições.

O número 2 do volume 8 contém, entre outros, os seguintes trabalhos:

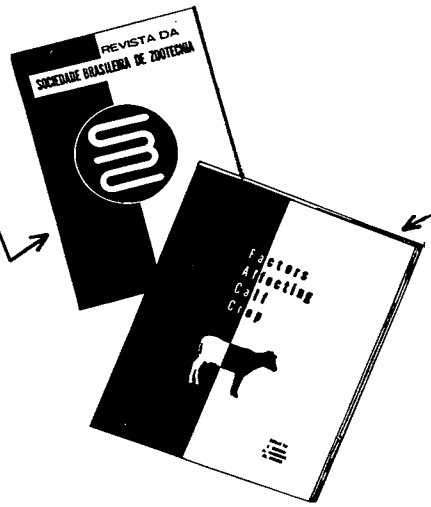
– "Substituição do farelo de algodão por farinha de sangue em rações para novilhos mestiços em confinamento" – J.R.A. Silvestre e outros (U.F. Viçosa).

– "Produtividade e valor nutritivo do capim-colonião" – J.A. Gomide e outros (Centro de Experimentação de Capinópolis).

– "Avaliação química de silagens de capim elefante submetidas a diferentes tratamentos" – A.C. Silveira e outros (UNESP-Botucatu).

– "Dejetos de bovinos na alimentação de suínos" – D.C. Lopes e outros (EMATER-MG e U.F. Viçosa).

– "Influência da queima periódica sobre a vegetação e sobre a fertilidade dos terrenos de pastagens" – A.N.S. Corrêa e S. Aronovich (IPEACS, Itaguaí – RJ).



Por esta amostra, pode-se verificar que em cada edição da revista são abordados diversos assuntos de interesse dos pecuaristas. Alguns números anteriores contêm vários trabalhos sobre as raças zebuínas criadas no Brasil.

O preço da assinatura (anual), referente ao período de julho/78 a junho/79, é de Cr$ 300,00. O endereço para outros esclarecimentos ou informações: Revista da Sociedade Brasileira de Zootecnia – Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Viçosa – 36.570 – Viçosa – MG.

OBSERVAÇÃO: Quando este comentário já estava impresso, começou a circular o número 3 do volume 8, que comentaremos em outra oportunidade.

"FACTORS AFFECTING CALF CROP" ("FATORES QUE AFETAM A PRODUÇÃO DE BEZERROS").

T. Cunha, A.Warnick e M. Koger (Editores) – University of Florida Press – Gainesville, Florida, 1967.

Livro de 376 páginas que contém informações que podem afetar profundamente a economia da pecuária bovina. Métodos, procedimentos e sugestões para o aumento da percentagem de bezerros produzidos são discutidos e ilustrados por 29 especialistas nos diversos assuntos relacionados com a questão.

Os altos investimentos necessários às empresas ou fazendeiros que produzem carne ou leite e os aumentos constantes dos seus custos de operação fazem com que seja muito importante para o pecuarista obter uma produção anual de bezerros cada vez maior.

Muitos dos fatores que afetam a produtividade dos rebanhos de corte e de leite são longamente discutidos neste livro, merecendo destaque entre eles a alimentação, nutrição, melhoramento genético, doenças, idade do animal e outros fatores relativos ao manejo.

Uma das melhores maneiras de aumentar a porcentagem de bezerros é a eliminação das vacas que não têm parições com freqüência normal, ou de touros que têm falta de desejo sexual ou baixa qualidade de sêmen.

A eliminação conjugada com a obtenção do peso apropriado e o atendimento das necessidades nutricionais podem alcançar resultados excelentes.

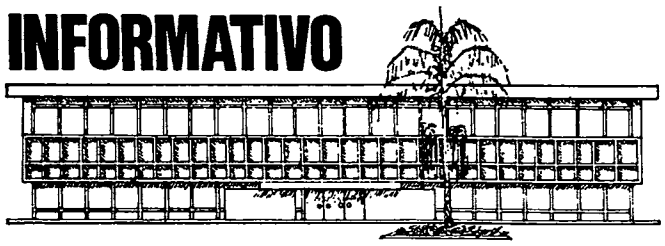
As causas da baixa produção de bezerros parecem ser as mesmas em quase todas as partes do mundo. Os índices de reprodução variam entre diferentes países e entre diferentes regiões de um mesmo país. É certo, porém, que o uso de boas práticas de produção e manejo podem proporcionar altas percentagens de bezerros.

O livro contém cerca de 60 fotografias, além de quadros e figuras demonstrativas, com dados obtidos em condições específicas em diversas partes do mundo.

É uma publicação de grande interesse para técnicos que trabalham na área da pecuária bovina e para pecuaristas, especialmente para aqueles que se dedicam à produção de animais reprodutores.

O preço do livro, na época de sua edição, era de U$12.50. O endereço, para eventuais encomendas ou informações, é: University of Florida Press – Gainesville, Flórida – U.S.A.

INFORMATIVO ABCZ



ABCZ reivindica crédito para a pecuária

Preocupada com a falta de crédito para a pecuária, que vem sendo observada em todas as regiões do País, a ABCZ encaminhou, em novembro, um memorial aos Ministros do Planejamento, da Fazenda e da Agricultura, no qual reivindica a adoção "de um programa dinâmico de financiamentos à pecuária bovina de corte, seja para investimentos, seja para custeio".

No documento, a ABCZ lembra a tese já aceita e comprovada de que "os financiamentos de custeio não constituem fator inflacionário" e, justamente por isso, a pecuária deveria receber o mesmo tratamento que a agricultura.

O MEMORIAL

Esta é a íntegra da mensagem enviada pela ABCZ aos Ministros Delfim Netto, Karlos Rischbietter e Ângelo Amaury Stábile:

"A Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, entidade representativa de pecuaristas de todas as regiões brasileiras tem reivindicado em diversas oportunidades, junto aos setores decisórios do Governo Federal, a adoção de uma política estável para a pecuária nacional – política essa que, a nosso ver, deve estar fundamentada na conjugação adequada dos fatores preço e crédito.

Nossa opinião é de que esses dois fatores se completam mutuamente, formando um único ponto de partida para a solução dos problemas da nossa pecuária.

Dentro desse conceito que, com o decorrer do tempo, se transformou numa arraigada convicção, nós verificamos que, atualmente, o primeiro daqueles fatores – o preço – encontra-se em fase estimulante para os produtores de gado de corte. É bem verdade que o estágio atual vem apenas compensar o longo período de preços insatisfatórios vividos pela pecuária de corte, durante o qual o setor sofreu um profundo, e ainda não superado, processo de descapitalização.

Por outro lado, é forçoso reconhecer, com relação ao segundo fator, que a ausência de crédito em níveis compatíveis com as necessidades setoriais vem limitando – e muito – o desempenho da pecuária, seja em termos de aumento da produção, seja quanto à melhoria da produtividade.

Sobretudo quanto ao item produtividade – que é onde os efeitos dos financiamentos se fazem sentir de maneira mais benéfica – gostaríamos de deixar claro que os pecuaristas não se sentem estimulados atualmente à incorporação de novas tecnologias, se não houver a necessária complementação de seus recursos próprios, através de linhas de crédito específicos.

Por todas essas razões, a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu dirige-se a Vossa Excelência para reivindicar a adoção de providências, por parte do Governo Federal, no sentido de que seja implementado, com a possível urgência, um programa dinâmico de financiamentos à pecuária bovina de corte, seja para investimentos, seja para custeio pecuário.

Especificamente no que se refere aos financiamentos de custeio, convém destacar a tese já comprovada e aceita, de que eles não constituem fator inflacionário.

Considerando que, para financiamentos de custeio agrícola, os recursos são oriundos de uma conta extra-orçamentária, reivindicamos, pelas mesmas razões, tratamento semelhante para os financiamentos de custeio pecuário.

Acreditando que o momento é oportuno e adequado para o atendimento dessa reivindicação que fazemos em nome de pecuaristas de todo o País, e convencidos de que o assunto será analisado e estudado com interesse por Vossa Excelência, subscrevemo-nos enviando nossas

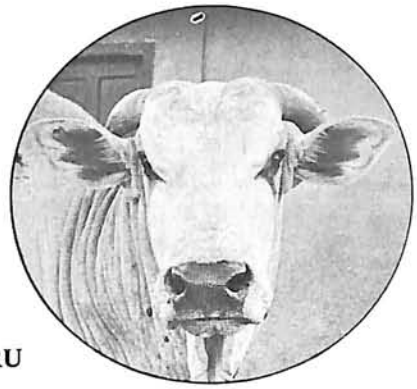
cordiais saudações

Manoel Carlos Barbosa
Presidente da
Associação Brasileira dos Criadores de Zebu"

ABCZ sugere a criação do Conselho Nacional da Pecuária.

Durante o 3.º Encontro Nacional de Associações de Classe do Setor Rural, realizado em Bagé no final de setembro, as entidades ali presentes decidiram sugerir ao Ministério da Agricultura a criação do Conselho Nacional da Pecuária. A ABCZ ficou encarregada de transmitir ao Ministro Ângelo Amaury Stábile esta sugestão, em nome das demais entidades.

USE SÊMEN DE CAMPEÕES



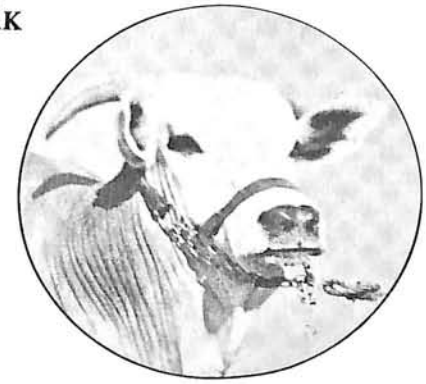
EVARU

MĀN

JAIPUR

MUSTĀK

NARAMBU



ISHARĀ

OKATI

JAMMU

LABORATÔRIO VR

CHÁCARA ZEBULÂNDIA

Rodovia Marechal Rondon — Km 527 — Tel.: DDD 0186 — 23-8943 — ARAÇATUBA - SP

INFORMATIVO ABCZ

No início de outubro, o presidente da ABCZ, Manoel Carlos Barbosa, acompanhado dos deputados federais Edilson Lamartine Mendes e Hugo Rodrigues da Cunha e do Secretário Executivo da entidade, Manoel Eugênio Prata Vidal, apresentou a idéia da criação do Conselho Nacional da Pecuária ao ministro, que a considerou viável e prometeu estudar o assunto com interess .

Na oportunidade, Manoel Carlos Barbosa lembrou que, dentro da estrutura atual do Ministério, já existe o Conselho Nacional da Agricultura, que é integrado por representantes de entidades de classe do setor agrícola e por secretários estaduais da Agricultura.

Segundo o presidente da ABCZ, o Conselho Nacional da Pecuária poderia funcionar da mesma forma que o CONAG, reunindo representantes das principais entidades de classe do setor, operando como órgão de apoio e assessoramento para a tomada de decisões no campo da política pecuária.

Já está pronto o regulamento da Exposição de Uberaba/80.

Com poucas modificações em relação ao regulamento do ano passado, começa a ser distribuido em dezembro o regulamento da 46.ª Exposição Nacional de Gado Zebu, que será realizada de 3 a 10 de maio próximo.

A principal inovação é uma ampliação da exigência de comprovante de fertilidade para machos e fêmeas. No regulamento anterior, só os machos acima de 40 meses eram obrigados à apresentação de comprovante de fertilidade. A partir de 80, todos os machos acima de 36 meses (da 25.ª até a 28.ª categorias) são obrigados a isso.

Com relação às fêmeas, aconteceu a mesma coisa. A partir de agora, toda fêmea com idade superior a 36 meses e 1 dia (da 11.ª até a 14.ª categorias), para ser submetida a julgamento, deverá estar com cria ao pé (até 8 meses, no máximo) ou cheia, cuja comprovação será efetuada por atestado de médico veterinário.

Outras inovações introduzidas ano passado foram mantidas, porque deram excelentes resultados, durante a Expô-79, como, por exemplo, a instituição do Concurso Leiteiro para vacas zebuínas e o julgamento do Melhor úbere.

O regulamento da Expô-80 traz, com destaque, uma observação de grande interesse para os criadores: "Na exposição de 1981, para que o animal seja submetido a julgamento, nas categorias de idades 1.ª (fêmeas de 8 a 10 meses) e 15.ª (machos de 8 a 10 meses), ele deverá ser participante do Controle do Desenvolvimento Ponderal".

Outro detalhe importante: as inscrições já poderão ser feitas a partir de 15 de janeiro e ficarão abertas somente até o dia 1.º de março.

Se você não tiver recebido o regulamento da Exposição de Uberaba/80 até o final de dezembro, entre em contato com a Secretaria da ABCZ ou com o ETR mais próximo para obter o seu exemplar.

ABCZ propõe revisão do acordo comercial com a Venezuela.

O presidente da ABCZ, Manoel Carlos Barbosa, esteve na Venezuela nos dias 6, 7 e 8 de novembro, integrando a comitiva empresarial que acompanhou o Presidente João Figueiredo em sua viagem a Caracas.

Na capital venezuelana, Manoel Carlos participou, no dia 7, do "Encontro de Cooperação para o Desenvolvimento Brasil-Venezuela", que reuniu empresários dos dois países para discussão de assuntos de interesse comum.

Um dos temas do Encontro foi "Perspectivas de cooperação agrícola", durante o qual o presidente da ABCZ mostrou a necessidade de que seja feita uma revisão do acordo sanitário em vigor, "que está completamente desatualizado, pois foi assinado em 1968, quando a situação era bastante diferente da atual".

Entre outros itens, Manoel Carlos sugeriu que seja incluído no novo acordo a ser negociado um protocolo que permita a exportação de sêmen zebuíno brasileiro para a Venezuela, como já está acontecendo, por exemplo, no intercâmbio comercial Brasil-Colômbia.

O presidente da ABCZ quer também que sejam revisadas algumas exigências sanitárias que ele considera "excessivamente rigorosas", dificultando consideravelmente a intensificação da comercialização pecuária entre os dois países.

A receptividade do governo venezuelano às sugestões da ABCZ foi muito positiva, prometendo que até março de 1980 uma comissão de empresários e técnicos oficiais deverá vir ao Brasil para, entre outras atividades, promover um reestudo do protocolo sanitário em vigor.

Mais dois grandes títulos na carreira de um campeão.

PIUZAN DA BELA OLINDA

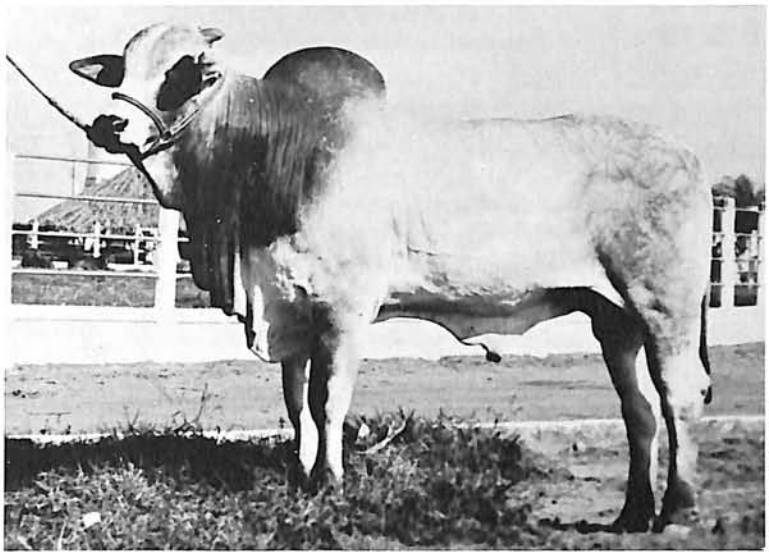


FOTO: VIEIRA

Controle n.º 3439 - Nascido em 09/05/77

Piuzan da Bela Olinda é um reprodutor que nasceu para vencer. Depois de conquistar 12 prêmios expressivos *nas exposições de Uberaba, Paranaíba São José do Rio Preto e Três Lagoas, em 1978 e 1979, ele acaba de ganhar em Uberlândia, os títulos de Campeão Júnior e Reservado Grande Campeão. Piuzan da Bela Olinda é, portanto, mais um raçador que faz jus ao conceito da marca VR.

Pesos obtidos nas idades padrões Controle Oficial da ABCZ

Aos 205 dias . . . . . .211 kg.
Aos 365 dias . . . . . .400 kg.
Aos 550 dias . . . . . .532 kg.

TÍTULOS CONQUISTADOS
Uberaba/78: Campeão Bezerro
Paranaíba/78: Campeão Bezerro, Grande Campeão da Raça e Campeão Frigorífico de Todas as Raças - São José do Rio Preto/78: 1.º prêmio - Três Lagoas/78: 1.º prêmio e Reservado Campeão Bezerro - Uberaba/79: 1.º prêmio, Campeão Júnior e Campeão Frigorífico das Raças Zebuínas
Paranaíba/79: Grande Campeão Tipo Frigorífico.

VR **FAZENDA BELA OLINDA** VR

PARANAÍBA - MATO GROSSO DO SUL

PIRAGIBE LOPES CANÇADO

ESCRITÓRIOS:
Rua Major Eustáquio, 6 - 8.º andar - S/813 - Fone: (034) 332-4960
UBERABA – MG
Rua Wladislau Garcia Gomes, 154 - Fone: 6-1227
PARANAÍBA – MS

Atualize seu endereço

Preencha o cartão resposta comercial encartado nesta edição.

Leilões de gado de corte já faturaram quase 40 milhões.

Dia 8 de julho foi realizada em Uberaba a 1.ª Feira de Bezerros do Triângulo Mineiro, promoção conjunta da EMATER-MG, ABCZ e Sindicato Rural de Uberaba. Resultado: 1.745 bezerros de corte vendidos em quatro horas de leilão, proporcionando uma receita superior a Cr$ 10 milhões.

O sucesso desta primeira promoção levou a ABCZ a programar mais dois leilões de gado de corte para este ano, visando consolidar em Uberaba e no Triângulo Mineiro esta nova e moderna forma de comercialização pecuária. Resultado: no dia 14 de outubro, o 1.º Leilão de Gado de Corte da ABCZ faturou Cr$ 8,6 milhões, com a venda de 992 animais (machos e fêmeas de todas as idades). E no dia 11 de novembro, o 2.º Leilão vendeu nada menos que Cr$ 19,8 milhões, comercializando 2.173 animais.

Um balanço desses eventos nos mostra que, em três leilões, já foram vendidos 4.910 animais de corte, proporcionando uma receita de Cr$ 38,6 milhões – o que dá a média excepcional de Cr$ 7.900,00 por animal vendido.

Outros dados confirmam o êxito dessa promoção conjunta da ABCZ, Sindicato Rural de Uberaba e EMATER-MG: no dia 11 de novembro, o número de animais vendidos estabeleceu um récorde nacional em leilões de gado de corte sem financiamento; e no dia 14 de outubro, foi batido outro récorde nacional , quando um lote de 10 cruzados nelore com charolês foi arrematado por Cr$ 220 mil, dando a média excepcional de Cr$ 22 mil por cabeça.

Na opinião do presidente da ABCZ, "esses resultados mostram de maneira definitiva e cabal o amadurecimento dos compradores e vendedores participantes dos leilões de Uberaba". Manoel Carlos acha que "os preços têm refletido a exata realidade do mercado da pecuária de corte, sendo vantajosos tanto compradores como para vendedores".

Cristiano Prata Rezende, diretor da ABCZ e coordenador desses leilões, lembra que o próximo já está marcado para o dia 13 de janeiro de 1980 e que as inscrições já estão abertas na secretaria da ABCZ. "Tudo indica que nosso 3.º Leilão de Gado de Corte será mais um sucesso e, principalmente, será outra excelente oportunidade para a realização de bons negócios tanto para vendedores como para compradores".

Conselho Técnico se reune em janeiro.

O Conselho Técnico das Raças Zebuínas, órgão que, pelos estatutos da ABCZ, está encarregado de "dar orientação e superintender os trabalhos do Departamento de Genealogia" (DDG), foi convocado para se reunir em Uberaba nos dias 16 e 17 de janeiro próximo.

A informação é do Diretor Técnico, Rômulo Kardec de Camargos, que também ocupa a função de presidente do Conselho Técnico das Raças Zebuínas.

Este órgão é integrado por seis comissões especializadas (uma para cada raça zebuína e sua variedade, quando esta existe), tendo cada comissão seis membros efetivos e três suplentes.

Cada comissão especializada é formada pelo presidente da associação de classe que reune os criadores daquela raça; por um técnico indicado pelo Ministério da Agricultura; e por um técnico indicado pela ABCZ. Os membros restantes são escolhidos entre técnicos ou criadores que desfrutam de comprovado conceito nos meios ligados à pecuária zebuína.

Os 54 nomes que estão sendo convocados a participar da reunião programada para os dias 16 e 17 de janeiro são:

Raça gir e sua variedade mocha – Efetivos: Tarley Rossi Villela, Roberto Vilela Lamounier, José Roberto Gomes, Arnaldo Machado Filho, Gabriel Donato de Andrade e Mário Cruvinel Borges. Suplentes: Paulo Pereira, Dalor Teodoro de Andrade e José Zacharias Junqueira Filho.

Raça nelore e sua variedade mocha – Efetivos: José Mário Junqueira de Azevedo, Ulisses Cansanção Aciolly Filho, Ivo Ferreira Leite, Orestes Prata Tibery Jr., Ovídio Carlos de Brito e Farah Buchala. Suplentes: Mário Gomes Carneiro, Noel de Souza Sampaio e Pílades Prata Tibery.

Raça indubrasil – Efetivos: Móris Generoso de Rezende, Oswaldo Alvarenga, Simeão Machado Neto, Arnaldo Rosa Prata, Cassiano Lemos Filho e Nivaldo Peixoto de Almeida. Suplentes: José Prudente dos Anjos, José de Melo e Roberto Cortez de Magalhães Gomes.

Raça guzerá – Efetivos: Bernhard Winkler, Hilton Telles de Menezes, Nilo Muller Sampaio, João Roberto Leite, Antônio Ernesto Werna de Salvo e José Garcia de Freitas. Suplentes: Manoel Eugênio Prata Vidal, Antônio Leandro Estima e Divaldo de Melo Jardim.

Mocho tipo tabapuã – Efetivos: Alberto Ortemblad, José Magno Pato, Antônio Marmo P. M. Borges, Lindemberg Viana, Rodolfo Ortem-

blad e João Gilberto Rodrigues da Cunha. Suplentes: Evandro Ribeiro de Almeida, Pedro Venturini e Roberto Sampaio de Almeida Prado.

Raça Sindi – Efetivos: Adáldio José de Castilho, Fuad Naufel, Alberto Alves Santiago, José Cesário Castilho, João Carlos Pedreira de Freitas e Virgolino Farias Leite Neto. Suplentes: Raimundo Martins Filho, Oswaldo Araújo de Andrade e Argeu do Carmo Russo.

(Notas • Notas • Notas • Notas • Notas • Notas • Notas • Notas)

• O economista e administrador de empresas Eduardo Nogueira Borges é, desde setembro, o diretor administrativo-financeiro da ABCZ. Ele assumiu o cargo ocupado anteriormente por Ewald Damas da Costa, que deixou a entidade. Entre as metas do novo diretor, uma terá destaque especial: a reestruturação administrativa da ABCZ, a partir de projeto elaborado pelo CEAG-MG.

• O médico-veterinário Manoel Eugênio Prata Vidal, que anteriormente ocupava cargo de assessor da presidência, assumiu a função de Secretário Executivo da entidade, integrando a Diretoria Executiva. Sob a sua responsabilidade, está funcionando também o Setor de Apoio às Exportações.

• No dia 6 de agosto, foi inaugurado em Cuiabá o 10.º Escritório Técnico Regional da ABCZ, que passou a operar imediatamente em convênio com a Secretaria da Agricultura de Mato Grosso. O Governador deste estado, Frederico Campos, compareceu à inauguração, destacando a plena integração de Mato Grosso ao programa de prioridade à agropecuária estabelecido pelo Presidente Figueiredo. O Secretário da Agricultura, Rômulo Vandoni, salientou a importância do convênio assinado com a ABCZ, que permitirá, além das atividades de registro genealógico, a avaliação do desempenho do rebanho zebuíno do estado.

• Uma demonstração eloqüente do interesse que o zebu brasileiro está despertando em criadores estrangeiros aconteceu em julho, quando pecuaristas do México, dos Estados Unidos e do Iraque se encontraram, casualmente, na sede nacional da ABCZ, em Uberaba. Os mexicanos integravam uma comitiva de "ganaderos" que anualmente vem ao Brasil, em viagem de observação organizada pela revista "Cebu". Os norte-americanos estavam percorrendo fazendas de várias regiões do País com o objetivo de selecionar animais para futura importação. E os iraqueanos faziam parte de uma missão comercial que veio conhecer o atual estágio de desenvolvimento da pecuária zebuína brasileira, visando possíveis intercâmbios comerciais no futuro.

• O professor Noel de Souza Sampaio, da Faculdade de Zootecnia de Uberaba, foi um dos conferencistas do VI Ciclo Internacional de Conferências sobre Pecuária Tropical, realizado no México, na cidade de Vera Cruz, entre os dias 14 e 16 de novembro.

• De janeiro a outubro, os juízes que integram o Colégio de Juízes das Raças Zebuínas, que é coordenado pela ABCZ, realizaram 65 atendimentos, participando de julgamentos em 16 estados brasileiros e atuando nas principais exposições do País. No mesmo período, os 27 juízes que atuaram maior número de vezes julgaram nada menos do que 3.473 animais. O Colégio de Juízes das Raças Zebuínas, que é coordenado por Antônio Marmo P.M. Borges, está em condições de atender solicitações de organizadores de exposições de todo o País.

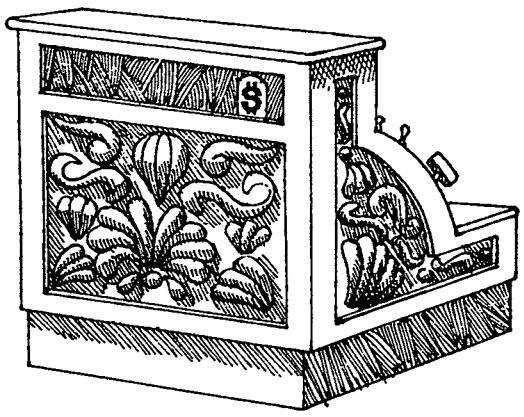
• De 8 a 11 de dezembro, será realizado em Jaboticabal (SP) o 3.º Simpósio Sobre Melhoramento Genético de Bovinos. O objetivo do encontro é a sistematização de informações atualizadas sobre os programas de melhoramento adotados pelas associações de criadores. Simultaneamente, serão apresentadas sugestões para novas opções na formulação de programas abrangentes de melhoramento genético e deverá ser proposto um programa de melhoramento de bovinos de corte. Dentro do simpósio, uma das palestras será feita pelo técnico Ivo Ferreira Leite, da ABCZ, sob o tema "Melhoramento das Raças Zebuínas", enfocando o Prozebu e o sistema de provas zootécnicas adotado pela entidade. Os interessados em participar do 3.º Simpósio de Jaboticabal poderão obter maiores informações na Secretaria da ABCZ ou diretamente na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da UNESP, no campus de Jaboticabal, pelo fone (0163) 22-0814.

• Desde setembro, a ABCZ faz parte da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, entidade que se dedica a dinamizar o intercâmbio comercial entre o Brasil e os países da África. A CCAB é presidida pelo Deputado Federal Adalberto Camargo, possui um grande acervo de informações sobre os mais diversos aspectos da realidade atual das nações africanas e edita revista especializada (trilíngue) Afro-Chamber.

• A ABCZ e a Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul vão promover em 1980, em data ainda a ser fixada, a primeira expô-leilão de zebu em Esteio. O objetivo da entidade é levar ao sul do País uma expressiva mostra do que há de melhor em zebu brasileiro e, simultaneamente, proporcionar oportunidade de bons negócios aos expositores/vendedores de todo o País e aos compradores do Rio Grande do Sul (e, eventualmente, da Argentina). Os criadores interessados em inscrever animais para esta primeira expô-leilão de zebu em Esteio podem obter maiores informações, desde já, na Secretaria da ABCZ: (034) 332-1590, 332-2732 e 332-3900.

• O vice-presidente da ABCZ, José Fernando Borges Bento, durante encontro com o Governador Francelino Pereira, solicitou o apoio financeiro do Estado para uma reforma geral no Parque Fernando Costa. No ofício entregue ao governador, a ABCZ explica que a primeira e mais urgente das obras que se fazem necessárias é uma reforma total da rede elétrica do Parque, pois a atual foi considerada inadequada e até mesmo perigosa, pela Cemig, apresentando sérios riscos de acidentes. Outra obra urgente é a reforma da rede de água e esgotos. A ABCZ quer ainda o apoio do governo do Estado para construir novas arquibancadas, alojamentos com sanitários e banheiros para peões, novos conjuntos de baias para eqüídeos, além de ser intenção da entidade a construção da Casa do Criador, do Museu do Zebu, de um auditório para conferências e seminários e a implantação de equipamentos que ampliem a utilização atual do Parque Fernando Costa como área de lazer e como centro dinâmico de comercialização pecuária no Triângulo Mineiro.

Negócios.



Para anunciar nesta seção dirija-se à Sede nacional ou aos ETRs da ABCZ. Ou pelos Fones: (034) 332-1590 - 332-2732 ou 332-3900.

Vende-se

FAZENDA – TRÊS MARIAS

Com 90 alq., toda formada, casa, trator Valmet novo, 100 novilhas, e 40 bezerros anelorados, luz a 2 km. Preço: 4 milhões de porteira fechada. Tratar: R. Tangerina, 101 – Vila Cloris, Fone: 447-5270 – Belo Horizonte - MG.

FAZENDA – TRIÂNGULO MINEIRO

Com 210 alq., - boa casa sede com água encanada, 50 mil pés de café, toda formada em pastos, 110 cabeças de gado, 3 barragens para instalação de turbina elétrica. Tratar: R. Herculano de Freitas, 25 - Fone: 226-0489 - São Paulo - SP.

FAZENDA EM M.GROSSO

Com 2.555 Ha. - Munic. Livramento - A 56 km. capital (Cuiabá) - Preço a combinar - Tratar com D.a Martha, no horário comercial pelo telefone: 222-2025 em Belo Horizonte - MG.

FAZENDA CANAL DE SÃO SIMÃO GO

312 alq. pta. - 150 alq. pasto. Preço para vender: 40 mil o alq. com 18 meses de prazo. Tratar: J. Costa - Fone: (0192) 41-5809 - Campinas - SP.

FAZENDA NA REGIÃO DE ARAÇATUBA

220 alq., toda formada em pastagens - Tratar : Fone: (0192) 41-5809 - Campinas - SP.

OPORTUNIDADE RARA

400 alqueirões estado de Minas Gerais a 18 km de Ituiutaba - Toda cercada e dividida – Todas benfeitorias. Preço por alqueirão: Cr$ 80 mil em condições - Tratar: Sr. Hélio Cazarini - Fone: (0172) 81-2033 das 20 às 23 horas – Olímpia - SP.

FAZENDA EM GOIÁS

Município de "PIUM" com 2.700 alq. paulista - Toda formada e dividida - Campos de aviação e estradas internas. Várias represas, 1.000 fêmeas de todas as idades, 50 reprodutores nelore. Ótimo negócio. 35 milhões. Com 50% facilitado. Tratar: Sr. Viana - Fone: 288-5985 - São Paulo - SP.

SEMENTES DE CAPIM

Colonião, coloninho, brachiaria e jaraguá. Semanpa: Fone: (0437) 34-1225, 34-1253, 34-1816, Santo Antônio da Platina - Paraná.

COLONIÃO

Sementes de pastagem, diretamente do produtor para o consumidor. Fiscalizadas pela Secretaria da Agricultura. Depósito e escritório: R. Araguaia, 655 - Fone: 22-5733 - Londrina - PR.

LEITE EM PÓ PARA BEZERROS

Produto marca "amaseca". Garça Rural, fone: 23-4107 - Londrina - PR.

BALANÇA PARA GADO

Diretamente da fábrica, todos os tamanhos, garantia de 5 anos. Vendas na Rodovia Belo Horizonte-Betim, km-15. Ou Caixa Postal, 13 - Betim - MG. Fones: (031) 531-1269. 531-2984 e 531-2915.

OVOS E MINHOCAS BIÔNICAS

Conheça o mais moderno e eficiente método de fertilização do solo: o Processo "Nutri-Humus", de Mário Nogueira, com ovos e minhocas biônicas. Entre em contato com a Adubos Orgânicos Nutri-Humus Ltda.: Rua Amâncio de Carvalho, 308 - CEP 04012 - (011) 71-3002 - São Paulo.

50%

de desconto para quem aceitar esta proposta.

A Associação Brasileira dos Criadores de Zebu está desenvolvendo uma campanha de novos sócios. Mas é uma campanha por tempo limitado.

A proposta que lhe fazemos é duplamente irrecusável. Primeiro: tornando-se sócio da ABCZ, você passa a ter direito, automaticamente, a um desconto de 50% nas taxas e emolumentos cobrados pelo Serviço de Registro Genealógico e pelo Setor de Provas Zootécnicas.

Segundo: preenchendo nossa proposta agora, durante a campanha, você tem direito a um desconto de 50% no preço do título de sócio remido (que vale normalmente Cr$ 50.000,00, mas está sendo vendido por Cr$ 25.000,00, à vista, ou em 3 parcelas de Cr$ 10.000,00).

Além disso, você estará se associando à maior entidade de classe do setor pecuário no Brasil, com direito a participar de todas as nossas promoções e atividades habituais.

Não pense duas vezes: preencha agora mesmo a proposta constante no verso deste anúncio, anexe um cheque nominal cruzado em nome da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu e remeta para: Caixa Postal, 71 - 38.100 - Uberaba - MG.

Se você quiser maiores esclarecimentos sobre esta campanha entre em contato com o Escritório Técnico Regional mais próximo da sua cidade ou diretamente com a Sede Nacional da ABCZ, pelos telefones: (034) 332-1590, 332-2732, 332-3900 e 332-0174.

ABCZ

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE ZEBU
PRAÇA VICENTINO RODRIGUES DA CUNHA, S/N
38.100 – UBERABA – MINAS GERAIS

Associação Brasileira dos Criadores de Zebu

FUNDADA EM 18-6-1934

Registrada no ministério da Agricultura no Cadastro de Associações de Registro Genealógico sob n. 6

Detentora do Serviço de Registro Genealógico das Raças Zebuinas através convênio firmado com o Ministério da Agricultura em 26 de Novembro de 1936, para realização do referido Serviço em todo o Brasil.
Praça Vicentino Rodrigues da Cunha S/N.°

Telefones, 332-3900 - 332-2732 - 332-1590 — 332-4674

UBERABA - MG

Escritórios Técnicos Regionais. ETR

Belo Horizonte — Minas Gerais
Campo Grande — Mato Grosso Sul
Aracaju — Sergipe
Salvador — Bahia
São Luiz — Maranhão
Rio de Janeiro
Fortaleza — Ceará
Terezina — Piauí
Cuiabá — Mato Grosso Norte
Vitória — Espírito Santo

Delegadas para execução do Serviço de Registro Genealógico :

Sociedade Rural do Paraná Paraná
Sociedade Nordestina dos Criadores — Pernambuco
Associação Rural de Pecuária do Pará — Pará
Sociedade Rural Brasileira São Paulo
Associação Goiana dos Criadores de Zebu — Goiás

Filiada

Sociedade Rural da Paraíba Campina Grande — Paraíba

(PROPOSTA DE SÓCIO)

NOME.....

Identidade.....C.P.F. .....

Estado Civil.....Nacionalidade .....

Endereço para correspondência.....

.....

Cidade.....Estado.....

Profissão.....Data do nascimento...../...../.....

Nome da Propriedade.....

Municipio.....

Reg. no INCRA sob n.°.....

Autorizo minha inscrição no Quadro Social da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE ZEBU na categoria de.....ficando a sua disposição a quantia de Cr$.....

Uberaba,.....de..... de 19.....

.....

Sócio Proposto

(Este espaço será preenchido pela ABCZ)

SÓCIOS PROPONENTES

.....

.....

Aceito na.....reunião da Diretoria da ABCZ, presidida pelo Senhor

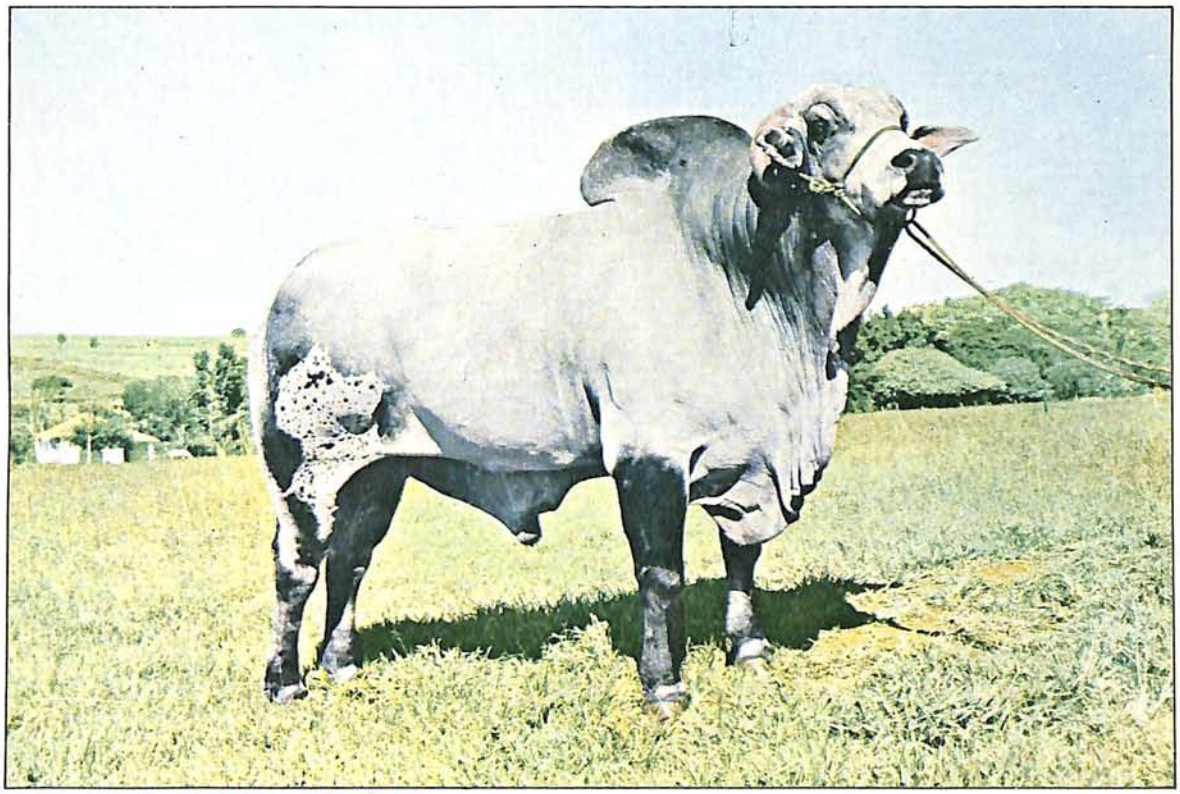
.....

Realizada em.....

Recibo n.....

OBSERVAÇÕES:

Quem é rei nunca perde a majestade.



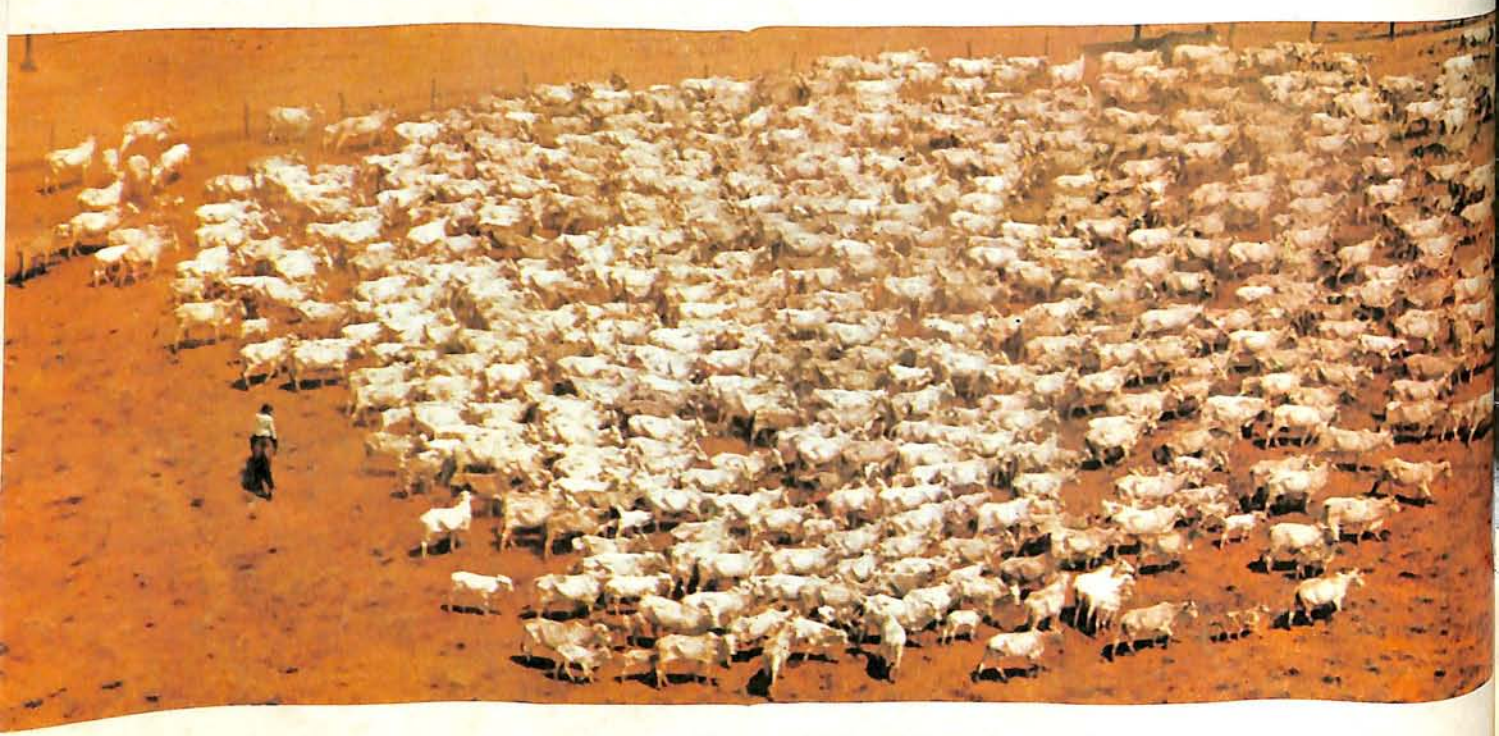
GRADO DA SANTA CECÍLIA – Reg. 9246 - Nasc.: 14/05/69 - Peso: 1.113 kg. Filho de Golias (Imp. - 3981), um dos maiores raçadores nelore de todos os tempos e Sagene VR (B-8674).

O gigante Grado da Santa Cecília é um dos maiores raçadores nelore em atividade no Brasil e no mundo, além de ser a melhor opção para refrescamento de sangue da linhagem Karvadi.
Grado é, também, um dos recordistas nacionais em venda de sêmen.
Desde que se tornou Grande Campeão Nacional da Raça, em Uberaba/75, dezenas de milhares de doses de seu sêmen já foram vendidas. E novos pedidos continuam sendo feitos diariamente.
Os filhos de Grado se caracterizam por extraordinário desenvolvimento ponderal e notável conformação de carcaça. Venha comprovar todas essas afirmações visitando a Chácara Rancho Grande, Uberaba.

CHÁCARA RANCHO GRANDE

Fazendas Matinha e São José do Cravo
Proprietário: RANDOLFO BORGES JÚNIOR E FILHOS
Praça Comendador Quintino, 28 - Fone: 332-1877
UBERABA – MG.

Na hora de inseminar, quem usa a cabeça usa sêmen CIANB.

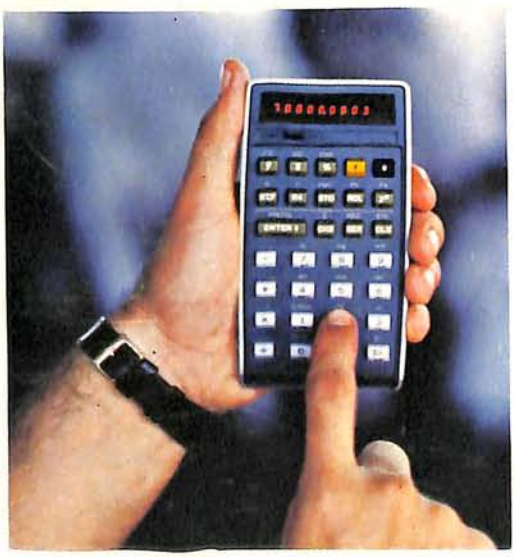


É só uma questão de inteligência. Ou de fazer as contas direitinho.

O custo de um bezerro nascido através da inseminação artificial é muito mais econômico que o produzido por monta natural.

A qualidade zootécnica do produto também é na maioria absoluta dos casos superior — e seu valor comercial, idem.

Por uma razão muito simples: utilizando sêmen CIANB você estará aplicando material genético dos melhores raçadores em atividade no Brasil.



Na CIANB, você tem condições de fazer as mais adequadas opções de cruzamento para o seu rebanho, através das mais consagradas linhagens zebuínas.

Faça uma experiência: use sêmen CIANB.

Nunca mais você vai pensar em outra alternativa.

cianb

CENTRAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NHOZINHO BARBOSA LTDA.
Licenciada na DIFRIA sob n.º IC – 06
MATRIZ: Rua Ademar de Barros, 548 – Fones: (016) 729-2666 e 729-2692
Caixa Postal, 35 – CEP 14.500 – Ituverava – SP
LABORATÓRIO: Fazenda Cruzeiro – Rodovia Ituverava – Miguelópolis – Km 17
FILIAL: Av. Santos Dumont, 1520 – Fone: DDD (07622) 22760
Vila Nova – CEP 74.000 – Goiânia – Goiás.